

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
CÂMPUS DE PATO BRANCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

LISANGELA GUGELMIN

**EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: DIAGNÓSTICO DOS
CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES DO COLÉGIO ESTADUAL DE PATO
BRANCO**

PATO BRANCO, 2015

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
CAMPUS PATO BRANCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL**

LISANGELA GUGELMIN

**EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL:
DIAGNÓSTICO DOS CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES DO
COLÉGIO ESTADUAL DE PATO BRANCO**

**PATO BRANCO
2015**

LISANGELA GUGELMIN

**EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL:
DIAGNÓSTICO DOS CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES DO
COLÉGIO ESTADUAL DE PATO BRANCO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Área de concentração: Educação e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Edilson Pontarolo

PATO BRANCO

2015

Dados Internacionais de Catalogação

G942e Gugelmin, Lisangela
Evasão escolar na educação profissional : diagnóstico dos cursos técnicos subsequentes do Colégio Estadual de Pato Branco / Lisangela Gugelmin.- - 2015.
103 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Edilson Pontarolo.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Pato Branco, 2015.
Bibliografia: f. 95-99.

1. Educação profissional 2. Evasão escolar 3. Desenvolvimento regional I. Pontarolo, Edilson, orient. II. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. III. Título.

CDD 22. Ed.: 330

Ficha Catalográfica elaborada por: Leandro Pandini, 2015.

CRB – 9/1473



TERMO DE APROVAÇÃO Nº 81

Título da Dissertação

Evasão Escolar na Educação Profissional: Diagnóstico dos Cursos Subsequentes do Colégio Estadual de Pato Branco

Autora

Lisangela Gugelmin

Esta dissertação foi apresentada às quatorze horas do dia vinte e quatro de julho de dois mil e quinze, como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRE EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL – Linha de Pesquisa Educação e Desenvolvimento – no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. A autora foi arguida pela Banca Examinadora abaixo assinada, a qual, após deliberação, considerou o trabalho aprovado.

Prof. Dr. Edilson Pontarolo – UTFPR
Orientador

Prof. M.Sc. Gilberto Souto - UTFPR
Examinadora

Prof^a Dr^a Giovanna Pezarico - UTFPR
Examinadora

Prof^a Dr^a Iolanda Bueno de Camargo Cortelazzo
UTFPR - Examinadora

Visto da Coordenação
Prof^a Dr^a Marlize Rubin Oliveira
Vice-Coordenadora do PPGDR

O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do PPGDR.

Aos meus amados pais David e Nair que ao longo de toda sua vida não mediram esforços, carinho, dedicação e amor para que eu alcançasse todos os meus objetivos de crescimento pessoal e intelectual, tudo que sou e conquistei é graças a eles, e a conclusão de mais esta etapa de desenvolvimento dedico a eles.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida e a oportunidade de crescimento!

A minha mãe pela dedicação, carinho, incentivo, compreensão e seu amor incondicional!

As minhas amigas irmãs Silvia Letícia, Ingride, Marilene, Marilu e Maria de Lourdes pelo apoio, incentivo, pelo ombro amigo nos momentos de tristeza e principalmente pela ajuda nos longos dias de estudo e produção para a efetivação deste trabalho de pesquisa!

Aos colegas de mestrado pelos dias compartilhados e pela amizade conquistada em especial a minha querida Ana Paula que se tornou uma amiga especial para toda a vida!

Aos docentes do PPGDR pelos dias de estudo e intenso aprendizado, pela oportunidade de compartilhar experiências e conhecimentos que enriqueceram minha trajetória e ajudaram a construir um novo olhar para o mundo!

A Elizabeth minha colega de CEPB pela disponibilidade em auxiliar na coleta de dados para a realização desta pesquisa e pelo carinho sempre demonstrado!

E em especial ao meu orientador, pela sua paciência e incentivo, por sua sensibilidade e apoio nos momentos de dificuldades pessoais vividos ao longo desta caminhada, e pelo conhecimento compartilhado ao longo de todo este período de estudo!

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo, educo e me educo. Pesquiso para conhecer e o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (FREIRE, Paulo, 1996)

RESUMO

A Educação Profissional é uma modalidade de ensino intimamente atrelada à inserção dos indivíduos no mundo trabalho, uma vez que tem como premissa a sua relação entre educação e trabalho. Este estudo teve como objetivo caracterizar a evasão escolar nos cursos subsequentes do Colégio Estadual de Pato Branco (CEPB) através da realização de um diagnóstico sobre o fluxo de matrículas nos cursos e a mensuração dos índices de evasão identificados neles no período compreendido entre os anos de 2007 a 2012, bem como buscar identificar quais os seus fatores causadores. Para tanto a pesquisa foi dividida em duas fases, a primeira de caráter quantitativo em que foram analisados relatórios escolares da instituição para coleta de dados e mensuração do fluxo de matrículas e cálculos dos índices de evasão e a segunda fase de caráter qualitativo através de entrevistas semi-estruturadas para a identificação dos possíveis fatores que contribuem para a ocorrência do abandono escolar. Identificou-se que os cursos técnicos subsequentes do CEPB registraram índices elevados de evasão no período de 2007 a 2012, sendo que os maiores valores estão relacionados com os cursos de Técnico em Administração e Técnico em Informática, sendo que o primeiro período do curso onde são registrados os maiores índices de abandono. Identificou-se também que a evasão nos cursos subsequentes se manifesta de forma complexa e resulta de uma correlação entre diversos elementos, sendo os sociais e econômicos os mais relevantes na decisão do aluno em abandonar o curso de formação profissional.

Palavras-chave: Educação Profissional, Evasão Escolar, Cursos Técnicos Subsequentes.

ABSTRACT

The Professional Education is an area of teaching deeply interrelated to the insertion of the individuals in the world of work once under the premise of their relationship between education and work. This study aimed to depict the school evasion in the subsequent courses of Colégio Estadual de Pato Branco (CEPB) through the realization of a diagnosis about the flow of the enrolments in the courses and the measure of the identified indices of evasion in the period between 2007 to 2012, as well as to identify what are the factors that are causing that. For that, the research was divided in two different stages, the first as a quantitative one which comprehended to analyze the school institution reports in order to collect data and measure the enrolments flow and the calculation of the evasion indices, and the second one as a qualitative research through semi structures interviews in order to identify the possible factors that contribute to the school dropouts. It was identified that the CEPB technical subsequent courses registered high level of evasion during the period of 2007 and 2012, considering that the highest levels were on the Administration and Informatics Technic courses and, the first years of courses have the highest levels of evasions. It was also identified that the dropouts in the subsequent courses show complexity and results of a correlation of several elements being the social and economics the most relevant for the decision of abandoning the professional education course.

Key words: Professional Education, School Dropout, Subsequent Technical Courses.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Níveis e indicadores para compreender o fracasso escolar	41
Quadro 2 – Dados gerais dos cursos de educação profissional subsequente do CEPB	59
Quadro 3 – Motivos que influenciaram a decisão de abandonar os cursos técnicos subsequentes do CEPB	89

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição de alunos por curso subsequente do CEPB de acordo com o gênero no período de 2007 a 2012	62
Gráfico 2 – Distribuição de alunos dos cursos subsequentes do CEPB de acordo com a faixa etária no período de 2007 a 2012	64
Gráfico 3 – Índices de fracasso escolar nos cursos técnicos subsequentes do CEPB	65
Gráfico 4 – Quantidade de alunos diplomados e evadidos nos cursos subsequentes do CEPB período de 2007 a 2012	67
Gráfico 5 – Quantidade de alunos diplomados e evadidos por curso subsequente do CEPB no período de 2007 a 2012	68
Gráfico 6 – Quantidade de desistências por semestre letivo nos cursos subsequentes do CEPB no período de 2007 a 2012	69
Gráfico 7 – Índices de evasão anual por curso subsequente do CEPB de 2007 a 2012	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidade de matrículas na educação profissional subsequente no Estado do Paraná de 2007 a 2013.....	36
Tabela 2 – Motivos de abandono no Programa de educação profissional de Minas Gerais, 1º semestre de 2008	48
Tabela 3 – Quantidade de matrículas de alunos ingressantes por ano nos cursos subsequentes do CEPB de 2007 a 2011	60
Tabela 4 – Quantidade de matrículas por ano nos cursos subsequentes.....	60
Tabela 5 – Quantidade e variação percentual de empregos segundo as atividades econômicas do município de Pato Branco entre os anos de 2011 e 2013	61
Tabela 6 – Quantidade de novas matrículas por semestre letivo nos cursos subsequentes do CEPB de 2007 a 2011	61
Tabela 7 – Alunos por faixa etária na educação profissional subsequente do CEPB	63
Tabela 8 – Quantidade de alunos, média de idade e desvio padrão por curso técnico subsequente	64
Tabela 9 – Quantidade de novas matrículas nos cursos subsequentes do CEPB no período de 2007 a 2012	72
Tabela 10 – Quantidade de matrículas ativas por semestre letivo nos cursos subsequentes do CEPB no período de 2007 a 2012	72
Tabela 11 – Quantidade de alunos concluintes por semestre letivo nos cursos subsequentes do CEPB no período de 2007 a 2012	73
Tabela 12 – Quantidade de alunos desistentes por semestre letivo nos cursos subsequentes do CEPB no período de 2007 a 2012	73
Tabela 13 – Quantidades e percentuais de alunos diplomados e evadidos nos cursos subsequentes do CEPB de acordo com o gênero no período de 2007 a 2012	75
Tabela 14 – Teste do Qui-Quadrado para as variáveis gênero e evasão	76
Tabela 15 – Teste T – Comparativo de médias do coeficiente de rendimento geral e frequência geral dos cursos técnicos subsequentes do CEPB	77
Tabela 16 – Quantidade de alunos e percentual de evasão em quatro clusters.....	78
Tabela 17 – Distribuição de alunos de acordo com as variáveis Gênero, Média de Idade, Média do Coeficiente de Rendimento, Média de Frequência, Evasão e Curso em quatro agrupamentos	78

LISTA DE ABREVIATURAS

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CEE – Conselho Estadual de Educação
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEPB – Colégio Estadual de Pato Branco
EP - Educação Profissional
IES – Instituições de Educação Superior
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
MEC – Ministério da Educação
ONG – Organização Não Governamental
PEP – Programa de Educação Profissional
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento
PREMEN – Programa de Expansão e Melhorias do Ensino
PROEM – Programa de Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio
SEE – MG - Secretaria de Educação Estadual de Minas Gerais
SEED – Secretaria de Estado da Educação
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SERE – Sistema Estadual de Registro Escolar
SUDE – Superintendência de Desenvolvimento Educacional
USAID – United States Agency for International Development – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	OBJETIVOS	20
1.1.1	<i>Objetivo Geral.....</i>	20
1.1.2	<i>Objetivos Específicos</i>	21
1.2	JUSTIFICATIVA.....	21
2	TRAJETÓRIA E CONCEPÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	23
2.1	A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL	23
2.2	A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NAS DÉCADAS DE 1990 E 2000.....	30
2.3	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DO PARANÁ - DÉCADAS DE 1990 A 2000	33
3	EVASÃO ESCOLAR	38
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA EVASÃO ESCOLAR.....	38
3.2	FATORES QUE INFLUENCIAM NA EVASÃO ESCOLAR.....	40
3.2.1	<i>Contexto Socioeconômico e Contexto Familiar</i>	42
3.2.2	<i>Sistema Educacional e Escola</i>	43
3.2.3	<i>Aluno – Interesse, expectativas e perspectivas, adaptação</i>	44
3.3	EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	45
4	EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SUBSEQUENTE NO COLÉGIO ESTADUAL DE PATO BRANCO.....	49
4.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO	49
4.1.1	<i>Local da Pesquisa</i>	50
4.1.2	<i>Recorte de Tempo</i>	51
4.1.3	<i>Sujeitos da Pesquisa</i>	52
4.1.4	<i>Coleta de Dados.....</i>	52
4.1.5	<i>Tratamento e Análise dos Dados.....</i>	54
4.2	A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO.....	55
4.2.1	<i>Construção e Manutenção da Educação Profissional no Colégio Estadual de Pato Branco (CEPB).....</i>	56
4.2.2	<i>Caracterização dos Cursos de Educação Profissional Subsequente no Período entre os anos de 2007 a 2012.....</i>	57
4.3	RESULTADOS E DISCUSSÃO - EVASÃO NO COLÉGIO ESTADUAL DE PATO BRANCO.....	66
4.4	FATORES QUE INFLUENCIARAM A EVASÃO ESCOLAR NO CEPB.....	79
4.4.1	<i>Fatores Individuais.....</i>	80
4.4.1.1	<i>Expectativas e compromissos com a formação profissional.....</i>	81
4.4.1.2	<i>Contexto familiar e Escolaridade prévia</i>	82
4.4.1.3	<i>Contexto socioeconômico.....</i>	84
4.4.2	<i>Fatores Institucionais.....</i>	86
4.4.2.1	<i>Organização curricular.....</i>	87
4.4.2.2	<i>Integração escolar</i>	87
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
	REFERÊNCIAS	95
	APÊNDICES	100

1 INTRODUÇÃO

A Educação Profissional é historicamente marcada por seu caráter de formação técnica e tecnológica norteadas por políticas educacionais voltadas à profissionalização dos indivíduos para sua inserção no mercado¹ de trabalho - considerando neste termo, especificamente, o fator empregabilidade - atendendo as demandas dos setores produtivos e articulada aos processos de desenvolvimento econômico-financeiro. Diante desta característica, esta modalidade de ensino sofreu ao longo de sua trajetória diversas reformulações, quer seja em suas diretrizes, organização curricular, formas de oferta e/ou articulação com educação básica.

No Brasil, a educação profissional inicialmente foi marcada, por diversas vezes, como política de assistencialismo ou compensatória, sendo direcionada para uma formação voltada somente ao domínio de um ofício, oferecida às classes menos favorecidas como treinamento, caracterizando o seu princípio excludente.

A partir da década de 1940, a Educação Profissional inicia um processo de crescimento e passa a ser considerada de nível médio e os alunos egressos destes cursos técnicos são autorizados a ingressar no ensino superior. Na década de 1950 é considerada como um elemento para o desenvolvimento econômico-financeiro do país, e destinada à formação profissional voltada para a produção industrial, a qual gera uma demanda de educação baseada na capacitação técnica, mas mantém, em princípio, seu caráter excludente, uma vez que é destinada aos indivíduos que buscam principalmente uma inserção no setor produtivo e não na educação superior. Já na década de 1970, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira-LDB, através da Lei nº 5.692/71 torna técnico-profissional todo o currículo de ensino médio. A referida Lei cria programas de Expansão do Ensino Médio os quais recebem incentivos financeiros para construção e/ou melhoria de infraestrutura em escolas, aquisição de equipamentos, acervo bibliográfico e capacitação – com técnicos do setor produtivo – de docentes para o ensino técnico. Também articula a aproximação entre empresas e escola para ajuste do currículo de acordo com uso de tecnologias com vistas ao setor produtivo, bem como, realiza diagnóstico econômico para identificar os setores que demandariam mais profissionais técnicos

¹ Segundo Oliveira; Almeida (2009) O termo mercado de trabalho possui a visão da sociedade capitalista, do conceito de empregabilidade em que a educação passa a ser vista como um produto, um serviço de caráter mercadológico e imediatista na qual os resultados devem ser obtidos em curto prazo.

especializados. Estas medidas caracterizam a educação de segundo grau como educação tecnicista com viés ao mercado de trabalho, como afirma Frigotto (2006, p. 76) “a educação é tratada, no economicismo tecnocrático, como técnica social ou formadora de ‘recursos humanos’”.

Durante a década de 1990, a educação brasileira é direcionada de acordo com as recomendações das agências de desenvolvimento internacionais (CEPAL, BANCO MUNDIAL, BID), que delimitam objetivos de qualidade como formação de competências para a competitividade no mundo globalizado. Estas recomendações tiveram um enfoque maior na Educação Profissional, para que esta focasse a formação baseada em habilidades e competências para um modelo flexível de produção. Como ressalta Delphino (2010, p. 98), “[...] segundo o Banco Mundial, a educação profissional necessita de um modelo flexível e não engessado, que possa ser rapidamente modificado segundo o movimento econômico”.

A partir destas recomendações a educação sofre uma reformulação através da Lei nº 9.394/96, que retira a obrigatoriedade da formação técnico-profissional do segundo Ensino Médio, e instaura apenas a articulação entre educação básica e educação profissional. Esta LDB está em vigor e regulamenta toda a educação brasileira atual. Diante desta nova reformulação da educação secundária, é promulgado o Decreto nº 2.208/97 o qual estabelece a desvinculação da Educação Profissional da Educação Básica, como descrevem os artigos 2º e 4º do referido decreto:

Art. 2º A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou em modalidades que contemplem estratégias de educação continuada, podendo ser realizada em escolas do ensino regular, em instituições especializadas ou nos ambientes de trabalho.[...]

[...] Art. 4º A educação profissional de nível básico é modalidade de educação não formal e duração variável, destinada a proporcionar ao cidadão trabalhador conhecimentos que lhe permitam reprofissionalizar-se, qualificar-se e atualizar-se para o exercício de funções demandadas pelo mundo do trabalho, compatíveis com a complexidade tecnológica do trabalho, o seu grau de conhecimento técnico e o nível de escolaridade do aluno, não estando sujeita à regulamentação curricular.” (BRASIL, 1997)

Esta alteração modificou profundamente as diretrizes e encaminhamentos da Educação Profissional, tornando-a uma modalidade de ensino fragmentada, baseada em habilidades e competências para a execução de tarefas com ênfase na especialização técnica, não se preocupando com a formação integral dos indivíduos, bem como delegava a responsabilidade de oferta e manutenção ao setor privado e não mais ao Estado.

No ano de 2004, com as mudanças no panorama político brasileiro, a educação profissional é retomada, reaparecendo como um elemento de centralidade, no discurso político e na política pública, para o desenvolvimento socioeconômico do país. A partir deste ideário ocorre a revogação do Decreto nº 2.208/97 e promulga-se o Decreto nº 5.154/04, no qual a modalidade de Educação Profissional é novamente vinculada a Educação Básica de nível médio podendo esta ser articulada de três formas: Integrada, Concomitante ou Subsequente ao Ensino Médio, como estabelece o artigo 4º do Decreto nº 5.154/04,

Art. 4º A educação profissional técnica de nível médio, nos termos dispostos no § 2º do art. 36, art. 40 e parágrafo único do art. 41 da Lei nº 9.394, de 1996, será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio

§ 1º-A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I-integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II-concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer: na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;

III-subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio. (BRASIL, 2004)

Nesse sentido, abre-se uma nova perspectiva para a educação profissional, possibilitando novamente a sua articulação com a educação básica, restabelecendo uma posição mais abrangente de ofertas – integrada, concomitante, subsequente ao ensino médio – para a educação profissional anteriormente impedidas pela legislação. O ensino médio integrado trabalha com as disciplinas da base nacional comum e as disciplinas específicas da área técnica no mesmo currículo, integrando os conhecimentos, destinado aos alunos egressos do ensino fundamental. A educação profissional subsequente é destinada aos alunos egressos do ensino médio e inclui somente disciplinas das áreas técnicas. Já a educação profissional concomitante trabalha com disciplinas da base nacional comum e da área técnica separadamente, em currículos distintos, sendo que a área técnica é trabalhada em contraturno.

As escolas de natureza pública, ou seja, as que tem no Estado o seu mantenedor, iniciam um processo de reabertura de cursos de educação profissional. O governo do Estado do Paraná inicia uma série de articulações, seminários, congressos e reuniões com docentes para a reformulação da Educação Profissional técnica de nível médio, enfatizando a articulação integrada ao Ensino Médio, o qual segundo as concepções presentes na formulação das diretrizes, buscava uma educação integral², emancipadora e politécnica, baseada na escola integral de Gramsci (SEED, 2006).

No município de Pato Branco a Educação Profissional é ofertada no âmbito público estadual, tendo como mantenedora a Secretaria de Estado da Educação – SEED e no âmbito privado, o Sistema S (SESI, SENAI, SESC e SENAC), tendo como mantenedor, o sistema produtivo. Os cursos técnicos públicos são ofertados nas formas integrado e subsequente ao ensino médio desde o início de 2005, regulamentados de acordo com o Decreto nº 5.154/04 sendo oferecidos pelo Colégio Estadual de Pato Branco (CEPB). O CEPB foi concebido e construído através do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino – PREMEN no final da década de 1970. O PREMEN foi criado a partir de uma demanda por educação profissionalizante pelo Decreto nº 70.067/72, com o objetivo de administrar os recursos oriundos da USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, para elaborar projetos arquitetônicos, equipar as unidades escolares com todo o mobiliário e equipamento didático necessário; treinar o pessoal docente e técnico-administrativo e dar todo o apoio administrativo pedagógico para a implantação das habilitações básicas programadas para as mesmas. A USAID, portanto, atuava especificamente no aporte de recursos financeiros e na capacitação técnica e docente. A instituição mantém a modalidade de ensino profissionalizante desde o início de seu funcionamento, perpassando por todas as reformulações propostas pelas políticas públicas e com a articulação junto ao setor produtivo do município, mantendo a oferta dos cursos técnicos ao longo das mudanças de cada período histórico.

O Colégio Estadual de Pato Branco, atualmente, oferta os cursos técnicos profissionalizantes nos seguintes eixos tecnológicos: Saúde e Estética – Técnico em

² A Educação Integral se baseia em uma educação politécnica ou tecnológica que pretende ser omnilateral no sentido de formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política e científico-tecnológica através da articulação entre conhecimento, trabalho e cultura (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2011).

Enfermagem, Informação e Comunicação – Técnico em Informática, Gestão e Negócios – Curso Técnico Subsequente em Administração e Desenvolvimento Educacional e Social – Curso de Formação de Docentes para Educação Infantil e Ensino Fundamental Séries Iniciais, oferecendo desta maneira, a qualificação profissional articulada com as demandas locais. Segundo o caderno estatístico do IPARDES o setor produtivo do município de Pato Branco tem como base econômica os setores de prestação de serviços e comércio. No ano de 2013 o município possuía 2.461 estabelecimentos que ofertaram 17.208 empregos diretos – sendo o comércio (atacado e varejo), as empresas de tecnologia e de saúde as principais atividades econômicas (IPARDES, 2015). Estas ofertas de emprego demandam a necessidade de qualificação profissional voltada para estas áreas.

Observa-se, nesse contexto, uma consonância entre a necessidade do setor produtivo local e a oferta de capacitação profissional, podendo ser, essa relação, um facilitador ao processo de desenvolvimento.

No município de Pato Branco, a procura por cursos de profissionalização foi crescente no período compreendido entre os anos de 2007 a 2011, em média 225 alunos/ano matricularam-se nos cursos subsequentes do CEPB (SERE, 2007-2012), mas, em contrapartida, também foi constatado ao longo destes últimos anos, que os cursos subsequentes vêm enfrentando uma elevação nos índices de evasão escolar, conforme será detalhado mais adiante (Capítulo 4). Em virtude desta ocorrência, surge a inquietação por parte da pesquisadora e demais docentes dos cursos de educação profissional do CEPB quanto à caracterização do fenômeno evasão escolar, buscando mensurar os índices de evasão e identificar os fatores causadores dos mesmos.

Autores como Fini; Dore; Lüscher (2013) consideram a evasão escolar como um fenômeno complexo e construído ao longo da trajetória escolar, sendo a decisão de abandono o último ato do processo. Portanto, para os autores, a evasão escolar é um fenômeno multifacetado, condicionado por elementos internos e externos às instituições escolares e que requer uma análise multidisciplinar sobre a sua ocorrência. Queiroz (2004) corrobora a perspectiva desses autores ao salientar que diversos estudos que analisam a evasão escolar partem de duas abordagens diferentes, a primeira que busca explicações na perspectiva dos fatores externos à instituição escolar, por exemplo, trabalho, desigualdades sociais e familiares, e a

segunda a partir de fatores internos à escola, por exemplo, currículos, docentes e ambiente escolar.

Da mesma forma, Delphino (2010) aponta que as constantes reformulações da Educação Profissional ao longo do seu processo de implementação não permitiram a construção de uma política pública, para a educação profissional, duradoura e consistente, de que certa maneira descaracteriza esta modalidade de ensino como uma educação mais efetiva no intuito de inserção dos seus egressos no mundo do trabalho³, e que esta característica pode contribuir para um aumento dos índices de evasão desta modalidade de ensino.

Faz-se necessário conhecer as especificidades deste fenômeno que interfere no curso de desenvolvimento escolar dos indivíduos. Portanto o fenômeno evasão escolar se caracteriza como um processo que deve ser analisado a partir das especificidades que o envolvem, tais como: modalidade de ensino em que ocorre, quais as características do ambiente e dos sujeitos envolvidos, qual o tipo de evasão se manifesta para posteriormente buscar a identificação do conjunto de fatores causadores deste processo.

Diante desta perspectiva, a pesquisa se propôs a investigar: Quais os principais fatores da evasão escolar e como estes se relacionam para influenciar a decisão do estudante em abandonar os Cursos de Educação Profissional do Colégio Estadual de Pato Branco.

O processo de investigação iniciou-se pelo levantamento bibliográfico e documental sobre as especificidades da educação profissional ao longo de sua trajetória – alterações nas formas de oferta e organizações curriculares –, como também em relação ao fenômeno evasão escolar nos diferentes níveis de escolarização e as regularidades encontradas nos relacionamentos entre os fatores que o geram. Em seguida, partiu para uma pesquisa de caráter quantitativo com o objetivo de mensurar o fenômeno evasão escolar nos cursos técnicos subsequentes e como este se distribui em cada curso e se relaciona com as variáveis de gênero, faixa etária e rendimento escolar. Esta fase contou com a coleta de informações a partir de documentos oficiais da instituição de ensino e do Censo Escolar e foram

³ Segundo Fígaro (2008) o mundo do trabalho é o espaço resultante das relações que nascem motivadas pela atividade humana de trabalho, ou seja, é o conjunto de fatores que relacionam a atividade humana de trabalho, o ambiente a que ela ocorre e as normas que regulamentam essas relações.

sistematizados em um software estatístico para a confecção de tabelas estatísticas descritivas e análise multivariada de conglomerados. Na sequência, suscitou a necessidade de uma pesquisa de caráter qualitativo para identificar junto aos alunos que se evadiram dos cursos técnicos os principais fatores que ao longo da trajetória escolar influenciaram o abandono escolar. Nesta fase utilizou-se a técnica de entrevista semi-estruturada e análise de conteúdo.

Além deste tópico introdutório a dissertação está organizada em outros três capítulos. O Capítulo 2 destina-se a uma abordagem teórica sobre a concepção e trajetória da educação profissional no Brasil e no Estado do Paraná, com maior ênfase para o período entre as décadas de 1990 e 2000. Discute a implantação e o caráter da educação profissional, bem como descreve as diferentes formas de normatização, regulamentação e organização da educação profissional brasileira, com destaque maior para as políticas públicas implantadas no Estado do Paraná.

O Capítulo 3 traz uma abordagem teórica relacionada ao fenômeno evasão escolar, abordando as suas múltiplas dimensões conceituais bem como os processos para a sua caracterização. Aborda a caracterização dos principais fatores ou dimensões que influenciam no processo de evasão escolar, e como estes podem se inter-relacionar. Apresenta ainda uma abordagem sobre a evasão escolar no âmbito da educação profissional.

No Capítulo 4 é apresentada uma caracterização da educação profissional no município de Pato Branco, com ênfase nos cursos subsequentes ofertados pela rede pública estadual de ensino. Também são apresentados os dados e discutidos os resultados obtidos com as fases de pesquisa quantitativa e qualitativa sobre a ocorrência do fenômeno evasão escolar nos cursos subsequentes.

E finalmente nas considerações finais são apresentadas e discutidas as conclusões deste estudo em relação ao atendimento dos objetivos propostos.

1.1 OBJETIVOS

Partindo da problemática identificada expõem-se os objetivos desta pesquisa.

1.1.1 Objetivo Geral

Caracterizar a partir de um estudo de caso o fenômeno evasão escolar nos Cursos de Educação Profissional Subsequente do Colégio Estadual de Pato Branco.

1.1.2 Objetivos Específicos

Descrever com base nos resultados obtidos no estudo de caso a Educação Profissional Subsequente de Nível Médio ofertada pelo Colégio Estadual de Pato Branco, com ênfase no período entre os anos de 2007 a 2012;

Mensurar os índices de evasão escolar nos cursos técnicos subsequentes do CEPB;

Identificar os fatores causadores da evasão escolar dos cursos técnicos subsequentes, bem como suas possíveis relações.

1.2 JUSTIFICATIVA

A Educação Profissional assume um papel de agente de desenvolvimento socioeconômico no contexto dos programas governamentais. Para tanto esta modalidade de ensino demanda uma série de incentivos por parte do Estado, enquanto gestor e mantenedor da mesma, como investimento financeiro para construção de centros de educação profissional, aquisição de laboratórios e equipamentos, aquisição de acervos bibliográficos técnicos, bem como contratação e capacitação continuada de docentes. Em contrapartida, as instituições que ofertam esta modalidade de ensino precisam atender ao interesse público, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Estado, voltadas para a formação social e profissional dos cidadãos.

O Censo da Educação de 2010 revela um crescente aumento nas matrículas de educação profissional. Observa-se que 62% das matrículas na educação profissional de nível médio foram efetivadas em cursos subsequentes (BRASIL, 2010). No estado do Paraná, na rede Pública, as matrículas de educação profissional de nível técnico subsequente atingiram 30.839 em 2012, demonstrando a procura efetiva pela formação profissional de nível médio (SEED, 2012). No entanto observa-se um aumento nos índices de abandono destes cursos. Esses índices puderam ser observados a partir da análise de relatórios finais da Educação Profissional do Colégio Estadual de Pato Branco, onde se identificou um elevado índice de evasão escolar (SERE, 2011).

Do ponto de vista da formulação das políticas públicas e projetos pedagógicos da Educação Profissional de Nível Técnico, tanto no nível macro

(legislação e programas federais e estaduais), quanto no nível micro (do estabelecimento de ensino e do curso), interessa conhecer de forma pormenorizada as diferentes formas como os fatores envolvidos do fenômeno da evasão se manifestam, se relacionam e se combinam.

A compreensão dos fatores que contribuem para a evasão escolar dos cursos da Educação Profissional pode contribuir para identificar os motivos da não continuidade dos estudos pelo aluno, mesmo que estes possam proporcionar seu crescimento pessoal, social e econômico e ainda melhores condições de empregabilidade.

Diante deste contexto, entendendo que a Educação Profissional pode ser considerada um meio de a capacitação profissional para o mundo do trabalho e seus arranjos produtivos locais, identifica-se a relevância do presente trabalho, pois a redução do público para esta modalidade de ensino pode afetar diretamente o setor produtivo e por consequência o desenvolvimento local.

2 TRAJETÓRIA E CONCEPÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Neste capítulo, é apresentada a trajetória e concepção da educação profissional no Brasil desde o período imperial até os tempos contemporâneos, com maior ênfase nas décadas de 1990 e 2000 devido as grandes mudanças no cenário da educação brasileira destes períodos. Também fazem parte deste capítulo as políticas para a educação profissional implantadas no estado do Paraná entre as décadas de 1990 e 2000.

2.1 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

A Educação Profissional (EP) no Brasil está atrelada ao processo de inserção dos indivíduos no mundo/mercado do trabalho uma vez que tem como característica a formação e qualificação profissional de jovens e adultos trabalhadores. Sendo assim a especificidade da EP ocorre a partir da relação entre o trabalho e a educação. A educação está intimamente ligada à natureza humana, sua organização social, sua transformação e conseqüente evolução. Para Saviani (2005) a educação é um fenômeno propriamente humano uma vez que desde os nossos ancestrais a principal atividade da humanidade foi repassar os seus conhecimentos, valores, hábitos e costumes aos seus descendentes, o que segundo o autor configura um processo de trabalho. Kuenzer (1997) corrobora a ideia do autor ao apontar que o homem se faz homem, modifica a si mesmo e o meio em que vive a partir das relações de trabalho, sendo esta a categoria central da produção humana. Dessa forma, para a autora todas as formas de educação se constituem em educação para o trabalho, e tem, ao mesmo tempo, uma dimensão teórica e uma dimensão prática. Partindo desta imbricação entre trabalho e educação surge a especificidade da educação profissional – modalidade de ensino que tem por finalidade a preparação dos indivíduos para atuarem no sistema produtivo.

Sendo assim a trajetória da EP se articula de acordo com os movimentos e demanda dos arranjos produtivos e do sistema capitalista, como aponta Kuenzer (1997) ao afirmar que é a força do capital que determina no processo de produção da ciência oficial quais serão os objetos de investigação, financia os meios para a pesquisa e se apropria dos resultados, determinando desta forma qual a qualificação aos indivíduos que é conveniente ao capital.

O desenvolvimento econômico e social no Brasil imperial inicialmente se organizou a partir do modelo agroexportador, principalmente de produtos primários. Este sistema não necessitava de mão de obra mais qualificada, uma vez que o trabalho rural em sua maioria era executado pelos escravos, e o ofício nas cidades (carpinteiros, pintores, artífices) realizado por profissionais que aprendiam no próprio exercício da atividade, sendo o trabalho especializado realizado por homens livres ou europeus, cuja educação era restrita ao ensino universitário em países europeus. É somente no início do século XIX que se inicia a organização oficial do ensino (GOMES, 2013).

Com a transferência da corte portuguesa para o Brasil instalaram-se diversas faculdades destinadas à aristocracia rural e estratos médios da época. Em 1840, são criadas as escolas de ofícios mantidas pelo Estado e com vistas a ensinar trabalhos manuais e artesanais aos órfãos, e no ano de 1856 foram criados os liceus com acesso livre aos cursos, com exceção de escravos.

Com o início da república, o trabalho escravo é substituído pelo trabalho de imigrantes, ocorre o desenvolvimento das atividades urbanas e com ele os trabalhadores livres do comércio, exército e funcionários públicos e se inicia uma revolução de empregabilidade através do viés da revolução industrial, neste contexto configura-se a necessidade de uma escola técnica e profissional para a formação destes trabalhadores (DELPHINO, 2010).

Em 1909 no governo de Nilo Peçanha são criadas as escolas de aprendizes artífices subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, cujos ofícios oferecidos eram de marcenaria, alfaiataria e sapataria (GOMES, 2013).

O crescimento da urbanização e industrialização serve como propulsor da expansão da escolaridade no decorrer do século XX. A educação brasileira passa a ter a organização racional do trabalho das escolas técnicas de acordo com os princípios tayloristas, com ênfase nas tarefas e eficiência operacional, combinados com os princípios da psicotécnica, avaliação mental e psicológica dos indivíduos, caracterizando desta forma a formação, avaliação e adaptação dos estudantes a partir de uma função específica de produção, combinando o processo de ensino ao do trabalho e da produção (DELPHINO, 2010).

Gomes (2013) aponta que diante desta situação de transformações econômicas e no modo de produção aumentam a demanda por educação, e a partir disto o Estado busca expandir o seu quadro escolar. Então em 1930 cria-se o

Ministério da Educação e Saúde Pública, cujo primeiro ministro foi Francisco Campos, o qual efetivou diversos decretos para as mudanças na educação, dentre eles o Decreto Nº. 19850/31 que criou o Conselho Nacional de Educação (GOMES, 2013, p. 65).

Estas mudanças na educação ficaram conhecidas como Reforma Francisco Campos, que institui o ensino secundário ao implantar um currículo seriado e enciclopédico, já que até o momento, imperava neste ensino o currículo preparatório para o ensino superior. No nível de educação profissionalizante nesta época tratou-se apenas de mudanças do ensino comercial, que através do Decreto Nº 20158/31, organizou este ensino e regulamentou a profissão de contador, deixando os demais ramos do ensino profissional marginalizados (GOMES, 2013).

Na década de 1940 o ensino técnico industrial é organizado como um sistema e passa a fazer parte do Ministério da Educação, em função da demanda por técnicos em virtude da expansão da produção nas indústrias. A educação neste período passa a ter um ensino médio dividido em duas etapas: 1º e 2º ciclos subdivididos em cinco segmentos, secundário (propedêutico ao ensino superior), normal, industrial, comercial e agrícola. Esta reforma na educação ficou conhecida como Reforma Capanema ou Leis Orgânicas do Ensino. Esta reforma foi significativa na história do ensino profissional, pois pela primeira vez devido à demanda do desenvolvimento nacional, o Estado engaja-se na questão da educação profissional em nível técnico. “Esta reforma organizou o ensino técnico profissional em três áreas de economia, criando a Lei Orgânica do Ensino Industrial (Decreto-Lei 4.073/42); a do Ensino Comercial (Decreto-lei 6.141/43) e a do Ensino Agrícola (Decreto-lei 9.613/46)”. (GOMES, 2013, p. 67)

Nas primeiras décadas do século XX com a expansão industrial e do comércio surge a maior necessidade de formação profissional, e como o sistema educacional não conseguia atender em larga escala, o Governo decide institucionalizar agências profissionalizantes paralelas ao sistema oficial, para a formação de mão de obra. Neste sentido são criados em convênio com a Confederação Nacional das Indústrias o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). O intuito da criação destes sistemas era o de capacitar, de forma rápida, o maior número de pessoas para atender a demanda de qualificação para o trabalho em todos os níveis de profissionalização (GOMES, 2013, p. 67-68).

A partir da segunda metade do século XX, o mundo ocidental entra em um processo de busca pelo desenvolvimento baseado na superexploração dos recursos naturais, nos processos de industrialização, nas formas de organização social e de produção e nas dinâmicas da economia de mercado.

O Brasil segue este mesmo processo de mudanças na estrutura econômica e social, principalmente a partir da década de 1950 buscando implementar as teorias desenvolvimentistas de industrialização e crescimento econômico preconizadas pelo plano de governo do presidente Juscelino Kubitschek, e estendidas ao período do governo militar, como destaca Cardoso:

A temática do discurso Kubitschek se concentra em torno do desenvolvimento. Pretende propor uma política que permita deflagrar a aceleração do crescimento econômico, superando o estado de atraso e alcançando a prosperidade. [...] O produto desta política e do esforço a que conduz será a prosperidade, a ser conseguida através da industrialização.(CARDOSO, 1978, p. 93)

Concomitante a este período e em decorrência da racionalização do processo de desenvolvimento a educação profissional ganha maior ênfase, por ser um elemento de contrapartida aos propósitos desta política, uma vez que a educação neste período aparece vinculada ao desenvolvimento na forma de interdependência entre ambos (CARDOSO, 1978). Neste período “a visão de desenvolvimento é bastante global, assumindo que em nossos dias, a educação, a ciência e as atividades produtoras constituem três faces de um mesmo problema, que só em conjunto pode ser resolvido” (CARDOSO, 1978, p. 219). O que determinou desta forma uma maior atenção aos processos de desenvolvimento cultural e científico em consonância com a industrialização do país.

Para esta época a educação teria que passar por mudanças em todos os seus níveis. Buscava-se torná-la um ensino mais prático para que pudessem atender as necessidades do desenvolvimento industrial. Neste contexto surge a “técnica⁴” como característica de qualificação básica para a finalidade que se propunha a educação, onde a potencialidade de progresso do país se estima pelo número de técnicos e cientistas que este oferece. O discurso em torno do desenvolvimento industrial da época preconizava que este criara uma demanda de especialistas, que gerou um mercado de trabalho potencial (CARDOSO, 1978).

⁴ Segundo Durães (2009) o termo técnica no contexto da educação profissional está ligado ao saber-fazer, ou seja, é uma educação vinculada ao treinamento de habilidades profissionais, onde os trabalhadores apenas executam tarefas e portanto precisam aprender a fazer e não a saber.

Neste período as diretrizes, conceitos, princípios de organização e pressupostos para a educação, foram moldados de acordo com a racionalidade econômica dominante e com a noção de talentos, onde as aptidões determinam o grau de escolaridade. Segundo Cardoso (1978) nesta ideologia reforça-se o ideário de que quem tem maior aptidão chega até a universidade, desta forma não se tem muito cabimento formular um ensino médio com vistas ao ingresso no nível superior, caracterizando desta forma o incremento ao ensino profissional, para que este dê conta de formar pessoal especializado para atender a demanda técnica que o desenvolvimento precisa. Este ideário também se expressa no período do governo militar, onde os interesses do novo Estado e do capital se mesclam na exploração da força de trabalho, com as reformas na educação brasileira impostas de forma autoritária, através da reforma universitária, a qual instituía o vestibular classificatório para ingresso ao ensino superior, e a instituição do segundo grau profissionalizante, destinado a desviar a procura de vagas nos cursos superiores. Caracterizando desta forma mais uma vez a exclusão, já que as melhores escolas secundárias eram particulares e reservadas às classes altas da sociedade brasileira, proporcionando o ingresso na universidade apenas para a classe dominante, e deixando os menos favorecidos com as intenções de educação para o trabalho produtivo (DELPHINO, 2010).

Neste contexto são firmados diversos acordos entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID) com vistas a estabelecer convênios de cooperação financeira e assistência técnica à educação brasileira – desde a educação básica até a educação superior. Estes convênios inseriram-se no contexto histórico marcado pelo tecnicismo educacional e pela concepção de uma educação como pressuposto para o desenvolvimento econômico. Desta forma o objetivo desta ajuda externa era a de fornecer diretrizes políticas e técnicas para uma reorientação do sistema educacional para atender as necessidades do desenvolvimento capitalista e da economia internacional. O MEC/USAID influenciaram nas formulações e orientações do sistema educacional brasileiro que posteriormente conduziram ao processo de reforma da educação brasileira durante o governo militar, destacando-se neste cenário a Comissão Meira Mattos de 1967 e o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU) de 1968 que foram decisivos para a reforma universitária – Lei Nº 5.540/68 – e do ensino de 1º e 2º graus – Lei Nº 5.692/71 (HISTEDBR, 2006).

A partir da década de 1970 o governo militar inicia seu Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), o qual se constituía de objetivos, estratégia e ação para o desenvolvimento, e tinha como principais prioridades a reforma da educação, aceleração de programas de saúde e saneamento, revolução da agricultura e aceleração do desenvolvimento científico-tecnológico. No setor econômico o PND teve um elevado grau de execução, mas deixando a desejar no aspecto social. Para a educação foi desenvolvido um diagnóstico econômico para identificar a necessidade quantitativa de profissionais necessários para cada especificidade de mão de obra: industrial, rural, ciências médicas e magistério, com o objetivo de identificar a taxa de retorno do investimento, em cada um dos setores, gerada pela educação (DELPHINO, 2010).

Como uma das medidas do I PND em relação à educação profissional, foi a reforma do ensino secundário mediante a Lei nº 5.692/71⁵ que instituiu que todo o ensino secundário estava articulado com o ensino técnico, transformando o modelo humanístico/científico em científico/tecnológico ao formalizar que todo estudante somente concluiria o ensino secundário mediante a obtenção de diploma de auxiliar técnico (final do terceiro ano) ou técnico (final do quarto ano) (DELPHINO, 2010, p.75).

Segundo o mesmo autor, apesar do objetivo da lei ser o de profissionalização voltada para o mundo produtivo, as escolas de ensino profissionalizante de segundo grau tinham pouco vínculo com o setor produtivo ou da articulação entre educação e trabalho. Em consequência disso ocorreu um descompasso entre a educação e o mercado de trabalho, precarizando ainda mais o ensino brasileiro, e não atendendo as necessidades das indústrias e setores produtivos com a formação profissional desejada.

Moura (2012) argumenta que a profissionalização compulsória pretendia eliminar a dualidade entre educação geral e formação profissional, mas que na prática isso não ocorreu, uma vez que nas redes estaduais a implantação da profissionalização não se configurou completamente, em primeiro lugar devido à concepção curricular que empobrecia a formação geral em favor de uma

⁵ Esta Lei preconizava a teoria do capital humano, na qual a qualidade da mão de obra auferida pela formação escolar e profissional ampliaria a capacidade de trabalho e de produção em todos os setores da economia. Sales e Oliveira (2011) salientam que a lei normativa instituiu a denominada profissionalização compulsória com a principal função de conter a demanda da época por vagas em cursos superiores.

profissionalização instrumental para o “mercado de trabalho”, e também pelo inadequado financiamento e formação de professores que comprometeu a qualidade dos cursos ofertados nas redes públicas estaduais. “A falta de implantação plena resultou em sua gradual flexibilização e diminuição da oferta” (MOURA, 2012, p.51).

Nesse período muitas indústrias iniciam um processo de modernização, através da automação e informatização de seus processos produtivos, exigindo uma formação diferenciada, na qual o aluno precisa de uma maior flexibilização de processos e além da formação técnica precisa mesclar com os conhecimentos do mundo do trabalho. Mais um momento em que a organização da escola profissionalizante se modifica em favor dos interesses meramente de atender as necessidades do setor produtivo. O período também é marcado por um crescimento econômico baseado na abertura de mercado, mas que acarreta também um aumento da inflação, acumulação de renda por um pequeno estrato da sociedade, e posteriormente com a crise do capital, ocorrida devido à crise do petróleo de 1973. Por fim o período termina com problemas graves de altos índices de desemprego, crise na indústria, migração para mercado informal, automação flexível requerendo técnicos mais sofisticados e a escola técnica ineficiente para atender as necessidades do setor produtivo, e as iniciativas de abertura democrática, que se intensificam e culminam com o fim do governo militar no Brasil (DELPHINO, 2010).

A nova ordem de abertura democrática exige uma reformulação dos paradigmas educacionais, que a partir deste período sofrem cada vez mais influência das agências internacionais de desenvolvimento, como a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) que formulam propostas para o financiamento dos projetos de desenvolvimento econômico do Brasil, e em contrapartida definem metas para o sistema de ensino, influenciando consideravelmente a educação profissional.

A CEPAL e o Banco Mundial colocam como objetivo para o sistema educativo a formação de competências para a competitividade, aquisição de instrumentos próprios à modernidade, exigindo da educação profissional um modelo flexível de formação e que possa ser rapidamente modificado de acordo com o movimento econômico, como também não aconselha a formação de um grande número de trabalhadores qualificados (DELPHINO, 2010).

Dentro dessa lógica das orientações das agências internacionais, a educação, principalmente a educação profissional e tecnológica, aparece como função importante para o panorama econômico-financeiro, político e ideológico do sistema, sendo considerada como ingrediente principal para o desenvolvimento econômico do país e seu ingresso ao processo de globalização e mobilidade do capital. Oliveira (2006) descreve que a CEPAL estabeleceu como prioridade um maior investimento na formação de recursos humanos nos países da América Latina e Caribe como uma prioridade para a reestruturação produtiva destes países, através de recomendações políticas e reformas nas ações educativas implementadas pelos governos desta região.

A partir deste ideário é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) que revogava a obrigatoriedade da formação profissional ao ensino de segundo grau. A partir desta nova LDB, a educação profissional passava a ser articulada a Educação Básica, das seguintes formas: integrada, concomitante ou subsequente ao Ensino Médio. (BRASIL, 1996). O Decreto nº 2.208/97 complementou a LDB no que concernia a Educação Profissional, estabelecendo que esta devesse compreender três níveis de ensino: Nível básico para qualificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente do nível de escolaridade prévia; Nível técnico para habilitar profissionalmente alunos matriculados ou egressos do ensino médio; e Nível tecnológico destinado a cursos de nível superior. A maior especificidade deste decreto se concentrou na desarticulação da Educação Profissional de Nível Técnico do Ensino Médio, uma vez que esta deveria ser organizada de forma independente (DELPHINO, 2010). Esta LDB torna o ensino técnico profissionalizante fragmentado e com base nas teorias de habilidades e competências, voltado aos interesses de formação rápida e que atenda as necessidades do setor produtivo, como expõe Ferretti (1997, p. 229) “O chamado “modelo de competências” surge como alternativa no plano empresarial, para orientar a formação de recursos humanos compatível com a organização do trabalho que lhe convém”. Esse tema será discutido no tópico a seguir.

2.2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NAS DÉCADAS DE 1990 E 2000

A década de 1990 é marcada como citado anteriormente pela promulgação do Decreto nº 2.208/97 que institui a desarticulação da educação profissional com a educação básica. Em outras palavras, este decreto formaliza a ruptura entre a educação básica e a educação profissional tornando-as independentes. O Decreto nº 2.208/97 regulamentou a LDB nº 9.394/96 e separou obrigatoriamente o ensino médio da educação profissional (MOURA, 2012, p. 54). Esta reforma estabelecia que o ensino técnico deveria se realizar de forma concomitante ou posteriormente ao ensino médio, possibilitando uma profissionalização mais rápida e flexível (OLIVEIRA, 2003, p. 26). As alterações na educação brasileira trouxeram grandes prejuízos às duas modalidades de ensino – formação geral e profissional – no período em que vigorou. Segundo Oliveira (2003) a reformulação da educação brasileira neste período representou um retrocesso principalmente na educação profissional, pois recompôs no sistema de educação a dicotomia entre os ensinos geral e profissional ao não garantir à educação profissional a equivalência com o ensino médio, uma vez que o currículo do ensino médio deveria contemplar conhecimentos nas áreas de linguagens e códigos, ciências da natureza e matemática e ciências humanas e suas articulações com as diversas tecnologias, e os mesmos não sendo incorporados ao currículo da formação profissional.

Nesta época os cursos de formação profissional se enquadravam como um modelo de educação flexível, com currículo modularizado e possibilidade de acréscimo de segmentos de habilitação para a formação do trabalho, que ampliavam as alternativas de oferta de uma formação mais ligeira e com foco no mercado (FERRETI, 1997).

Como afirma Oliveira (2003, p. 10) a educação profissional é norteadas pelas mudanças ocorridas no âmbito do capitalismo global. Desta forma é necessária a compreensão de que as alterações nas políticas educacionais deste período foram implementadas para atender aos interesses do capital internacional, do processo de globalização econômica e das modificações ocorridas no setor produtivo.

Sendo assim as reformas implantadas para a educação na década de 1990, não contribuem para a universalização da educação básica, ao contrário, elas reproduzem a escola dual e confere a educação profissional a função apenas de formar um “cidadão produtivo” submisso e adaptado às necessidades do capital e do mercado, afirma Frigotto (2007).

Neste contexto iniciam-se os anos 2000, e uma nova conjuntura política se configura a partir do final de 2002, com a transição entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Neste período acontecem discussões e seminários acerca da relação entre o ensino médio e a educação profissional (MOURA, 2012, p. 55).

Em resposta aos compromissos assumidos com sindicatos da área da indústria e atendendo o programa de governo divulgado na campanha eleitoral, o presidente Lula sanciona o Decreto nº 5.154/04, o qual revoga a proibição de integração entre o ensino médio e a educação profissional instituído pelo Decreto nº 2.208/97 (DELPHINO, 2010).

Esse decreto restabeleceu a integração da Educação Profissional ao Ensino Médio, ao condicionar a oferta desta modalidade de ensino à sua articulação com a Educação Básica, especificamente no âmbito do Nível Técnico. As formas de ofertas para os cursos profissionalizantes de nível técnico estão intrinsecamente condicionadas ao nível de escolaridade dos alunos. O Art. 4 do referido decreto dispõe sobre esta articulação:

§ 1º A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;

III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio (BRASIL, 2004).

Estas múltiplas formas de oferta da educação profissional técnica de nível médio segundo Moura (2012) assinalam a possibilidade de integração entre o ensino médio e a educação profissional como uma forma de construção de um ensino médio igualitário para todos. Isto porque a educação profissional integrada ao ensino médio viabiliza aos jovens das classes populares a possibilidade de escolha de uma profissão a partir dos 18 anos, bem como a educação profissional subsequente

proporciona aos jovens e adultos, que concluíram o ensino médio, uma melhoria nas condições de inserção social, política, cultural e econômica através da formação profissional de nível médio.

A intenção de se restituir a articulação e integração entre a educação profissional e o ensino médio era segundo Frigotto (2007) de “resgatar a perspectiva do ensino médio na perspectiva da educação politécnica ou tecnológica. Uma perspectiva, portanto que supere tanto o academicismo quanto a visão de profissionalização adestradora.” Porém esta proposta de uma educação integral, politécnica não teve muitos avanços, por falta de decisiva vontade política e de recursos do governo federal e também pela resistência ativa de grande parte de governos estaduais para implementá-la, bem como pela acomodação das instituições educacionais e da sociedade em geral (FRIGOTTO, 2007, p. 1141).

Desta forma, a proposta de ensino médio integrado a educação profissional foi sendo implantada na rede federal de educação profissional e em algumas redes estaduais, como os estados do Paraná e Espírito Santo. Sendo o Paraná o estado que intensificou ações para a efetiva implantação do ensino médio integrado. Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p.1093) constatam que a Secretaria de Educação do Paraná, teve como um desafio, por meio de um processo sistemático de elaboração coletiva de princípios e diretrizes ético-políticas e pedagógicas sólidas, garantir condições objetivas necessárias para a realização da implantação da educação profissional integrada.

2.3 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DO PARANÁ - DÉCADAS DE 1990 A 2000

O estado do Paraná iniciou antes mesmo da promulgação do Decreto nº 2.208/97 o processo de mudanças nas políticas educacionais através do Programa de Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio (PROEM) financiado pelo BID, o qual reformou todo o ensino médio e a educação profissional estadual. Este programa vislumbrava alterações curriculares com vistas a proporcionar uma suposta empregabilidade nas modalidades de ensino. Também neste período o governo estadual cria a Agência para o Desenvolvimento do Ensino Técnico – PARANATEC com a função de organizar e coordenar a educação profissional e

assim consolidar a política de total desvinculação entre ensino médio e educação profissional (GARCIA, 2009).

A política para a educação profissional proposta pela PARANATEC se baseava em dois princípios, o primeiro consistia na descentralização administrativa e pedagógica dos Centros de Educação Profissional, passando estas para organizações não governamentais (ONGs) que se responsabilizaram por firmar parceria com o setor produtivo, o qual cederia recursos materiais e humanos e ambientes para a prática pedagógica. E o segundo tinha como objetivo fazer da educação profissional um instrumento de alavancagem do desenvolvimento sustentado do estado (GARCIA, 2009, p. 59).

Segundo Saldanha e Oliveira (2009), os cursos de educação profissional eram ofertados na modalidade pós-médio⁶ – termo utilizado no período de vigência do Decreto nº 2.208/97 para referenciar os cursos de educação profissional de nível técnico ofertados a alunos que já tivessem concluído o ensino médio. De forma modular, o currículo era elaborado para atender ao desenvolvimento de habilidades que envolviam a afetividade e o compromisso com as empresas, com a finalidade de formar um trabalhador mais produtivo, sem a perspectiva de uma formação humanística.

Estas reformas resultaram em efeitos danosos para a educação, pois configuraram uma diminuição ou exclusão na oferta de ensino profissional público – os cursos eram ofertados apenas em onze Centros de Educação Profissional nas principais cidades do estado – onde a formação era voltada única e exclusivamente para o mercado. Escolas agrícolas e de formação de professores ficaram sem verbas visto que resistiram a implantação do programa. Os professores da educação profissional passaram a atuar em outras funções na escola. E os cursos eram descontinuados se a demanda local fosse atendida e/ou mudados de acordo com novas demandas do setor produtivo (SALDANHA; OLIVEIRA, 2009, p. 1646);

Com a revogação do Decreto nº 2.208/97 e sanção do Decreto nº 5.154/04 em 2004 inicia-se no estado do Paraná um movimento de retomada da oferta de educação profissional pela rede pública no estado.

⁶ Cursos estruturados em disciplinas agrupadas em módulos de qualificação. Esta forma permitia matrículas por disciplinas de interesse do aluno, a qual permitia uma flexibilização na requalificação de profissionais atuantes no mercado de trabalho, ao final do módulo o aluno obtinha certificado de qualificação profissional (GARCIA, 2009, p. 60).

O governo estadual implementa uma série de medidas para a reimplantação dos cursos de formação profissional: a) Criação do Departamento de Educação Profissional dentro da Secretaria de Estado da Educação e a desativação da PARANATEC, com isso reassume a gestão administrativa e pedagógica da educação profissional. b) Diagnóstico das necessidades de expansão, considerando as tendências socioeconômicas das regiões do Estado. c) Reestruturação Curricular que considera a necessária articulação entre as diferentes dimensões do trabalho de formação profissional. d) Instituição de quadro próprio de professores para esta modalidade de ensino. e) Formação continuada do quadro docente e técnico. f) Melhoria da estrutura física e material dos estabelecimentos de ensino, bem como sua manutenção sem cobrança de taxas de qualquer natureza (SEED, 2006).

Com essas implementações, a educação profissional vem trazer um caráter de maior integração entre a formação técnica e humana, e traz como pano de fundo o discurso da formação integral, emancipadora, crítica e participativa do cidadão.

Em 2003 e 2004 a SEED promoveu encontros para debater e planejar a Educação Profissional, para discussão dos principais aspectos legais, técnicos, administrativos, pedagógicos e sobre os fundamentos e princípios curriculares referentes à formação profissional no Estado do Paraná. Participaram destes encontros professores pesquisadores na área de Educação e Trabalho, professores de cursos de educação profissional, diretores, coordenadores e equipe pedagógica dos Núcleos Regionais de Educação. Estes momentos de discussões demarcaram a concepção de Educação Profissional com organização curricular integrada ao Ensino Médio tendo o trabalho como princípio educativo - princípio este que considera o homem em sua totalidade histórica, e a articulação entre o trabalho manual e intelectual a partir do processo produtivo contemporâneo (SEED, 2006).

Amparada pelo Decreto nº 5.154/04 a rede pública estadual implanta a partir de 2004 cursos técnicos de nível médio para formação profissional com duas formas de organização curricular, a primeira de organização integrada ao ensino médio – o currículo é formado por conhecimentos da base nacional comum integrados a conhecimentos específicos da área de formação profissional com duração de quatro anos, e a segunda forma de organização subsequente ao ensino médio – currículo formado pelos conhecimentos específicos da área de formação profissional voltado a estudantes egressos do ensino médio com duração de três ou quatro semestres. Ambas as formas de ingresso aos cursos técnicos seguem a concepção de

educação integral - formação humana dos alunos através da apreensão dos conhecimentos científicos, tecnológicos e histórico-sociais pela via escolarizada. A organização curricular destas duas modalidades de oferta para a educação profissional foi amplamente discutida e reformulada por professores do quadro efetivo da SEED. Participaram das discussões tanto profissionais da base nacional comum quanto das áreas técnicas de formação profissional, coordenações pedagógicas dos núcleos regionais de educação e consultores/pesquisadores das áreas específicas de formação profissional de diversas IES (Instituições de Ensino Superior) estaduais e federais. O intuito destes encontros foi o de construir um currículo para a educação profissional no qual os componentes curriculares integram-se e articulam-se para garantir os saberes científicos e tecnológicos para a formação técnica e as ciências humanas e sociais contribuam para a atuação do aluno como sujeito histórico na sociedade em que está inserido. Diante desta nova concepção de educação profissional implantada no estado do Paraná, os currículos dos cursos técnicos foram alterados para atender a estes pressupostos. A oferta integrada ao ensino médio teve sua organização curricular com duração de quatro anos sem saídas intermediárias, e a reestruturação dos cursos já existentes nas instituições – oferta subsequente – para a forma semestral e não mais modular (GARCIA, 2009, p. 73), garantindo assim a certificação ao aluno apenas ao final do curso, ou seja, completar toda a carga horária do curso técnico.

O estado do Paraná teve de 2007 a 2012 um total de 161.862 alunos matriculados – alunos ingressantes – nos cursos de educação profissional subsequente na rede estadual de ensino, como pode ser observado na Tabela 1 (SEED, 2013).

Tabela 1 – Quantidade de matrículas na educação profissional subsequente no Estado do Paraná de 2007 a 2013

Dependência Administrativa	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Estadual	25.038	23.214	21.677	29.135	31.969	30.839	28.488
Federal	458	3.391	9.267	7.325	3.181	3.478	3.042
Privada	16.271	18.117	21.196	20.829	20.330	20.257	21.539
Total	41.767	44.722	52.140	57.289	55.480	54.574	53.069

Fonte: SEED/SUDE/Censo Escolar (SEED, 2013).

Observa-se, a partir dos dados do censo escolar, que as ações de reestruturação e oferta da educação profissional pela rede estadual de ensino

contribuíram para o aumento na efetivação de matrículas nos cursos de educação profissional subsequente no período entre 2007 a 2011, porém verifica-se que nos anos seguintes (2012 e 2013) ocorre uma inversão nesta tendência, registrando-se uma redução de 3,5% para o ano de 2012 e de 10,88% para o ano de 2013 em relação a 2011.

Apesar da expansão da educação profissional subsequente nos últimos anos, esta registra índices de evasão consideráveis e que geram preocupação. Segundo Lüscher; Dore (2009) a evasão na educação profissional apresenta taxas globais aparentemente não muito elevadas, mas que ao se considerar as dificuldades de acesso dos estudantes a esta modalidade de ensino e o fato de que esta é precedida por altas taxas de abandono durante o ensino médio e na transição entre o nível médio e os níveis posteriores, qualquer índice de abandono torna-se relevante. Desta forma a evasão na educação profissional representa uma problemática que afeta o desenvolvimento escolar dos indivíduos e esta por sua vez interfere de maneira proporcional no seu contexto social e econômico.

Portanto conhecer as características que envolvem o processo de evasão escolar na educação profissional, bem como as causas que o provocam favorecerá a realização de estudos que busquem explicar a sua ocorrência e formas de predição que favoreçam ações que contribuam para a permanência do aluno na escola e conseqüentemente seu desenvolvimento humano.

3 EVASÃO ESCOLAR

Nesta seção são apresentados os elementos e características que definem o fenômeno evasão escolar. Inicialmente o capítulo descreve os processos e dimensões que caracterizam a evasão escolar, os fatores e suas relações que influenciam a ocorrência da evasão escolar e como esta tem se configurado na educação profissional.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA EVASÃO ESCOLAR

O fracasso escolar é um tema complexo que requer um olhar multidisciplinar, uma vez que o mesmo não pode ser explicado de maneira individualizada sendo composto por um conjunto de circunstâncias que o ocasionam. Segundo Marchesi; Pérez (2004) não é possível interpretar o fracasso escolar com um olhar unidimensional devido a sua complexidade, é necessária a incorporação de diversos níveis ou dimensões de análise. Pesquisas indicam que mais da metade das variações nos resultados de fracasso escolar são conferidas as diferenças individuais dos alunos, mas que essas são por sua vez determinadas pelas interações de fatores sociais, culturais e familiares (MARCHESI; PÉREZ, 2004, p. 19).

A evasão escolar é uma das manifestações do fracasso escolar, na qual os indivíduos saem do sistema escolar ou terminam a educação obrigatória sem a titulação correspondente. Desta forma a evasão também possui uma natureza complexa e multidimensional condicionada por características pessoais, sociais, econômicas e do sistema escolar, e assim não pode ser observada de forma isolada do contexto que a promove, bem como não deve ser encarada como consequência de uma decisão individual do educando, mas sim o reflexo de uma série de características ocorridas nos processos educativo, social e econômico do aluno evadido. Neste sentido Fini; Dore; Lüscher (2013) argumentam que:

A evasão (abandono escolar) tem uma natureza multiforme e a escolha de sair da escola é apenas o ato final de um processo que se manifesta de muitas maneiras, visíveis ou não, ao longo da trajetória escolar do indivíduo. As pesquisas indicam que a escolha de abandonar ou permanecer na escola é fortemente condicionada pelas características do processo mental que a precede, por fatores sociais e familiares, por características do sistema escolar e pelo grau de atração que outras modalidades de socialização, fora do ambiente escolar, exercem sobre o estudante (FINI; DORE; LÜSCHER, 2013, p.236-237).

O processo evasão escolar só pode ser definido por meio de uma análise metódica dos fatores que o levaram a ocorrer. Portanto não existe um conceito formal ou preciso sobre evasão aplicável a todas as situações identificadas como abandono escolar. Sendo assim o conceito de evasão vai sendo construído de acordo com as circunstâncias que o precedem e das múltiplas dimensões que o afetam. Fini; Dore; Lüscher (2013) apontam que a caracterização (conceito) do fenômeno evasão escolar ocorre a partir da investigação e análise das suas múltiplas dimensões:

- Níveis de escolarização que ela ocorre;
- Tipos ou situações de evasão;
- Perspectiva de análise – do aluno, da instituição, do sistema de ensino;
- Fatores que influenciam a sua ocorrência.

Desta forma a primeira dimensão a ser analisada no processo de definição da evasão escolar é a identificação do nível escolar em que esta ocorre, bem como o grau de democratização do acesso e permanência disponibilizados à população para estes níveis de ensino. Todos os níveis de escolarização possuem taxas de evasão e, por conseguinte requerem atenção e investigação sobre os aspectos que a geram, contudo a sua ocorrência nos níveis de escolarização não obrigatórios – ensino médio e superior – possui um impacto negativo muito mais abrangente, uma vez que o mesmo afeta de forma significativa o desenvolvimento econômico-social dos indivíduos, visto que é nestes níveis educacionais que se oportunizam os conhecimentos para uma qualificação profissional mais elevada, e com isso a sua melhor inserção ou colocação no mundo do trabalho.

A segunda dimensão de análise para a caracterização da evasão escolar é a identificação do tipo ou situações de evasão que ocorrem no nível escolar. Segundo Fini; Dore; Lüscher (2013) por ser a evasão escolar a consequência de um processo que envolve uma diversidade de elementos e fatores, e que estes determinam novas escolhas e novos contextos ao indivíduo, esta pode se referir a diversas situações a considerar:

- Retenção ou repetência do aluno;
- Saída do aluno da instituição;
- Saída do aluno do sistema escolar;

- Saída da escola e posterior retorno;
- Não conclusão de um determinado nível de ensino.

Portanto não se pode reduzir o termo evasão ou abandono escolar apenas para caracterizar o estudante que deixa a escola sem completar um nível de ensino o qual se matriculou num determinado momento da sua trajetória escolar (FINI;DORE;LÜSCHER, 2013 p. 237).

No processo de caracterização da evasão escolar faz necessária a identificação das perspectivas de análise do fenômeno. A evasão pode ser analisada pela óptica do aluno, da instituição ou do sistema educacional, pois o que para um dos envolvidos (aluno, instituição, sistema escolar) pode ser considerado problema não se configura para os demais. Portanto no processo de análise é importante se ter claro qual a perspectiva considerada como principal e os seus possíveis nexos com as demais (DORE; LÜSCHER, 2012, p. 775-776).

E por fim o processo de caracterização da evasão escolar refere-se à investigação de suas possíveis causas ou fatores determinantes. Para Fini; Dore; Lüscher (2013) é o entrelaçamento das diferentes circunstâncias individuais, institucionais e sociais presentes no fenômeno da evasão escolar que a caracteriza como um processo complexo e cumulativo de abandono do processo escolar pelo aluno.

Portanto a evasão só poderá ser conceituada e caracterizada a partir da identificação dos fatores que a influenciam e como estes se inter-relacionam em cada um dos níveis de escolarização em que ela ocorre.

3.2 FATORES QUE INFLUENCIAM NA EVASÃO ESCOLAR

O acompanhamento e análise individualizados dos fatores envolvidos na evasão possibilitam estabelecer relações e aprofundar as causas e possibilidades de intervenção no processo do abandono.

Dentro deste contexto existem diversos elementos que contribuem para a construção do abandono escolar, como evidenciam Fini; Dore; Lüscher (2012) a evasão é um processo dinâmico e evolutivo cujo entendimento requer levar em conta a dimensão temporal em que ele ocorre bem como a articulação de sucessivas experiências individuais e institucionais as quais o aluno perpassou até o momento de decidir por abandonar o percurso escolar.

Marchesi; Pérez (2004) salientam que o fracasso escolar não pode ser explicado apenas por um único fator, mas sim pela observação de níveis ou dimensões e que portanto se faz necessária a adoção de um modelo hierárquico para interpretar o fracasso escolar. Para os autores este modelo seria composto por seis níveis estreitamente relacionados: sociedade, família, sistema educacional, escolas, ensino em sala de aula e disposição dos alunos. Para se alcançar uma interpretação mais completa e ajustada sobre o fenômeno foram incluídos alguns indicadores considerados relevantes para cada uma das dimensões do modelo proposto. O quadro 1 apresenta esta especificação.

Sociedade	Contexto econômico e social
Família	Nível sociocultural Dedicação Expectativas
Sistema educacional	Gasto público Formação e incentivo dos professores Tempo de ensino Flexibilidade do currículo Apoio disponível especialmente para escolas e alunos com mais riscos
Escola	Cultura Participação Autonomia Redes de cooperação
Sala de aula	Estilo de ensino Gestão da aula
Aluno	Interesse Competência Participação

Quadro 1 – Níveis e indicadores para compreender o fracasso escolar
Fonte: Marchesi; Pérez (2004).

Rumberger (2011) corrobora o conceito de que o processo de abandono escolar é resultante de uma multiplicidade de fatores inter-relacionados. Para este autor existem duas categorias de fatores que contribuem para a evasão escolar: a)

fatores individuais do estudante – atitudes e comportamentos, desempenho escolar, experiências anteriores; b) fatores contextuais – família, escola, comunidade.

Portanto o processo de caracterização do fenômeno evasão escolar suscita a necessidade de se conhecer cada uma destas dimensões (níveis) de forma detalhada para que seja possível estabelecer de que forma cada uma delas influencia a ocorrência do processo de abandono escolar.

3.2.1 Contexto Socioeconômico e Contexto Familiar

Segundo Marchesi; Pérez (2004) o fracasso escolar é distribuído de forma desigual uma vez que o mesmo ocorre em decorrência direta de carências econômicas, sociais e culturais que alguns grupos populacionais sofrem, ou seja, alunos com piores condições sociais e econômicas têm mais probabilidades de baixo rendimento escolar e maiores propensões ao abandono da caminho escolar. Neste mesmo sentido Neri (2009) salienta que a evasão escolar em muitos aspectos está ligada aos níveis de acesso a escolarização, onde muitas vezes a decisão de permanecer ou não na escola vêm de encontro com a decisão de ingresso e permanência no trabalho. Muitas vezes o indivíduo, ou seu núcleo familiar, precisa escolher entre apenas estudar, estudar e trabalhar concomitantemente ou apenas trabalhar e esta escolha estará condicionada ao custo da oportunidade trabalhista e ao fluxo dos rendimentos familiares (NERI, 2009, p. 24).

Do mesmo modo Fini; Dore; Lüscher (2013) evidenciam que o background familiar é um fator preponderante para o sucesso ou fracasso escolar. Para os autores o status sociocultural e econômico da família de origem influi fortemente sobre a trajetória escolar, determinando oportunidades diferenciadas – possibilidade de prosseguir nos estudos após completar o nível de educação obrigatória, o acesso aos diversos tipos de escolas pós-obrigatórias, importância ou não da aprendizagem escolar. Esta visão também é corroborada por Marchesi e Pérez:

O efeito do contexto socioeconômico no progresso escolar dos alunos podem ser aplicadas igualmente ao contexto familiar, uma vez que cada família tem determinado nível econômico e social. No entanto, a influencia da família é muito mais ampla e variada. Por um lado, é útil incorporar o conceito de capital cultural da família, baseado sobretudo na linguagem, na formação, nas possibilidades culturais e profissionais e nos vínculos sociais para analisar as relações entre o ambiente familiar e o ambiente escolar (MARCHESI; PÉREZ, 2004, p. 24).

Lahire (2004) porém salienta que não basta apenas à família ser possuidora de um capital sociocultural, é preciso analisar a forma como este é transmitido ao

aluno e de como ocorrem às estruturas familiares. Para o autor o fracasso escolar é o produto de uma interação entre as estruturas familiares, os contextos socioeconômicos, o capital cultural e as formas de vida escolar em um dado período de tempo (LAHIRE, 2004, p. 74).

3.2.2 Sistema Educacional e Escola

O funcionamento do sistema educacional tem um importante papel no processo de abandono escolar uma vez que este está carregado de elementos que influenciam o caminho que o aluno trilha durante a escolarização. Dentre os elementos a serem considerados dentro do sistema educacional podemos citar os recursos existentes, a flexibilização (ou não) dos currículos, a sensibilidade diante das dificuldades de aprendizagem, preparação e incentivo dos professores, os gastos com o processo educacional (MARCHESI, PÉREZ, 2004, p. 26).

Perrenoud (2001) salienta que a escola possui uma tríplice fabricação do fracasso escolar. Primeiramente está o currículo e na forma elitizada com que os conteúdos e práticas são escolhidos, distanciam demais da língua e saberes das classes populares, num segundo aspecto esta relacionado à ajuda que a escola proporciona a cada aluno para percorrer o caminho educacional – nem sempre se respeita as diferenças, geralmente os métodos são padronizados partindo dos pressupostos que todos possuem as mesmas condições (sociais, intelectuais), e o terceiro elemento é modo de avaliação, que também contribui para minimizar ou dramatizar as desigualdades de aprendizagem.

Arroyo (1997) argumenta que a escola como instituição mantém-se rígida e excludente, permanece com sua estrutura piramidal e na preocupação com o domínio seriado e disciplinar de um conjunto de saberes, e portanto continua materializando a cultura da exclusão através de sua organização. O autor salienta que o processo educativo se transformou em um mero processo de produção pautado pelas relações sociais de organização do trabalho e da produção, onde alunos, professores, comunidade são recursos materiais e que os conhecimentos são reduzidos a conteúdos que obedece a uma organização própria da produção, sem se preocupar com o saber socialmente produzido e a formação do cidadão.

Para Marchesi; Pérez (2004) a atividade docente tem um papel importante no processo de identificação dos interesses e motivações dos alunos, nas diferentes

formas de organização do processo ensino-aprendizagem e na avaliação do rendimento dos alunos, e que estas influenciam no fracasso ou sucesso escolar.

Neste aspecto Marchesi e Pérez (2004) evocam que:

É preciso reconhecer, no entanto, que as escolas frequentadas majoritariamente por alunos de setores sociais desfavorecidos enfrentam, inicialmente, muito mais dificuldades: há maior diversidade entre os alunos em classes, um menor apoio das famílias, menos recursos econômicos para realizar atividades complementares e o risco de que o ambiente extraescolar dificulte para os alunos sua incorporação ao processo educacional. Essas dificuldades iniciais podem se ampliar e se consolidar quando a escola não tem um projeto capaz de ir ao encontro das demandas desses alunos, e os professores não se sentem preparados nem motivados para ensinar alunos com maior risco de evasão (MARCHESI; PÉREZ, 2004, p. 27).

3.2.3 Aluno – Interesse, expectativas e perspectivas, adaptação

Fini; Dore; Lüscher (2013) apontam que os comportamentos, valores e expectativas dos alunos contribuem para o maior ou menor nível de engajamento, pertencimento, deles para com a vida escolar.

Este aspecto também é defendido por Marchesi; Pérez (2004) ao salientarem que apesar do contexto socioeconômico e familiar influenciarem as experiências educacionais, duas variáveis relativas ao aluno são relevantes: seus conhecimentos prévios e suas motivações, ou seja, se o aluno possui um nível de conhecimentos que o faz desconfiar das suas capacidades este pode se considerar inapto para as tarefas escolares, da mesma forma a falta de interesse e dedicação com os estudos podem sugerir que o abandono do cotidiano escolar seja mais adequado.

No sentido de expectativas e perspectivas dos alunos que buscam uma formação profissional Bueno (1993) aponta que a falta de prestígio social de algumas profissões reduz os incentivos e motivações para a persistência na escola, isto quer dizer que, o aviltamento salarial e algumas poucas condições adequadas de algumas categorias de profissão levam a estes serem considerados atividades secundárias na ordem do reconhecimento social.

E por fim outro aspecto relacionado ao aluno é o seu grau de adaptação ao cotidiano escolar. Este pode referir-se ao ambiente escolar como um todo, ao currículo escolar ou ao contexto de inter-relações pessoais dentro da escola. Fini; Dore; Lüscher (2013) apontam que o nível de envolvimento ativo dos alunos com a experiência escolar é um fator preponderante na decisão de abandono e está intimamente ligado ao seu desempenho escolar (rendimento), quanto maior a identificação-integração com a escola melhor será o rendimento escolar e por sua

vez os melhores resultados de desempenho ampliam o sentido de pertencimento a escola.

Portanto considera-se de suma importância à investigação referente ao relacionamento entre estes diversos fatores ou dimensões para se construir uma caracterização da evasão escolar.

3.3 EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Segundo Bueno (1993) a evasão escolar é percebida ao levar-se em consideração questões ligadas à escolha profissional, às expectativas de realização pessoal e sucesso profissional geradas pelos cursos, às dificuldades de adaptação à vida estudantil e à estrutura curricular. Além destes alguns demais pressupostos são levados em conta ao examinar os fatores que influenciam a permanência ou não de alunos na instituição de ensino. Dentre estes percebe-se a influência do contexto sociocultural dos indivíduos, no término da escolaridade obrigatória. Outro aspecto é o interesse das famílias e sua dedicação junto à ação escolar (MARCHESI; GIL, 2004).

Dore e Lüscher (2011), estabelecem que a evasão na escola média seja ensino regular ou profissionalizante está vinculada ao maior ou ao menor grau de democratização do acesso da população a esse nível de ensino, bem como está associada a diversas situações e fatores. Complementam a ideia apontando que é preciso identificar as diversas perspectivas ao analisar o fenômeno, a perspectiva do aluno, da escola e do sistema de ensino, traçando os possíveis nexos entre estas, caracterizando os diversos entendimentos dos atores envolvidos.

A evasão se caracteriza por um processo complexo, dinâmico e cumulativo e no caso da Educação Profissionalizante a gama de perspectivas aumenta devido à especificidade desta modalidade de ensino, tornando mais difícil a compreensão e identificação dos elementos que contribuem para que esta ocorra. Portanto é fundamental que se conheça a movimentação de estudantes nos cursos técnicos, bem como as múltiplas possibilidades de mudanças no itinerário do ensino técnico e as diversas oportunidades de escolha e de experimentação profissional. Estas características podem sinalizar a instabilidade e/ou falta de orientação do estudante quanto aos rumos profissionais que deseja seguir (DORE; LÜSCHER, 2011).

Outro aspecto a ser levado em consideração no momento de se analisar os fatores que influenciam a evasão escolar na modalidade de educação profissional, consiste na dualidade dos objetivos da educação de ensino médio caracterizada no Brasil. Esta dualidade reside em o aluno escolher uma escolarização com vistas ao ingresso no ensino superior ou uma qualificação profissional, sendo a segunda com o foco principal para ingresso imediato no mercado de trabalho – educação voltada para o setor produtivo sem a preocupação com a formação social do indivíduo.

O fenômeno da evasão escolar é multifacetado e pode ser associado a situações e circunstâncias muito variadas, tornando difícil a sua apreensão e quantificação. Este aspecto requer um maior aprofundamento da investigação e conhecimento das causas da evasão estudantil. Os elevados índices de evasão catalogados pelos Censo Escolar indicam a necessidade de investigação específica sobre o que ocorre nessas áreas em relação às motivações dos estudantes para o abandono. O estudo das áreas de formação e/ou dos eixos tecnológicos na oferta de cursos técnicos é, sem dúvida, fundamental à compreensão dos fatores que vêm favorecendo o abandono e/ou dificultando a permanência de estudantes nas escolas técnicas, demandando a necessidade de um trabalho específico de investigação.

A literatura sobre fracasso escolar aponta que uma das primeiras dimensões a ser investigada para a construção da caracterização do fracasso escolar é a do nível de escolarização em que ocorre o fenômeno. Isto se deve a multiplicidade de situações que envolvem o processo de abandono escolar nos diferentes caminhos da escolarização. Desta forma a educação profissional se caracteriza como um nível de escolarização não obrigatório, determinada pelas diversas possibilidades de acesso e permanência dos alunos na educação básica como pré-condição. Contudo observa-se que a pesquisa sobre a evasão escolar na modalidade de ensino profissionalizante se configura por uma escassez de informações sistematizadas tanto para a construção de um referencial teórico, buscando-se sempre a aproximação com as literaturas que envolvem outros níveis de escolarização – nível médio e superior, quanto de pesquisas de caráter empírico adequados para a construção de indicadores para a investigação do problema (DORE; LÜSCHER, 2011, p. 782).

No que concerne às pesquisas sobre a evasão na educação profissional observa-se que além das dificuldades conceituais sobre os diferentes fatores que influenciam a sua ocorrência estão adicionadas dificuldades de se representar o

fenômeno de forma empírica, principalmente no que se diz respeito aos dados secundários disponíveis nas bases de dados nacionais sobre a educação. O Censo Escolar é a única base de dados que fornece as informações sobre o movimento e rendimento dos alunos (aprovações, reprovações, abandonos, transferências) e estes dificilmente são sistematizados em sinopses estatísticas para a educação profissional (DORE; LÜSCHER, 2011, p. 158-159).

A necessidade de investigação sobre a evasão escolar na educação profissional se acentuou a partir do contexto político em que ocorre a expansão desta modalidade de ensino no Brasil. Segundo Dore; Lüscher (2011) as políticas de expansão da educação profissional produziram um crescimento de 124% nas matrículas entre o período de 2001 a 2009, sendo que o ensino técnico subsequente ao ensino médio teve uma taxa de crescimento de 49% na efetivação de matrículas no mesmo período. Contudo as taxas de evasão são difíceis de serem mensuradas devido aos instrumentos de coleta de dados do Censo Escolar não serem preenchidos de forma correta e pela forma como ele trata o fenômeno, apenas cadastrando o abandono, sem a respectiva formalização desta situação. Diante disso as taxas de abandono registradas no mesmo período estão entre em 8,8%-11,3%. As taxas de abandono de forma global não se configuram muito altas, mas deve-se levar em consideração as dificuldades de acesso dos estudantes ao ensino técnico e esta modalidade de ensino ser precedida de altas taxas de abandono no ensino médio (DORE; LÜSCHER, 2011, p. 165).

Portanto em face desta caracterização das taxas de abandono registradas no ensino técnico subsequente, faz-se necessária a investigação sobre as suas causas e suas características descritivas para que se possa compreender o processo de construção do fenômeno. Diante desta necessidade buscou-se algumas indicações de pesquisa referentes à evasão escolar no ensino profissional. Foram encontradas apenas indicações de estudos realizados no estado de Minas Gerais, através do Projeto Educação Profissional no Brasil e Evasão Escolar, coordenado por Dore e Lüscher (2011).

A investigação realizada por Dore e Lüscher (2011) utilizou dados referentes ao Programa de Educação Profissional (PEP) implantado pela Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (SEE-MG, 2009). Este programa criou um monitoramento da ocorrência da evasão estudantil no ensino profissional e suas principais causas. No período de 2008 o índice de abandono nos cursos técnicos

subsequentes do referido programa atingiu 27,43% a qual se considerou muito elevada e preocupante, e suscitou desta forma um interesse em se conhecer as causas para sua ocorrência. Durante o programa foram identificadas doze causas para o abandono escolar, que são descritas na Tabela 2.

Tabela 2 – Motivos de abandono no Programa de educação profissional de Minas Gerais, 1º semestre de 2008

Motivo	%
Emprego	36,56
Desistente sem justificativa	20,91
Horário incompatível	9,15
Estudos	8,91
Ingresso no curso superior	7,4
Mudança de município	4,23
Saúde	3,01
Transporte	2,95
Gravidez	1,85
Achou muito difícil	1,85
Não se identificou com o curso	1,75
Filhos	1,43

Fonte: Dore; Lüscher, 2011.

Segundo Dore e Lüscher (2011) a identificação destes motivos levou apenas em consideração o aspecto individual dos alunos, e como já mencionado o abandono escolar (evasão) se configura como um processo complexo e multidimensional que envolve além dos aspectos individuais, aspectos institucionais e sociais.

Portanto as autoras destacam que os resultados de investigação proporcionados pelo PEP suscitam a necessidade de aprofundar o conhecimento das causas da evasão para que se possa a partir desta análise desenvolver medidas capazes de controlar o problema, bem como a necessidade de se intensificar investigações específicas em relação ao trabalho de caracterizar o processo de evasão escolar na educação profissional de nível técnico (DORE; LÜSCHER, 2011, p. 171).

Sendo assim as pesquisas realizadas sobre evasão escolar na educação profissional do estado de Minas Gerais sugerem a necessidade da realização de novos estudos sobre este fenômeno e sua caracterização para que se possa construir um conceito mais consistente sobre como a evasão escolar se configura na educação profissional e a partir deste sugerir formas de controle e/ou predição de suas manifestações e com isso buscar melhores formas de condições de acesso e permanência dos estudantes nesta modalidade de ensino.

4 EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SUBSEQUENTE NO COLÉGIO ESTADUAL DE PATO BRANCO

Neste capítulo são descritos os procedimentos metodológicos para a realização deste estudo, bem como a sistematização dos resultados e suas análises. Inicialmente a seção apresenta um resgate histórico sobre a implantação da educação profissional na instituição de ensino contextualizando desta forma a oferta dos cursos técnicos subsequentes. Em seguida é descrita a conformação dos cursos de educação profissional no recorte de tempo da pesquisa que compreende o período de 2007 a 2012, apresentando os números de matrículas por curso técnico ofertado, e suas relações com as variáveis de gênero e faixa etária. Na seção 4.3 é apresentada a pesquisa de caráter quantitativo realizada com o objetivo de identificar os índices de evasão encontrados nos cursos de educação profissional subsequentes do CEPB e como estas se configuram em relação ao gênero e faixa etária dos alunos. A seção 4.4 descreve a pesquisa de caráter qualitativo realizada com uma amostra de alunos classificados na pesquisa quantitativa como evadidos (abandono) com o objetivo de identificar os principais fatores que os levaram a abandonar a escolarização neste nível de ensino sem a correspondente titulação, e a partir da análise das possíveis correlações destes fatores formular um modelo de caracterização do fenômeno evasão escolar no CEPB.

4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO

O processo de investigação é segundo Minayo (2009) uma atividade de indagação e construção da realidade cujas questões de pesquisa estão relacionadas a problemas da vida prática, ou seja, são condicionadas por interesses e circunstâncias socialmente construídos frente à realidade do mundo. Portanto para a autora toda investigação se inicia por uma questão, um problema ou uma pergunta e a construção de sua resposta está vinculada a conhecimentos historicamente estabelecidos ou a criação de novos referenciais. Ainda segundo a autora a metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade que conduzem a elaboração de respostas aos problemas identificados.

Desta forma a metodologia é caracterizada como o conjunto de instrumentos de operacionalização do conhecimento (técnicas) claros e coerentes, da abordagem

(teorias construídas cientificamente que orientam as pesquisas) e da visão de mundo e realidade empírica do pesquisador (MINAYO, 2009, p. 14-15).

Como já mencionado a evasão escolar não possui um conceito formal aplicável às diversas situações em que ela ocorre, sendo desta forma definida a partir da investigação e caracterização de suas múltiplas dimensões. Desta forma buscaram-se procedimentos metodológicos de caráter quantitativo e qualitativo para construir um modelo de especificação da evasão nos cursos de educação profissional subsequente do CEPB.

Esta pesquisa se enquadra como um estudo de caso. Segundo Gil (2002) o estudo de caso é aplicado às pesquisas sociais por fazer um delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno dentro do seu contexto real. Para o autor existem diferentes propósitos aos se utilizar o estudo de caso nas pesquisas sociais, dentre eles o de descrever a situação do contexto em que está sendo feita uma determinada investigação, este é aspecto deste trabalho de pesquisa. A abordagem do problema foi exploratória, caracterizada por uma aproximação sistemática gradual da pesquisadora em relação ao objeto de pesquisa e não partindo do estabelecimento prévio de hipóteses a serem testadas.

Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico sobre educação profissional, suas características, legislação e formas de implantação, e sobre o fenômeno fracasso escolar (evasão) sua caracterização, fatores que influenciam sua ocorrência e como este se configura na educação profissional. Esta fase inicial teve como objetivo construir um referencial teórico para dar direcionamentos e sustentação às discussões relativas ao objeto de investigação – evasão escolar nos cursos técnicos subsequentes do CEPB. Em seguida buscou-se uma pesquisa em documentos oficiais da instituição de ensino – projeto político pedagógico (PPP) – para traçar um histórico da sua atuação na área de educação profissional no município de Pato Branco.

A etapa seguinte foi determinar o recorte de tempo e os sujeitos para aplicação da pesquisa, bem como quais variáveis de análise seriam coletadas para o processo quantitativo e qualitativo da investigação.

4.1.1 Local da Pesquisa

A pesquisa foi realizada no Colégio Estadual de Pato Branco, localizado na Rua Argentina nº. 724, Bairro Jardim Primavera, Pato Branco, PR. O CEPB oferta os

cursos de educação profissional de nível médio nos seguintes eixos tecnológicos: Ambiente e Saúde – Curso Técnico em Enfermagem, Informação e Comunicação – Curso Técnico em Informática, Gestão e Negócios – Curso Técnico em Administração, e Desenvolvimento Educacional e Social – Curso de Formação de Docentes para Educação Infantil e Ensino Fundamental Séries Iniciais. Oferecendo desta maneira a qualificação profissional articulada com as demandas do setor produtivo local.

A educação profissional é ofertada pela instituição em duas formas de organização curricular - Integrado ao Ensino Médio – destinada a alunos egressos do ensino fundamental para os cursos de Técnico em Informática e Formação de Docentes – e Subsequente ao Ensino Médio – destinado a alunos egressos do ensino médio para os cursos de Técnico em Administração, Técnico em Enfermagem e Técnico em Informática ofertados na modalidade Subsequente. Os cursos ofertados na organização curricular subsequente formam o objeto da presente pesquisa, devido a sua especificidade e problemática do fenômeno de evasão observado nos últimos anos.

4.1.2 Recorte de Tempo

Como já mencionado o CEPB tem a tradição de oferta de educação profissional no município de Pato Branco desde a sua construção até o presente momento, perpassando por todas as reformulações curriculares e legais da educação profissional ao longo de sua trajetória. Desta forma houve a necessidade de se delimitar um recorte de tempo para a aplicação desta pesquisa, sendo escolhido o período compreendido entre os anos de 2007 a 2012. A escolha deste recorte de tempo se deu em virtude da nova organização curricular para educação profissional, com a implantação no ano de 2007 de novas matrizes curriculares para todos os cursos de educação profissional subsequente. Essa mudança curricular permitiu uma padronização dos conhecimentos balizadores de cada eixo tecnológico para todo o estado do Paraná, além de modificar a estrutura de organização das disciplinas – os cursos passaram a não possuir terminalidade parcial, ou seja, o aluno precisa cursar toda a carga horária do curso técnico para obter o certificado de técnico. Outro motivo para a seleção deste período é que até o ano de 2006 a instituição ainda mantinha turmas remanescentes dos cursos técnicos com

organização curricular modular – regulamentadas pelo Decreto nº 2.208/97 – com normas e metodologia diversa da atual organização curricular.

4.1.3 Sujeitos da Pesquisa

Na fase quantitativa desta pesquisa foram considerados como sujeitos de pesquisa todos os alunos matriculados nas turmas de educação profissional subsequente nos seguintes períodos: a) primeiro semestre de 2007 até o segundo semestre de 2011 para os cursos de Técnico em Administração e Técnico em Informática – uma vez que estes cursos possuem a duração de dezoito meses, b) primeiro semestre de 2007 até o primeiro semestre de 2011 para o curso de Técnico em Enfermagem – curso com duração de 24 meses, para que desta maneira só fossem quantificados os dados de turmas completas ou seja, aquelas que iniciaram e terminaram todos os semestres letivos dentro do recorte de tempo estabelecido para a pesquisa.

Na fase qualitativa foi determinada uma amostra composta por seis alunos matriculados e classificados pela instituição como alunos Evadidos – alunos que abandonaram o curso de formação profissional sem a titulação correspondente – pertencentes ao recorte de tempo da pesquisa. A distribuição destes alunos foi de dois alunos de cada um dos três cursos subsequentes.

4.1.4 Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada em dois momentos de acordo com o caráter da pesquisa. Num primeiro momento foram coletados dados estatísticos com o objetivo de mensurar os índices de evasão identificados no CEPB, bem como estes se configuram individualmente por tipo de curso técnico, e posteriormente foram coletadas informações de caráter qualitativo com o objetivo de identificar os fatores que influenciaram no processo de abandono dos alunos.

Na coleta de dados foram consideradas apenas as turmas completas, ou seja, os dados coletados compreendem informações de turmas que possuem seu início (matrícula inicial) e término (conclusão da turma) compreendido no recorte de tempo determinado. De acordo com esse critério, não foram consideradas turmas

que tiveram término até o segundo semestre de 2007, nem turmas com início a partir do primeiro semestre de 2012.

Para a fase quantitativa os dados foram coletados a partir da análise de documentos oficiais da instituição de ensino que relacionam as informações sobre o registro escolar do período letivo. Todos os documentos referentes ao registro escolar da instituição são sistematizados pelo Sistema Estadual de Registro Escolar (SERE). Ao efetuarem a matrícula os alunos da educação profissional preenchem um cadastro com informações pessoais e de residência além de um formulário econômico-social, porém apenas os dados de identificação pessoal – nome, filiação, data de nascimento, gênero e telefone para contato – são sistematizados pelo SERE, as demais informações ficam arquivadas na pasta individual do aluno juntamente com demais documentos do aluno. Além das informações pessoais do aluno o SERE sistematiza todas as informações sobre o seu fluxo escolar.

Foram analisados os Editais de Relatórios Finais das turmas para cada período letivo, que no caso dos cursos subsequentes é semestral, desta forma para cada uma das turmas dos cursos técnicos são gerados dois editais a cada ano. Foram coletadas informações sobre Código Geral de Matrícula (CGM), data de nascimento, gênero, ano de ingresso, curso de matrícula, coeficiente de rendimento semestral, percentual de frequência semestral, situação do semestre – aprovado, desistente, reprovado por falta – para identificar o aluno como diplomado ou evadido. Também foram analisados os relatórios finais de validação de informações de rendimento e movimento escolar dos anos de 2007 a 2012, foram coletados dados sobre número de alunos aprovados, reprovados ou com abandono dos cursos técnicos subsequentes. Para coleta de dados sobre a frequência do aluno foram observados os relatórios de percentual de frequência, esses relatórios são gerados ao final de cada semestre letivo e têm o cômputo de todas as aulas ministradas pelas disciplinas do curso referente a cada período.

Na fase qualitativa a coleta de dados ocorreu através de entrevistas semi-estruturadas – utilizando um roteiro de entrevista pré-definido com questões abertas. Segundo Alves; Silva (1992) o roteiro de entrevistas pretende definir um direcionamento das respostas para os pressupostos teóricos de interesse do pesquisador – com alunos classificados pela instituição como alunos evadidos. Foram entrevistados seis alunos dos cursos subsequentes, sendo dois alunos do Curso Técnico em Administração, dois alunos do Curso Técnico em Enfermagem e

dois alunos do Curso Técnico em Informática. A seleção dos alunos se deu pelas suas características de acordo com o tipo de agrupamento realizado na análise estatística, todos os alunos pertencem ao agrupamento que possui valores de coeficiente de rendimento – igual ou acima de seis – e frequência – igual ou acima de setenta e cinco por cento – considerados satisfatórios para aprovação, mas que desistiram. O segundo critério para a seleção foi de acordo com a classificação em ordem crescente do CGM, e por fim a seleção final foi pela disponibilidade do aluno em conceder as informações, devido ao recorte de tempo – alunos com matrículas iniciais com mais de seis anos – ocorreu dificuldade para encontrar os alunos devido à mudança de informações de contato (telefones fixos e celulares) dos alunos. Os dados coletados estão de acordo com o roteiro de entrevista estruturado, o qual foi organizado de forma a categorizar as informações dos alunos a partir das múltiplas dimensões que condicionam a evasão escolar – econômico-social, pessoal, familiar, institucional.

4.1.5 Tratamento e Análise dos Dados

Os dados quantitativos foram sistematizados em um software estatístico, o IBM SPSS Statistics 20. A partir dos dados foram elaboradas tabelas de estatísticas descritivas, teste comparativo de médias com o objetivo de especificar os índices de evasão encontrados nos cursos subsequentes. Para a análise dos dados estatísticos foi utilizada a metodologia de análise estatística multivariada de agrupamentos, que segundo Hair (2005) consiste em uma técnica analítica utilizada com o objetivo de classificar uma amostra de entidades em um pequeno grupo com base nas suas similaridades, com o objetivo de verificação de como os dados se agrupam em relação às variáveis de coeficiente de rendimento e frequência geral. As informações de agrupamentos forneceram informações sobre qual amostra de população seria a mais indicada para um estudo qualitativo.

Após a fase de análise estatística e a mensuração dos índices de evasão encontrados, iniciou-se a fase de investigação de caráter qualitativo com o objetivo de identificar e correlacionar os fatores que influenciaram o processo de evasão, e com isto caracterizá-la.

Como metodologia de análise buscou-se o método de Análise de Conteúdo que segundo Chizzotti (2010) se caracteriza como um método de tratamento e

análise de informações de caráter textual ou de qualquer comunicação (oral, visual, gestual) reduzidas a um texto ou documento, e que tem por objetivo compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifestado e as suas significações. O autor ainda argumenta que a decodificação do documento pode utilizar diferentes procedimentos e estes por sua vez podem privilegiar um aspecto de análise – texto decomposto em unidades lexicais ou classificado em categorias de análise (CHIZZOTTI, 2010, p. 98).

Para a análise dos dados utilizou-se o procedimento de análise de classificação do texto em categorias de análise, devido à especificidade do objeto da investigação – evasão escolar. Como já mencionado em seções anteriores a evasão se configura por um processo decorrente de uma junção de diversos fatores. Estes fatores foram os que determinaram quais seriam as categorias de análise da referida pesquisa.

Segundo Bardin (1977) a análise por categorias funciona por operações de desmembramentos do texto em unidades – categorias – segundo reagrupamentos analógicos, desta forma nem todo o texto é tido em consideração, apenas as dimensões são levadas em consideração e por consequência só os enunciados que exprimem uma avaliação são submetidos a análise. Considerando esta afirmação do autor somente foram analisados somente os elementos categorizados de acordo com os fatores causadores da evasão escolar que compunham os relatórios de entrevistas.

Ao se buscar esta metodologia de análise, abordou-se a característica de análise da pesquisa qualitativa como sugere Gomes (2009) em que a análise e interpretação dos dados dentro de uma perspectiva qualitativa tem como foco a exploração dos conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema investigado e não tem como finalidade mensurar o opiniões ou pessoas.

4.2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

No município de Pato Branco são ofertados diversos cursos de formação profissional de nível médio, em diferentes esferas administrativas – rede pública federal, rede pública estadual, rede privada, e entidades setoriais (sistema S) – e

currículos com distintas articulações ao Ensino Médio – integrado, concomitante e subsequente. Os cursos técnicos disponibilizados pelo sistema S são ofertados de acordo com a abrangência dos eixos tecnológicos pretendidos pelas entidades setoriais do sistema produtivo do município, sendo atendido o público proveniente da indústria pelo Serviço Nacional da Indústria (SENAI) e o direcionamento do setor comercial pelo Serviço Nacional do Comércio (SENAC). Na esfera administrativa da rede privada são ofertados pelo Instituto Filadélfia cursos técnicos na área da saúde, e nas esferas administrativas de educação pública são ofertados no âmbito Federal pelo campus da Universidade Federal Tecnológica do Paraná o curso técnico de nível médio na área de Agrimensura. E no âmbito Estadual os cursos são ofertados pelo Colégio Estadual de Pato Branco nas áreas de gestão, tecnologia da informação, saúde e formação de docentes.

4.2.1 Construção e Manutenção da Educação Profissional no Colégio Estadual de Pato Branco (CEPB)

O CEPB iniciou suas funções educativas em fevereiro de 1978 com a denominação de Colégio de Pato Branco autorizado pelo Decreto nº 5.326/78 e ofertava o curso de segundo grau científico e as habilitações básicas de Agropecuária, Construção Civil, Crédito e Finanças e Saúde. Sua construção e implantação foram viabilizadas através do Programa “Aliança para o Progresso” – programa do governo norte-americano para financiamento de recursos para construção, implantação e melhoria de escolas destinadas a atender a educação profissionalizante e de convênio entre MEC/USAID. A implantação da educação profissional se deu através do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (PREMEN) que tinha como objetivo elaborar projetos arquitetônicos, equipar unidades escolares com mobiliário e equipamento didático, treinamento de pessoal docente e técnico-administrativo e apoio pedagógico para a implantação das habilidades básicas destinadas às escolas (CEPB, 2013, p.10).

Na década de 1980 através da Resolução nº 3.999/81 do Conselho Estadual de Educação (CEE) foram autorizados os cursos de Habilitação Plena de Técnico em Edificações e Habilitação de Auxiliar de Escritório. Também neste período a instituição passa a denominar-se Colégio Estadual de Pato Branco – Ensino de Segundo Grau. Em 1984 foram extintas as habilitações básicas em Agropecuária,

Construção Civil, Crédito e Finanças e Saúde e implantado o curso Propedêutico (Educação Geral/Preparação Universal). Em 1985 foram implantadas as habilitações de Auxiliar de Contabilidade/Técnico em Contabilidade e Magistério. No ano de 1991 foi implantada a habilitação de Auxiliar em Enfermagem. Em 1999 foi implantado o curso de pós-médio de Técnico em Informática e extintos os cursos de Auxiliar de Contabilidade/Técnico em Contabilidade e Magistério atendendo as especificações do Decreto nº 2.208/97 que desvinculava a educação profissional do ensino médio. Nos anos de 2001 a 2003 foram implantados os cursos de pós-médio em Gestão Empreendedora e Técnico em Enfermagem. Em 2004 com a reformulação da educação profissional no estado do Paraná viabilizada pela sanção do Decreto nº 5.154/04 foram implantados os cursos de educação profissional com articulação curricular integrada ao Ensino Médio os cursos de Técnico em Informática e Formação de Docentes, e com articulação curricular subsequente ao Ensino Médio os cursos Técnico em Administração, Técnico em Enfermagem e Técnico em Informática (CEPB, 2013).

Observa-se que a educação profissional sempre foi ofertada pelo CEPB ao longo de sua trajetória educacional, sempre atendendo as demandas do setor produtivo do município e em consonância com as legislações vigentes em cada período.

No âmbito desta pesquisa serão objeto de investigação apenas os cursos técnicos subsequentes devido à ocorrência dos maiores índices de abandono e retenção dos alunos (fracasso escolar) serem registradas nos cursos com esta organização curricular, de acordo com os editais de relatórios finais da instituição de ensino. Portanto a próxima seção tem como objetivo apresentar a conformação – número de matrículas iniciais e ativas – da educação profissional subsequente e como esta se distribui em cada um dos cursos (Administração, Enfermagem, Informática) em funcionamento no CEPB no período entre 2007 a 2012.

4.2.2 Caracterização dos Cursos de Educação Profissional Subsequente no Período entre os anos de 2007 a 2012

Entre os anos de 1999 até 2003 o CEPB ofertou cursos de educação profissional na forma pós-médio – organização curricular com disciplinas estruturadas em módulos com matrículas individuais por disciplina e terminalidade

parcial (certificado para cada módulo concluído) – nas áreas de administração, enfermagem e informática. Essa forma de oferta era condizente à legislação vigente naquele período. A partir de 2004 o CEPB implanta os cursos técnicos de nível médio subsequentes ao ensino médio, estes cursos possuem uma nova organização curricular – disciplinas estruturadas em áreas de conhecimento que se integram e articulam-se entre si – matrículas semestrais e terminalidade plena (certificado apenas para conclusão total do curso), mantendo os cursos nos mesmos eixos profissionais: Gestão e Negócios curso de Técnico em Administração, Saúde e Estética com o curso Técnico em Enfermagem e Informação e Comunicação com o curso Técnico em Informática. Após a realização de várias discussões e seminários para definição da organização curricular dos cursos de educação profissional a SEED implanta a partir do ano de 2007 as Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional no Paraná (SEED, 2006) juntamente com as novas matrizes curriculares para os cursos de educação profissional. A aplicação destas diretrizes permitiu uma padronização na oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio nas instituições de ensino do estado do Paraná, proporcionando uma melhor mobilidade para os alunos desta modalidade de ensino. Assim, o aluno ao ser transferido para outra instituição dentro do estado não será prejudicado no processo de ensino-aprendizagem, pois os componentes curriculares são os mesmos para toda a educação profissional vigente no Paraná.

Um dos objetivos desta pesquisa foi o de caracterizar a educação profissional subsequente implantada no CEPB a partir do ano de 2007 até 2012. Esta caracterização está subdividida em duas categorias: a primeira relacionada ao aspecto institucional dos cursos subsequentes e a segunda relacionada ao fluxo e perfil de matrículas. Foram elencadas as informações de dados gerais dos cursos - carga horária, turno de realização das aulas, regime de funcionamento, estágio profissional supervisionado, período de integralização, eixo tecnológico e habilitação profissional – e número de matrículas (iniciais e ativas), gênero, idade e área de interesse profissional dos alunos, como elementos de caracterização dos cursos. Como já mencionado os dados sobre o perfil socioeconômico dos alunos não pode ser apresentado uma vez que estas informações não são sistematizadas pelo sistema SERE.

Os aspectos institucionais caracterizam a estrutura legal e formal dos cursos de educação profissional subsequente. O Quadro 2 apresenta o quadro com os dados gerais dos cursos subsequentes do CEPB.

	Cursos		
	Administração	Enfermagem	Informática
Habilitação Profissional	Técnico Administração	Técnico em Enfermagem	Técnico em Informática/ Programação
Eixo Tecnológico	Gestão e Negócios	Ambiente, Saúde e Segurança	Informação e Comunicação
Carga Horária total do Curso	1200 horas/aula	1440 horas/aula ou 1200 horas mais 633 horas de Estágio Profissional Supervisionado	1200 horas/aula
Regime de Funcionamento	De 2ª a 6ª feira	De 2ª a 6ª feira	De 2ª a 6ª feira
Regime de Matrícula	Semestral	Semestral	Semestral
Período de integralização do curso	Mínimo de 18 meses e máximo de 5 anos	mínimo 24 meses e o máximo de 05 anos.	Mínimo de 18 meses e máximo de 5 anos
Turno	Noturno	Noturno	Noturno
Estágio Profissional Supervisionado	Não obrigatório	Obrigatório	Não obrigatório
Requisitos de Acesso	Conclusão do Ensino Médio	Conclusão do Ensino Médio e idade igual ou superior a 18 anos no ato da matrícula	Conclusão do Ensino Médio

Quadro 2 – Dados gerais dos cursos de educação profissional subsequente do CEPB
Fonte: Autoria própria.

O fluxo de matrículas corresponde ao período compreendido entre 2007 a 2012, no qual se matricularam 1.125 alunos nos cursos técnicos subsequentes do CEPB. Os casos quantificados representam os dados das turmas completas do ensino profissionalizante, ou seja, compreendem as informações das turmas que tiveram início e conclusão do período letivo (três ou quatro semestres) dentro do recorte de tempo estabelecido pela pesquisa.

As tabelas a seguir apresentam os dados referentes ao total de matrículas iniciais (alunos ingressantes) efetuadas entre 2007 e 2011 nos cursos subsequentes, e como elas se distribuem em relação aos cursos.

A Tabela 3 exhibe o número de matrículas (quantidade de alunos ingressantes) nos cursos técnicos por ano.

Tabela 3 – Quantidade de matrículas de alunos ingressantes por ano nos cursos subsequentes do CEPB de 2007 a 2011

Ano	Número de matrículas
2007	172
2008	220
2009	257
2010	216
2011	260
Total	1.125

Fonte: Dados Secundários Relatórios SERE – Sistema Escola – SEED-PR.

Verifica-se que o número de alunos ingressantes na educação profissional possui uma elevação no número de novas matrículas entre os anos de 2008 e 2009, e posteriormente em 2011. Estes resultados estão em consonância com o aumento na procura por formação profissional ocorrida no estado do Paraná neste mesmo período, conforme dados do censo escolar já expressos na Tabela 1. Esta elevação na procura pode ser atribuída à nova reformulação dos cursos de educação profissional – alterações na organização curricular, melhoria de acervo bibliográfico, investimentos em laboratórios e contratações de docentes. E ao aumento na oferta de postos de emprego nos setores de comércio e prestação de serviços no município de Pato Branco, os quais apresentaram uma variação média de crescimento de 9,34⁷%.

A Tabela 4 exibe a distribuição do número de matrículas por ano de acordo com a área de interesse profissional (tipo de curso).

Tabela 4 – Quantidade de matrículas por ano nos cursos subsequentes

Ano	Número de Matrículas					
	Administração	%	Enfermagem	%	Informática	%
2007	117		22		33	
2008	122		39		59	
2009	117		73		67	
2010	145		34		37	
2011	151		41		68	
Total	652	58,00	209	18,60	264	23,40

Fonte: Dados Secundários Relatórios SERE – Sistema Escola – SEED-PR.

⁷ Caderno Estatístico – Município de Pato Branco – IPARDES 2012-2015

A procura por formação profissional se concentrou principalmente na área de gestão – 58% de matrículas no curso Técnico em Administração –, em seguida na área de tecnologia da informação – 23,4% de matrículas no curso Técnico em Informática – e finalmente na área de saúde – 18,6% de matrículas no curso Técnico em Enfermagem. Esse dimensionamento em relação à escolha pela área de qualificação profissional é coerente com a variação na oferta de postos de trabalho no município de Pato Branco, que apresenta como principal atividade econômica o setor comercial e de prestação de serviços (IPARDES, 2012-2015), como pode ser observado na Tabela 5.

Tabela 5 – Quantidade e variação percentual de empregos segundo as atividades econômicas do município de Pato Branco entre os anos de 2011 e 2013

Atividade Econômica	Empregos		
	2011	2013	Varição
Agricultura	1.321	1.145	-13,32
Comércio (Atacadista/Varejista)	7.251	7.329	1,08
Construção Civil	1.360	1.550	13,97
Indústria	6.284	6.959	10,74
Serviços	8.400	9.879	17,61
Total de Empregos	24.616	26.862	9,12

Fonte: Caderno Estatístico – Município de Pato Branco (IPARDES, 2012-2015).

Percebe-se pelas informações que o setor terciário (prestação de serviços) teve uma variação de crescimento mais elevada (17,61%) em relação aos demais setores no município de Pato Branco contribuindo desta forma para maior procura por qualificação profissional neste segmento.

Como os cursos subsequentes possuem uma periodicidade de ingresso semestral buscou-se identificar dentre os períodos letivos em qual se concentra o maior número de novos alunos. A Tabela 6 apresenta o número de matrículas de acordo com o semestre de ingresso do aluno.

Tabela 6 – Quantidade de novas matrículas por semestre letivo nos cursos subsequentes do CEPB de 2007 a 2011

	2007	2008	2009	2010	2011
1º Semestre	98	147	153	136	149
2º Semestre	74	73	104	80	111
Total	172	220	257	216	260

Fonte: Dados Secundários Relatórios SERE – Sistema Escola – SEED-PR.

Observa-se que o primeiro semestre de todos os anos é o período letivo em que ocorre a maior procura por cursos de formação profissional, perfazendo aproximadamente 60-70% do total de novas matrículas nos cursos subsequentes.

Seguindo na distribuição do fluxo de matrículas buscou-se identificar o perfil dos alunos – gênero e faixa etária – que buscam formação profissional de nível técnico. O Gráfico 1 representa a distribuição dos alunos nos cursos de acordo com o gênero e escolha profissional.

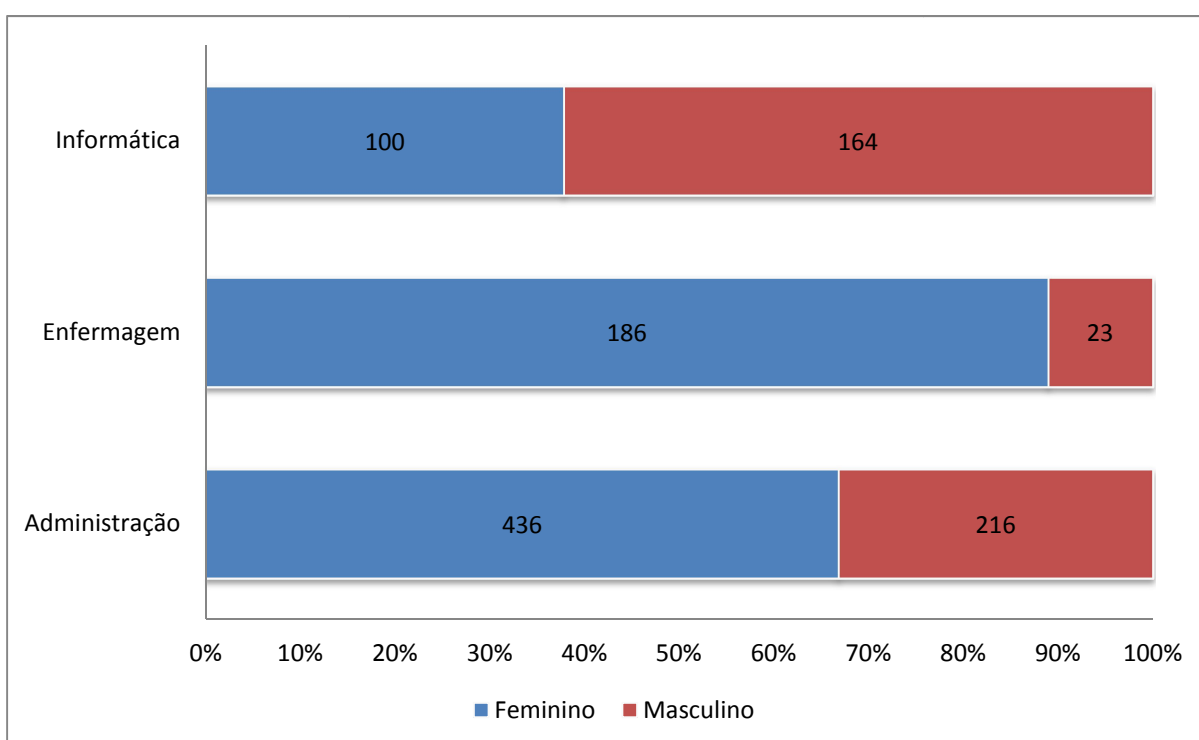


Gráfico 1 – Distribuição de alunos por curso subsequente do CEPB de acordo com o gênero no período de 2007 a 2012

Fonte: Dados Secundários Relatórios SERE – Sistema Escola – SEED-PR.

Os dados mostram que o público predominante de alunos matriculados é do gênero feminino, perfazendo um percentual de aproximadamente 64% do total geral de alunos, com exceção do Curso Técnico Subsequente em Informática, com 62% de alunos do gênero masculino. Os resultados obtidos nessa classificação por gênero são coerentes com pesquisas nacionais sobre a escolha profissional dos jovens, as quais evidenciam que as mulheres vêm buscando uma maior capacitação profissional, mas que ainda ocorre uma acentuada segregação na hora da escolha de qual carreira seguir. As mulheres na sua grande maioria optam por formação na

área das ciências da vida – saúde, recursos humanos - e os homens buscam as ciências exatas – física, engenharia, informática. Rosemberg (2001) aponta que a bipolarização humanas-exatas e gêneros feminino-masculino nas carreiras universitárias persistem, onde ocorre o predomínio masculino mais intenso nas engenharias e o predomínio feminino em odontologia, matemática, letras, e uma tendência de equilíbrio em administração, direito. Corroborando estas tendências Olinto (2012, p. 72-73) afirma que “análises feitas no Brasil mostram que as mulheres compõem a maioria no segmento profissional dos chamados Recursos Humanos em Ciência e Tecnologia, porém observa-se uma radical segmentação por gênero: homens predominando nas ciências exatas e as mulheres absorvidas nas ciências da vida”.

Outra caracterização dos dados da pesquisa foi a distribuição por faixa etária dos alunos de cada curso técnico subsequente e o cálculo da média de idade dos mesmos. A distribuição de alunos por faixa etária é exibida na Tabela 7.

Tabela 7 – Alunos por faixa etária na educação profissional subsequente do CEPB

Faixa Etária	Número de Alunos	Percentual
<= 18	69	6%
19-25	632	56%
26-32	270	24%
33-39	90	8%
40-46	46	4%
> 46	18	2%
Total	1125	

Fonte: Dados Secundários Relatórios SERE – Sistema Escola – SEED-PR.

Identificou-se na observação dos dados que a faixa etária dos alunos que buscam uma qualificação profissional através dos cursos técnicos, é a da chamada idade ativa⁸ - idades entre 19 e 39 anos, isto quer dizer que a maioria dos alunos – acima de 80% – matriculados nos cursos de educação profissional subsequente encontra-se na faixa etária de ingresso e permanência no setor produtivo e no mundo do trabalho.

⁸ Compreende as população economicamente ativa e a população não economicamente ativa. Onde a população economicamente ativa abrange o potencial de mão de obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada - pessoas que num determinado período de referência tinham trabalho e a população desocupada - pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar. E população não economicamente ativa são as pessoas não classificadas como ocupadas ou desocupadas. IBGE (2002).

Para verificar a organização por faixa etária destas matrículas em cada curso buscou-se calcular a média de idade e o desvio padrão para cada curso e em seguida a distribuição do número de alunos para cada curso técnico. A Tabela 8 exibe a média de idade e o desvio padrão.

Tabela 8 – Quantidade de alunos, média de idade e desvio padrão por curso técnico subsequente

	Cursos Técnicos Subsequentes			
	Administração	Enfermagem	Informática	Total
Quantidade de Alunos	652	209	264	1125
Média de Idade	25	28	25	25
Desvio Padrão	7	7	6	7

Fonte: Dados Secundários Relatórios SERE – Sistema Escola – SEED-PR.

Nota-se pelos dados que a média de idade por curso técnico mantém-se no intervalo entre 18 a 32 anos para os cursos de Técnico em Administração e Informática, e para o curso de Técnico em Enfermagem devido a sua especificidade de ingresso, valores maiores no intervalo de idade - 21 a 35 anos.

A distribuição do número de alunos nos cursos subsequentes de acordo com a faixa etária é apresentada no Gráfico 2.

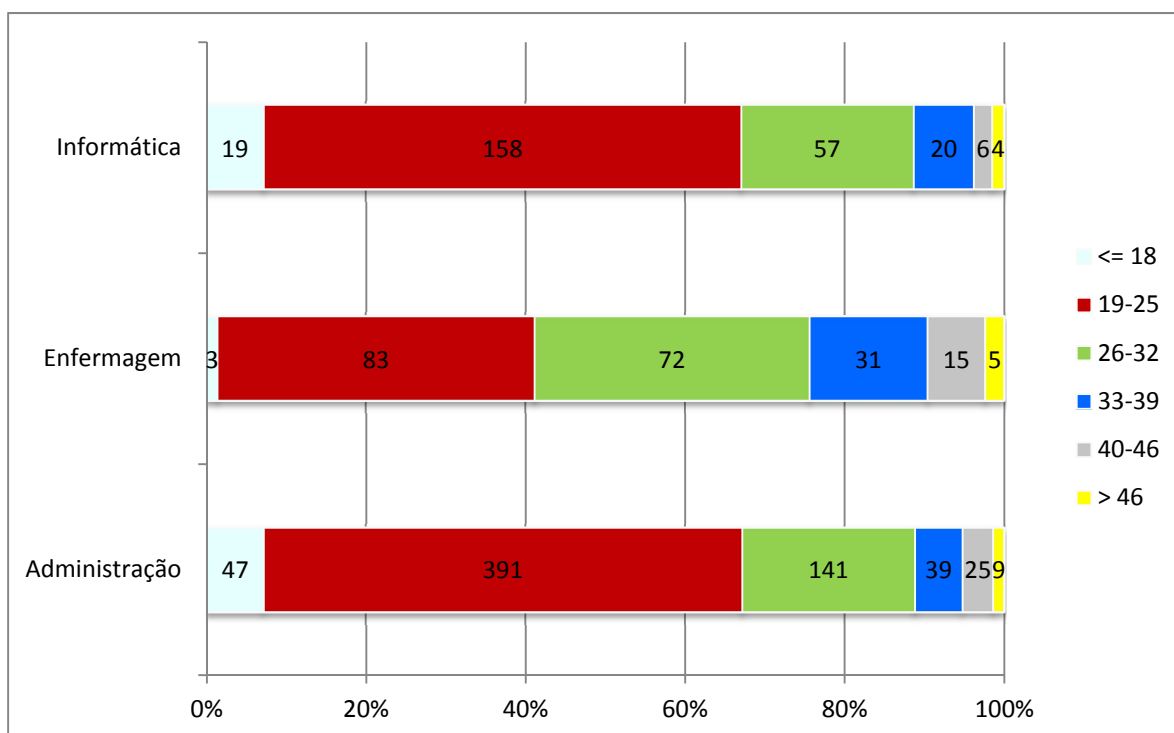


Gráfico 2 – Distribuição de alunos dos cursos subsequentes do CEPB de acordo com a faixa etária no período de 2007 a 2012

Fonte: Dados Secundários Relatórios SERE – Sistema Escola – SEED-PR.

Observa-se que a distribuição etária dos cursos técnicos de Administração e Informática centra-se mais entre 19 e 25 anos, sendo que no curso técnico em Enfermagem a distribuição é mais homogênea entre as faixas etárias de 19-25 e 26-32 anos, esta diferença de idade, faixa etária mais velha no curso de Enfermagem, é devido à especificidade profissional e de legislação na área de saúde, o aluno deve ter obrigatoriamente idade igual ou superior a dezoito anos para ingresso no curso.

Ao examinarmos os dados referentes ao ingresso de alunos nos cursos subsequentes, podemos caracterizar a procura pela educação profissional subsequente no CEPB como sendo constante durante o período investigado, média de 200 alunos/ano, composta por um público mais expressivo de jovens e adultos – média de idade 25 anos – predominando o gênero feminino para os cursos técnicos em Administração e em Enfermagem, e o gênero masculino para o Curso Técnico em Informática. Público este que busca uma formação profissional continuada, após o término do ensino médio.

Porém, apesar da procura e efetivação de novas matrículas nos cursos de educação profissional subsequentes manter-se estável durante o período de 2007 a 2012, observa-se que o índice de alunos que não concluem esta etapa de formação profissional – abandono ou reprovação – apresenta um percentual de aproximadamente 40% no período entre 2008 a 2012, sendo que nos dois últimos anos apresenta uma elevação chegando a 45,75% em 2012, como pode ser observado no Gráfico 3.

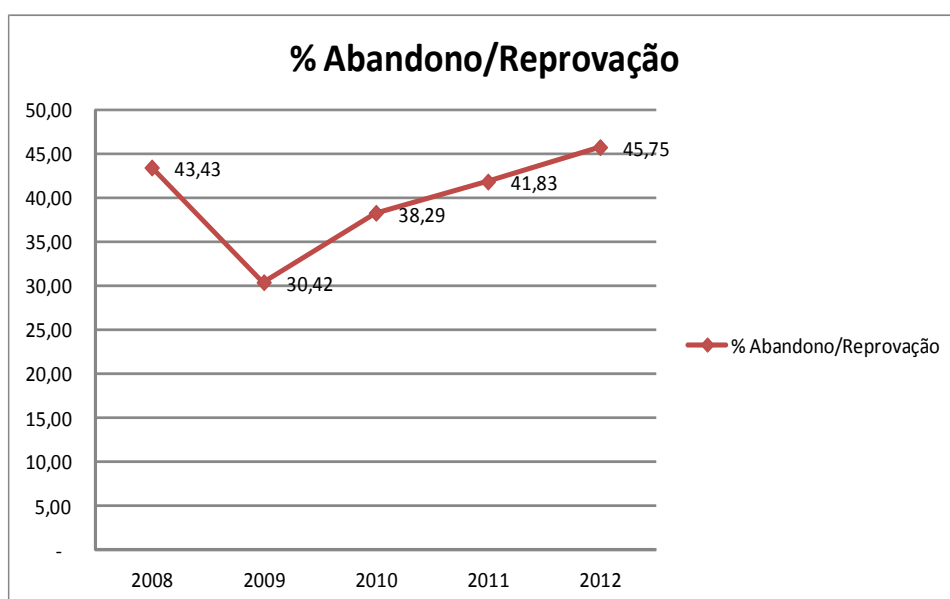


Gráfico 3 – Índices de fracasso escolar nos cursos técnicos subsequentes do CEPB
Fonte: Dados Secundários Relatórios SERE – Sistema Escola – SEED-PR.

A identificação deste percentual de fracasso escolar existente nos cursos de educação profissional subsequente do CEPB gerou a necessidade de uma investigação mais detalhada sobre como este fenômeno ocorre, como estão distribuídos os seus valores e características individualmente por curso técnico e quais os principais fatores causadores. Desta forma as próximas seções apresentam a caracterização da evasão escolar nos cursos subsequentes do CEPB, através da mensuração dos índices de evasão em cada curso/período e da identificação dos fatores causadores deste fenômeno.

4.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO - EVASÃO NO COLÉGIO ESTADUAL DE PATO BRANCO

A evasão é um fenômeno complexo que atinge a comunidade escolar e a sociedade a ela pertencente, desta forma é necessária a sua investigação para identificar e analisar suas características e possíveis consequências para a comunidade. Portanto esta pesquisa tem como objetivos identificar os índices de evasão nos cursos técnicos subsequentes, bem como quais são os fatores e suas inter-relações que contribuem para que ela ocorra. O processo de investigação e caracterização da evasão ocorre a partir da análise das suas múltiplas dimensões: a) identificação do tipo de evasão, b) mensuração dos índices de evasão e caracterização em relação aos tipos de cursos, c) identificação dos fatores que influenciaram o sua ocorrência.

O primeiro aspecto a ser investigado para a caracterização da evasão foi identificar qual o tipo de evasão ocorre na instituição. Como já visto no Capítulo 3 o fenômeno evasão pode ser tipificado de três formas diferentes de acordo com a forma como ele ocorre. Identificou-se que no CEPB a evasão se caracteriza pelo tipo de abandono do curso, ou seja, o aluno deixa de frequentar as aulas do curso técnico subsequente no qual está regularmente matriculado. A instituição utiliza duas formas distintas para identificar um aluno como evadido: a primeira forma o aluno assina um termo de desistência do curso, esta, segundo a instituição, é a maneira de formalizar o abandono pelo aluno, porém esta situação ocorre raramente, em decorrência principalmente da característica de não obrigatoriedade da educação profissional subsequente. A segunda forma é feita a partir do registro do número de faltas consecutivas do aluno em um determinado período letivo. Para o aluno ser

considerado evadido é necessário que o número de faltas corresponda a 50% mais um do número total de aulas ministradas no mesmo período, esta é a forma mais comumente utilizada pela instituição para a identificação da situação de abandono.

O segundo aspecto para a caracterização da evasão é a mensuração dos índices de evasão registrados pelos cursos subsequentes no período de 2007 a 2012. Para a quantificação do número de casos de abandono foi utilizada a variável situação final do aluno – diplomado ou evadido, como parâmetro. Esta variável é resultante da combinação dos resultados de situação dos alunos nos semestres em que este estava com a matrícula ativa. A situação do aluno ao final do semestre letivo pode ser: 0) desistente (abandono), 1) aprovado, 2) reprovado, 3) reprovado por frequência. Para se considerar um aluno com situação de diplomado o mesmo deve possuir a situação de aprovado em todos os semestres do curso (três semestres para o Técnico em Administração e Técnico em Informática e quatro para o Técnico em Enfermagem), se o aluno possuir em algum dos semestres a situação de desistente ou reprovado por falta, será considerado com situação final de evadido.

Seguindo esta classificação de acordo com o critério de situação final do aluno, o Gráfico 4 apresenta o número total de alunos diplomados e evadidos dos cursos técnicos subsequentes no período entre os anos de 2007 a 2012.

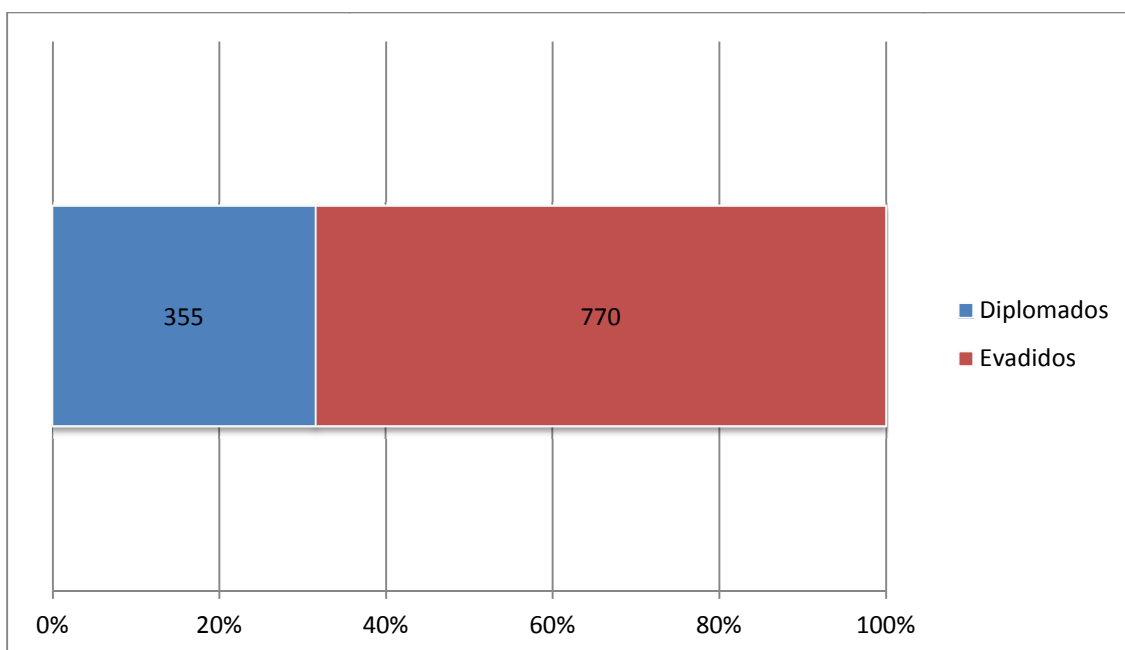


Gráfico 4 – Quantidade de alunos diplomados e evadidos nos cursos subsequentes do CEPB período de 2007 a 2012

Fonte: Dados Secundários Relatórios SERE – Sistema Escola – SEED-PR.

Observa-se que a Educação Profissional Subsequente do CEPB apresentou no período de 2007 a 2012 um índice elevado de abandono, sendo 770 alunos evadidos (68%) em um universo de 1.125 matrículas.

Na sequência da caracterização da evasão escolar, buscou-se mensurar o índice de evasão individual existente em cada um dos cursos de educação profissional subsequente. O Gráfico 5 exibe os índices de abandono ocorridos em cada um dos cursos técnicos subsequentes.

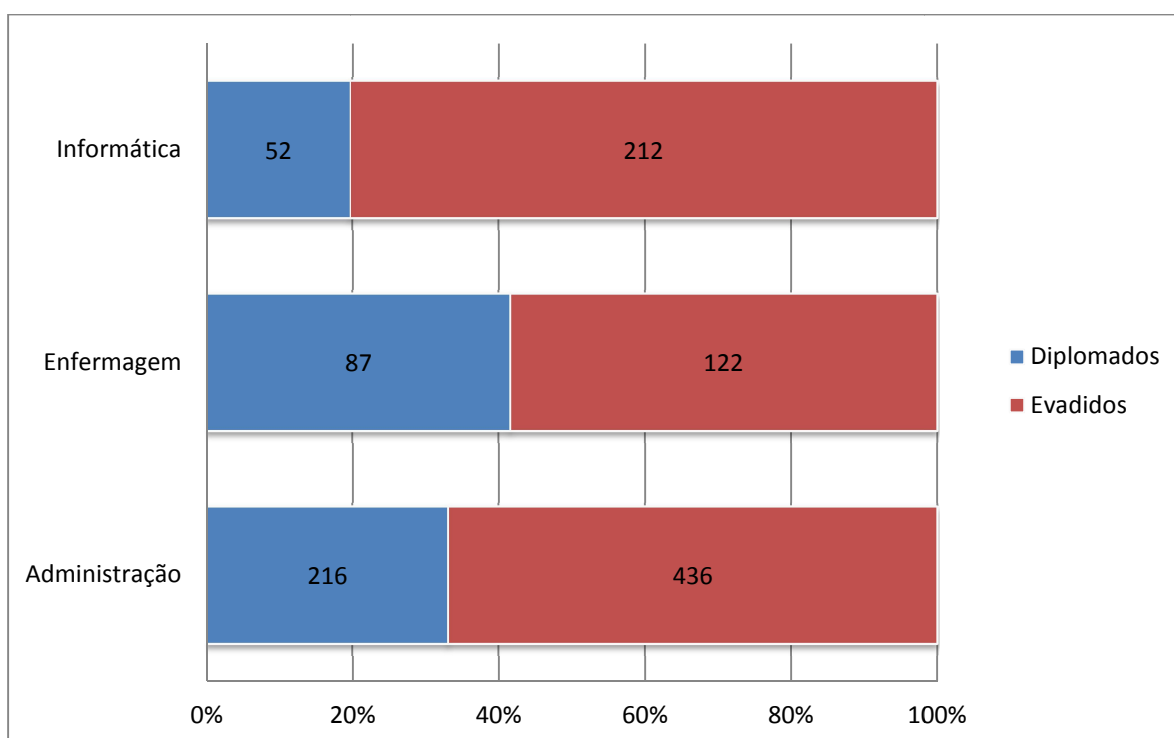


Gráfico 5 – Quantidade de alunos diplomados e evadidos por curso subsequente do CEPB no período de 2007 a 2012

Fonte: Dados Secundários Relatórios SERE – Sistema Escola – SEED-PR.

Constata-se que o curso com o maior índice de abandono – 80,3% – é o Curso Técnico Subsequente em Informática no qual a proporção é de um aluno diplomado para cada quatro alunos evadidos. Em seguida o Curso de Administração apresenta cerca de um aluno diplomado para cada dois alunos evadidos (67%). Ambos os cursos possuem demanda de profissionais no município de Pato Branco, uma vez que este se caracteriza como sendo um município urbanizado e com o setor de prestação de serviços aquecido, como apresentado na Tabela 1, cujo crescimento no número de empregos foi de 17,61% no período de 2011 a 2013. Já o Curso Técnico Subsequente em Enfermagem, curso na área de saúde, apresenta um índice de abandono de aproximadamente 53%, proporção de um aluno

diplomado para cada aluno evadido. Esse setor produtivo também com uma boa demanda de profissionais qualificados uma vez que o município é o polo de saúde da microrregião de Pato Branco e microrregião de Palmas⁹, possuindo ao todo 389 estabelecimentos de saúde (centros de saúde, clínicas especializadas e ambulatórios, hospitais, postos de saúde, consultórios, unidade de vigilância da saúde) segundo o caderno estatístico do município de Pato Branco (IPARDES, 2015).

Devido à identificação dos altos índices de evasão nos Cursos Técnicos, buscou-se investigar mais detalhadamente como estes índices se comportaram em relação aos semestres letivos, ou seja, buscou-se identificar de que forma a evasão escolar se comporta individualmente nos cursos e se distribui nos semestres letivos. O Gráfico 6 exibe o número de alunos que abandonaram os cursos subsequentes categorizados por semestre letivo.

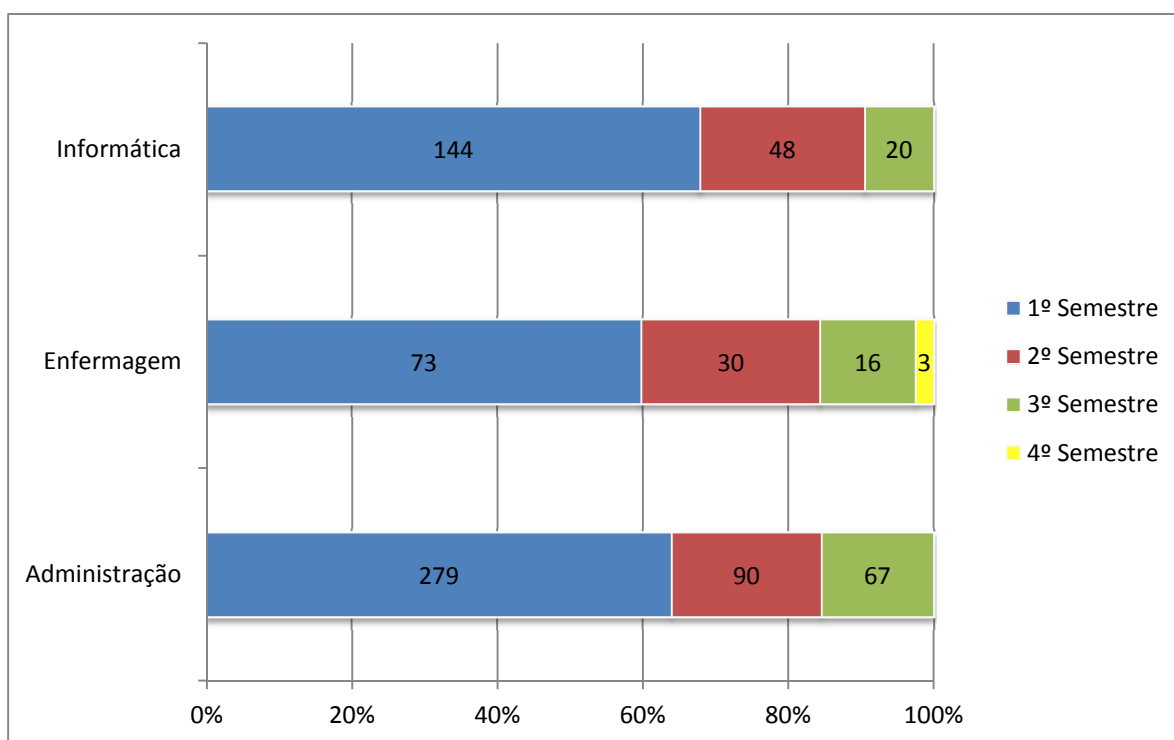


Gráfico 6 – Quantidade de desistências por semestre letivo nos cursos subsequentes do CEPB no período de 2007 a 2012

Fonte: Dados Secundários Relatórios SERE – Sistema Escola – SEED-PR.

⁹ Microrregião Geográfica Pato Branco compreende os municípios de: Bom Sucesso do Sul, Chopin Zinho, Coronel Vivida, Ita pejara d'Oeste, Mariópolis, Pato Branco, São João, Saudade do Iguçu, Sulina, Vitorino. Microrregião Geográfica Palmas compreende os municípios de: Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Honório Serpa, Mangueirinha, Palmas. IPARDES (2012).

Percebe-se que a maior parte de alunos – variação entre 60 - 70% em todos os cursos – que desistem da educação profissional o faz enquanto está cursando (matriculado) no primeiro semestre letivo (turma), ou seja, são alunos que estão iniciando a formação profissional. A partir deste cenário surgem algumas hipóteses para explicar a ocorrência desta situação de abandono no início do curso:

- Alunos que se matricularam nos cursos sem o prévio conhecimento sobre o perfil profissional do curso escolhido e não teve uma boa adaptação;
- Alunos que se matricularam nos cursos mas no decorrer do período foram selecionados para ingresso na educação superior e optam por seguir este nível de educação e abandonam a formação profissional;
- Alunos que se matriculam nos cursos com o objetivo de ingressarem no mercado de trabalho através dos convênios de estágio remunerado que o CEPB possui com o setor produtivo e com a Prefeitura Municipal de Pato Branco, e após ingressarem nos postos de trabalho optam pelo abandono ao curso em favor do trabalho.

Sugere-se um futuro projeto de pesquisa para investigar e testar estas hipóteses.

Devido aos elevados percentuais absolutos de evasão escolar registrados nos cursos de educação profissional subsequentes, tornou-se necessária à identificação mais pormenorizada de como estes resultados se configuram em relação a cada um dos cursos ao longo dos períodos letivos, ou seja, é preciso identificar de que maneira os índices foram sendo construídos ao longo do período – taxas de evasão registradas em cada semestre e ano para cada um dos cursos.

Como já mencionado no início desta seção o fenômeno evasão precisa ser caracterizado de acordo com o seu tipo de ocorrência, uma vez que este pode ser considerado a partir de diferentes aspectos – retenção, saída do aluno da instituição, saída do aluno do sistema escolar, saída e posterior retorno ou a não conclusão de um determinado nível escolar.

Para o CEPB caracterizamos a evasão escolar a partir do aspecto de saída do aluno da instituição, ou seja, o aluno abandona o curso técnico e não retorna posteriormente. Diante desta característica foi necessária a adoção de um critério para que se possa mensurar (calcular) as taxas de evasão dos cursos subsequentes da instituição. Para a escolha do critério de mensuração utilizou-se a característica

de período de integralização dos cursos técnicos, uma vez que o aluno pode abandonar um determinado período letivo e retornar posteriormente para conclusão da formação profissional. O período de integralização nos cursos subsequentes do CEPB é de no mínimo três semestres para os cursos Técnico em Administração e Técnico em Informática e de quatro semestres para o curso Técnico em Enfermagem e de no máximo cinco anos para todos os cursos.

Diante desta característica o aluno pode legalmente abandonar o curso por um determinado período, mas permanecer com sua matrícula aberta, e posteriormente retornar, bastando para isto apenas que reative a sua matrícula inicial. A reativação da matrícula se dá mediante o retorno do aluno para instituição através da assinatura de rematrícula. O aluno será rematriculado de acordo com o resultado obtido no último semestre frequentado por ele. Isto quer dizer que se o aluno cumpriu, no período que abandonou, os requisitos de aprovação no semestre - coeficiente de rendimento acima ou igual à média escolar e o percentual de frequência acima ou igual a setenta e cinco por cento – ele será rematriculado no semestre seguinte, caso contrário sua rematrícula será realizada no semestre em que ele abandonou.

Portanto para fins de cômputo das taxas de evasão, os alunos que reativam suas matrículas entre 2007 e 2012 não podem ser considerados como alunos evadidos, sendo assim, para que os índices de evasão sejam mensurados o mais fidedignamente possível faz-se necessária a adoção de um critério de medição para estas taxas. Para fins desta pesquisa utilizou-se como critério de mensuração do fluxo¹⁰ de matrículas da educação profissional no CEPB nos períodos de 2007 a 2012.

Para se calcular o número de alunos evadidos e posteriormente as taxas da evasão escolar, considerou-se que o número de alunos evadidos é dado por: número de matrículas ativas no semestre subtraídos o número de alunos diplomados e o número de matrículas ativas no semestre seguinte e o número de matrículas iniciais no semestre seguinte, este cálculo é obtido pela equação $E_i = M_i - C_i - (M_{i+1} - I_{i+1})$ para o (i-ésimo) semestre sob consideração, onde:

E_i – quantidade de evasão do semestre sob consideração para o próximo;

M_i – quantidade de matrículas ativas no semestre sob consideração;

¹⁰ O fluxo de matrículas considera o número de matrículas ativas, o número de novas matrículas, o número de alunos diplomados e o número de alunos evadidos.

C_i – quantidade de alunos concluintes no semestre sob consideração;

M_{i+1} – quantidade de matrículas no semestre seguinte;

I_{i+1} – quantidade de ingressantes no semestre seguinte.

As tabelas seguintes apresentam os dados do fluxo de matrículas nos cursos subsequentes do CEPB no período de 2007 a 2012.

A Tabela 9 exhibe o número de alunos ingressantes nos cursos, ou seja, mostra o número de novas matrículas efetuadas nos cursos técnicos.

Tabela 9 – Quantidade de novas matrículas nos cursos subsequentes do CEPB no período de 2007 a 2012

MATRÍCULAS INGRESSANTES	1º Sem 2007	2º Sem 2007	1º Sem 2008	2º Sem 2008	1º Sem 2009	2º Sem 2009	1º Sem 2010	2º Sem 2010	1º Sem 2011	2º Sem 2011	1º Sem 2012	2º Sem 2012
Administração	76	41	79	43	81	36	72	73	72	79	0	0
Enfermagem	22	0	39	0	39	34	34	0	41	0	0	0
Informática	0	33	29	30	33	34	30	7	36	32	0	0
Total	98	74	147	73	153	104	136	80	149	111	0	0

Fonte: Dados Secundários Relatórios SERE – Sistema Escola – SEED-PR.

Observa-se nos dados que o semestre que concentra os maiores números de novas matrículas é o primeiro de cada ano para todos os cursos, e apresenta-se de forma crescente.

A Tabela 10 apresenta os dados referentes ao número de matrículas ativas nos semestres letivos do período de 2007 a 2012.

Tabela 10 – Quantidade de matrículas ativas por semestre letivo nos cursos subsequentes do CEPB no período de 2007 a 2012

MATRÍCULAS ATIVAS	1º Sem 2007	2º Sem 2007	1º Sem 2008	2º Sem 2008	1º Sem 2009	2º Sem 2009	1º Sem 2010	2º Sem 2010	1º Sem 2011	2º Sem 2011	1º Sem 2012	2º Sem 2012
Administração	76	78	116	107	139	111	140	139	156	145	68	34
Enfermagem	22	5	40	34	64	89	83	46	77	42	21	20
Informática	0	33	43	45	51	65	65	23	54	52	17	6
Total	98	116	199	186	254	265	288	208	287	239	106	60

Fonte: Dados Secundários Relatórios SERE – Sistema Escola – SEED-PR.

Estes dados representam o total de número de alunos que estavam regularmente frequentando (matrículas ativas) os cursos técnicos no período, isto quer dizer que além dos alunos ingressantes no período letivo, existem alunos que deram continuidade nos períodos letivos seguintes e alunos que efetuaram a reativação da sua matrícula após um período de abandono.

A Tabela 11 exibe o número de alunos com a situação de concluinte dos cursos de profissionalização técnicos subsequentes do CEPB de 2007 a 2012.

Tabela 11 – Quantidade de alunos concluintes por semestre letivo nos cursos subsequentes do CEPB no período de 2007 a 2012

CONCLUINTE	1º Sem 2007	2º Sem 2007	1º Sem 2008	2º Sem 2008	1º Sem 2009	2º Sem 2009	1º Sem 2010	2º Sem 2010	1º Sem 2011	2º Sem 2011	1º Sem 2012	2º Sem 2012
Administração	0	0	18	6	28	14	32	19	24	28	14	33
Enfermagem	0	0	0	1	0	22	0	12	13	21	0	18
Informática	0	0	0	2	3	9	7	9	4	9	3	6
Total	0	0	18	9	31	45	39	40	41	58	17	57

Fonte: Dados Secundários Relatórios SERE – Sistema Escola – SEED-PR.

Devido ao recorte de tempo da pesquisa observa-se que somente começam a aparecer alunos concluintes dos cursos técnicos no primeiro semestre do ano de 2008 para o curso de Técnico em Administração e no segundo semestre do ano de 2008 para os cursos de Técnico em Enfermagem e Técnico em Informática – isto se deve ao curso não ter registro de matrículas iniciais no primeiro semestre de 2007. Percebe-se também que a partir do ano de 2009 ocorre uma pequena elevação no número de alunos concluintes, mas que ainda assim são bem menores que o número de alunos com matrículas ativas nos períodos anteriores, o que configura um cenário de aumento do número de alunos que apresentam fracasso escolar (retenção ou abandono).

A Tabela 12 exibe o número de alunos que foram considerados desistentes. Estes números são resultantes da equação utilizada para mensurar a evasão escolar.

Tabela 12 – Quantidade de alunos desistentes por semestre letivo nos cursos subsequentes do CEPB no período de 2007 a 2012

DESISTENTES	1º Sem 2007	2º Sem 2007	1º Sem 2008	2º Sem 2008	1º Sem 2009	2º Sem 2009	1º Sem 2010	2º Sem 2010	1º Sem 2011	2º Sem 2011	1º Sem 2012	2º Sem 2012
Administração	35	42	52	33	34	28	39	51	52	57	12	1
Enfermagem	14	3	8	9	15	19	26	3	20	2	2	1
Informática	0	22	28	20	21	26	30	2	29	28	5	0
Total	49	67	88	62	70	73	95	56	101	87	19	2

Fonte: Dados Secundários Relatórios SERE – Sistema Escola – SEED-PR.

Verifica-se a partir destes dados que aproximadamente 35 – 40 alunos do curso de Técnico em Administração tomam a decisão de abandonar a formação profissional, o que representa um percentual aproximado de 35% de evasão a cada

semestre. Já no curso Técnico em Enfermagem observa-se que a média de evasão é de 11 alunos, percentual de 28% de desistências por semestre e no curso Técnico em Informática são em média 19 alunos que abandonam o curso, representando 40% do total de alunos do curso durante o período de 2007 a 2012.

A partir do fluxo de matrículas e da mensuração do número de alunos concluintes e desistentes dos cursos subsequentes, foi possível identificar as taxas de evasão anual para cada um dos cursos técnicos. A taxa (percentual) de evasão T_i de um período (ano ou semestre) letivo é obtida pela equação $T_i = E_i / M_i \times 100$, onde:

E_i – evasão calculada para o período;

M_i – quantidade de matrículas ativas no período. As taxas de evasão dos cursos técnicos são apresentadas no Gráfico 7.

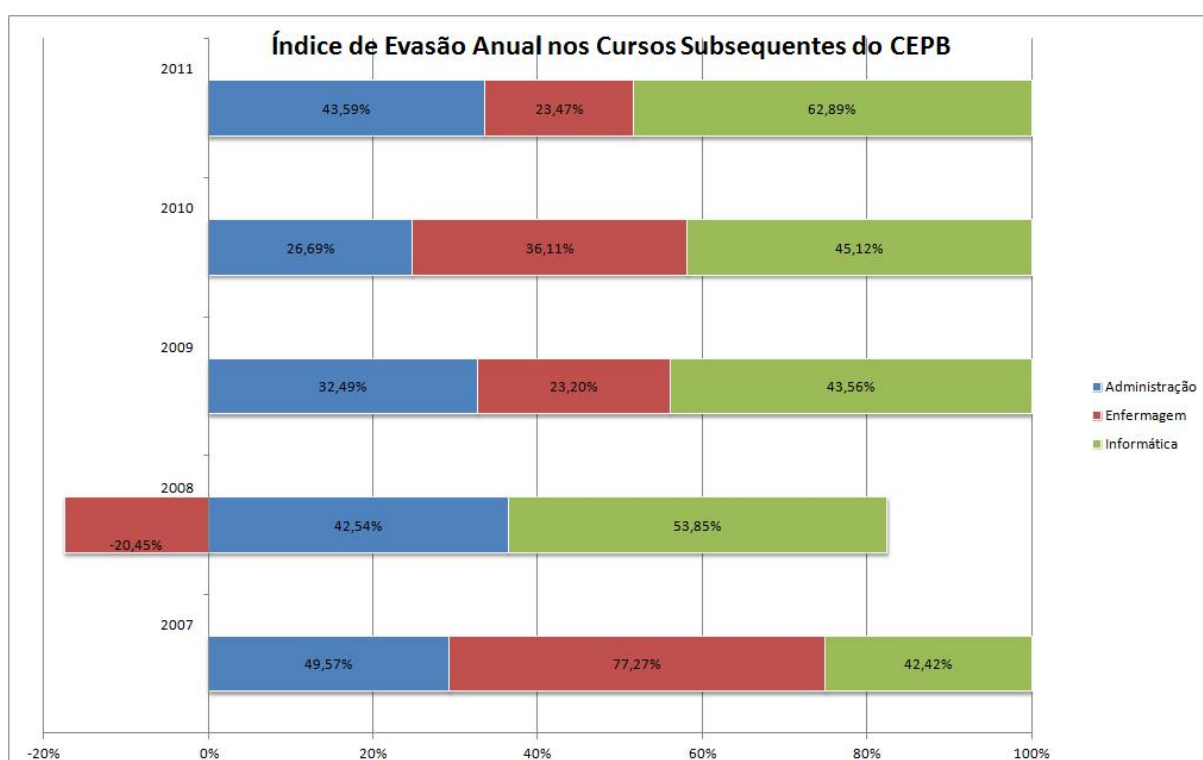


Gráfico 7 – Índices de evasão anual por curso subsequente do CEPB de 2007 a 2012
 Fonte: Dados Secundários Relatórios SERE – Sistema Escola – SEED-PR.

Observa-se que as taxas anuais de evasão oscilaram de 26% a 49% para o curso Técnico em Administração, sendo que os maiores índices foram registrados nos anos de 2007 e 2011. O curso Técnico em Enfermagem no decorrer de sua trajetória chegou a registrar no ano de 2008 um índice de evasão negativa, ou seja,

aumentou a quantidade de matrículas ativas em relação a 2007, descontando-se os concluintes de 2007 e os ingressantes de 2008. Mas também registra um percentual de evasão maior no ano de 2007 – início da implantação da nova matriz curricular, e uma queda nos índices de evasão no ano de 2011. Já o curso Técnico em Informática mostra um aumento considerável no índice de evasão no ano de 2011, atingindo aproximadamente 63% de abandono, uma variação de 17,77 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

Diante dos resultados de índices elevados de evasão nos cursos, buscou-se verificar a relação de algumas variáveis – gênero, rendimento escolar, frequência escolar – que possam relacionar-se e de forma direta ou indireta influenciar na decisão pelo abandono.

A Tabela 13 exibe o número de alunos diplomados e evadidos dos Cursos Subsequentes distribuídos de acordo com o gênero.

Tabela 13 – Quantidades e percentuais de alunos diplomados e evadidos nos cursos subsequentes do CEPB de acordo com o gênero no período de 2007 a 2012

	Gênero	Evadidos	Diplomados	Evadidos	Diplomados
Administração	Feminino	284	152	65,14%	70,37%
	Masculino	152	64	34,86%	29,63%
Enfermagem	Feminino	110	76	90,16%	87,36%
	Masculino	12	11	9,84%	12,64%
Informática	Feminino	83	17	39,15%	32,69%
	Masculino	129	35	60,85%	67,31%
Geral	Feminino	477	245	61,95%	69,01%
	Masculino	293	110	38,05%	30,99%

Fonte: Dados Secundários Relatórios SERE – Sistema Escola – SEED-PR.

Os dados mostram que ao observarmos os cursos individualmente estes apresentam uma pequena variação entre os percentuais de alunos diplomados e evadidos em relação ao gênero, isto nos leva a considerar a hipótese de que o gênero – como variável isolada – não influencia na situação de abandono ou permanência do aluno nos cursos subsequentes. Mas ao observarmos o número total de alunos da educação profissional, percebe-se que a variação é maior em relação ao gênero, suscitando a hipótese de que no cômputo geral do número de alunos a variável gênero exerce um papel de influência sobre os índices de evasão.

Essa tendência foi corroborada pelo resultado do teste de hipóteses X^2 (qui-quadrado¹¹) relacionando as variáveis categóricas de gênero e evasão. Foi escolhido como critério o nível de significância de 5%, portanto para que a variação seja significativa o valor do X^2 obtido deveria ser maior ou igual a 3,84. A Tabela 14 apresenta o resultado do X^2 entre gênero e evasão. Os resultados obtidos não foram significativos (a 5%) para nenhum dos três cursos considerados. Comparando-se as diferenças da proporção de alunos por gênero entre os ingressantes de cada curso e a proporção entre os evadidos/concluintes do mesmo curso, não é possível rejeitar a hipótese nula (H_0) de que as variações observadas sejam devidas ao acaso, com 5% de significância.

Tabela 14 – Teste do Qui-Quadrado para as variáveis gênero e evasão

Curso	Gênero	Evadidos	Diplomados	X2	
Administração	Feminino	284	152	1,55	Não significativo
	Masculino	152	64		
Enfermagem	Feminino	110	76	0,172	Não significativo
	Masculino	12	11		
Informática	Feminino	83	17	0,491	Não significativo
	Masculino	129	35		

Fonte: Dados Secundários Relatórios SERE – Sistema Escola – SEED-PR.

Após a análise da relação com a variável gênero, buscou identificar se existe uma correlação entre os resultados de evasão com as variáveis de desempenho escolar. Tinto (1975, p. 103-105) apresenta em seu estudo que em muitos casos a opção do aluno pela evasão do processo escolar está relacionada com os resultados de rendimento escolar e com o grau de compromisso com a conclusão do curso expressa pelo percentual de frequência deste aluno nas atividades escolares e na interação dentro do ambiente escolar. Portanto para verificar se esta relação também ocorre nos casos de evasão registrados no CEPB, utilizou-se o método estatístico de análise comparativa de médias entre os alunos diplomados e evadidos através da aplicação do teste T ao nível de significância de 5%.

A Tabela 15 apresenta o resultado do teste comparativo de médias – teste T – das variáveis de Coeficiente de Rendimento Geral e Frequência Geral, para

¹¹ Segundo Conti (2011) o teste de Qui-Quadrado é um teste de hipóteses que se destina a encontrar um valor da dispersão para duas variáveis nominais, avaliando a associação existente entre variáveis qualitativas. É um teste não paramétrico e tem como princípio básico comparar proporções, para dizer se dois grupos se comportam de forma semelhante ou não de acordo com as diferenças de frequência.

verificar se estas variáveis possuem algum tipo de correlação significativa entre si que possam influenciar o fenômeno evasão. Sendo assim na tabela de resultados do teste encontram-se as siglas N – número de casos (alunos), X – média, σ – desvio padrão, P – nível de significância (* 5%, ** 1%, ns - sem significância).

Tabela 15 – Teste T – Comparativo de médias do coeficiente de rendimento geral e frequência geral dos cursos técnicos subsequentes do CEPB

	Indicadores	N	X	σ	P
Coeficiente Geral	Evadido	770	2,38	3,283	0,000**
	Diplomado	355	8,077	3,1485	0,000**
Frequência Geral	Evadido	770	49,323	25,1537	0,000**
	Diplomado	355	87,65	5,1377	0,000**

Fonte: Dados Secundários Relatórios SERE – Sistema Escola – SEED-PR.

Observa-se nos resultados que existe uma correlação altamente significativa entre estas variáveis, determinando desta forma a escolha das mesmas como variáveis para a análise de agrupamentos.

Diante da apresentação estatística do fenômeno de Evasão e da identificação da correlação das variáveis de Coeficiente de Rendimento e Frequência, buscou-se uma análise multivariada de dados através do método de Análise de Agrupamentos (Clusters) para caracterizar os dados, e verificar como estes se agrupam em relação a estas variáveis e correlacionam-se com o fenômeno evasão.

Os dados foram agrupados seguindo o método de Agrupamento de Clusters Não Hierárquico, o qual agrupou os dados em quatro clusters de acordo com as variáveis de agrupamento – coeficiente de rendimento e frequência. As Tabelas 9 e 10 apresentam os dados agrupados em cada cluster e os valores relacionados às demais variáveis da pesquisa.

Para Hair (2005, p.404) a análise de interpretação dos agrupamentos deve envolver o exame de cada agrupamento em relação a variável estatística de agrupamento. Optou-se pelas variáveis de coeficiente de rendimento e frequência como variáveis para agrupamento uma vez que estas possuem uma significativa

correlação entre si e com o fenômeno evasão escolar identificado no CEPB. Os resultados seguem a correlação bidimensional entre as variáveis de agrupamento e as demais variáveis.

A Tabela 16 exibe a quantidade de alunos e seu respectivo percentual em relação ao fenômeno evasão no CEPB com os dados agrupados nos quatro clusters.

Tabela 16 – Quantidade de alunos e percentual de evasão em quatro clusters

		Cluster				Total	
		1	2	3	4		
Evasão	Evadido	Nº. Alunos	210	121	239	200	770
		Percentual	100,0%	25,4%	100,0%	100,0%	68,4%
Diplomado		Nº. Alunos	0	355	0	0	355
		Percentual	0,0%	74,6%	0,0%	0,0%	31,6%

Fonte: Dados Secundários Relatórios SERE – Sistema Escola – SEED-PR.

Observa-se que apenas no Cluster 2 foram agrupados tanto alunos evadidos quanto diplomados, pois este é cluster que possui os maiores valores de coeficiente de rendimento e frequência, as quais são variáveis de agrupamento.

A Tabela 17 apresenta de forma conjunta os dados referentes à variável de agrupamento (coeficientes de rendimento e frequência) e as demais variáveis relacionadas

Tabela 17 – Distribuição de alunos de acordo com as variáveis Gênero, Média de Idade, Média do Coeficiente de Rendimento, Média de Frequência, Evasão e Curso em quatro agrupamentos

Cluster	Nº. Alunos		Média Idade	Média Coeficiente	Média Frequência	Evasão			Curso	
	F	M				E	D	A	E	I
01	137	73	25	0,5	16,2	210	0	185	12	13
02	323	153	27	7,6	87,7	110	366	240	143	92
03	138	101	24	2,2	47,8	239	0	131	25	83
04	123	77	25	3,3	65,8	200	0	97	28	75

Fonte: Dados Secundários Relatórios SERE – Sistema Escola – SEED-PR.

Legenda: F – Feminino, M – Masculino, E – Evadidos, D – Diplomados, A – Curso de Administração, E – Curso de Enfermagem, I – Curso de Informática.

Ao analisar os resultados dos agrupamentos, observou-se que alguns deles possuem diferenciações significativas e, portanto devem ser mais bem detalhados.

O Cluster 02 possui apresenta diferenciações significativas em relação às variáveis de Evasão e as variáveis de agrupamento, caracterizando desta forma um possível grupo para aplicação de pesquisa de caráter qualitativo, com o intuito de

identificar os fatores que influenciaram no processo de evasão, uma vez que a média do coeficiente de rendimento e da frequência tem valores considerados satisfatórios para a diplomação nos cursos técnicos – média de coeficiente de rendimento acima do valor seis (6,0) e de frequência acima de setenta e cinco por cento (75).

O Cluster 01 devido ao baixo valor da média de coeficientes de rendimento e de frequência possivelmente caracteriza o grupo de alunos que tenha efetuado sua matrícula no Curso Técnico Subsequente e frequentado menos de 20% da carga horária de aulas do curso todo, ou seja, é aquele aluno que desistiu nos primeiros dias de aula. Como observado anteriormente o semestre que apresenta os maiores índices de evasão escolar são justamente os de início do ano, portanto este agrupamento caracteriza-se como uma possível amostra para investigações futuras que testem as hipóteses levantadas na seção anterior (aptidão e adaptação à formação profissional, opção pelo ensino superior, relações com estágios remunerados).

No Cluster 03 verificou-se que estão classificados os alunos que obtiveram média de frequência maior que 50% do total de horas aula do curso, mas possuem uma média de coeficiente de rendimento muito insatisfatório para aprovação, de acordo com esta especificidade este agrupamento de alunos, também se caracteriza como uma possível amostra de indivíduos para aplicação de pesquisa de caráter qualitativo no intuito de se identificar quais os fatores mais relevantes que o levaram a optar pelo abandono do curso.

Desta forma a análise de agrupamentos contribui para a identificação de amostras – com características diversas – para a realização da fase qualitativa desta investigação, a qual contempla a caracterização da evasão escolar nos cursos subsequentes do CEPB – identificação dos fatores causadores deste fenômeno e suas possíveis correlações. A seção seguinte apresenta os resultados obtidos desta fase.

4.4 FATORES QUE INFLUENCIARAM A EVASÃO ESCOLAR NO CEPB

Um dos objetivos da caracterização do fenômeno evasão escolar consiste na identificação dos fatores que contribuem para sua ocorrência bem como de suas inter-relações. Este processo de assimilação dos elementos que compõem o

processo de abandono escolar é de suma importância para concepção e implantação de estratégias que possam prevenir a evasão escolar na educação técnica. Para tanto foi necessária à realização de uma pesquisa de caráter qualitativo com o público diretamente envolvido no processo, ou seja, os alunos evadidos dos cursos técnicos.

Para a coleta de dados utilizou-se a técnica de entrevistas semi-estruturadas com alunos que abandonaram os respectivos cursos de formação profissional antes de obterem a titulação correspondente do mesmo.

Visando a preservação do sigilo em relação à identidade dos alunos participantes das entrevistas os mesmos serão identificados sempre no masculino e por siglas, como por exemplo, ADM01 (participante 1 do curso técnico subsequente em Administração), ENF02 (participante 2 do curso técnico subsequente em Enfermagem).

As entrevistas foram direcionadas a alunos que no decorrer do curso ao qual estavam matriculados obtiveram um coeficiente de rendimento e um coeficiente de frequência com valores satisfatórios para a aprovação, ou seja alunos que tinham coeficiente de rendimento igual ou superior a seis (6,0) e frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento (75%), mas que por um conjunto de outros aspectos optou pelo abandono desta etapa da trajetória escolar.

Para uma melhor caracterização dos aspectos da evasão os fatores foram divididos em dois grupos de análise a considerar: Fatores individuais e Fatores institucionais. Por sua vez estes fatores foram subdivididos em subcategorias de acordo com as suas especificidades. Compõem o grupo dos fatores individuais os elementos que caracterizam o contexto familiar, expectativas e compromissos individuais com a formação escolar, escolaridade prévia, contexto socioeconômico dos indivíduos. Para o grupo dos fatores institucionais fazem parte os elementos de organização curricular (conteúdos específicos da formação técnica, metodologia de ensino, materiais didáticos e laboratórios), integração escolar (relação com docentes, discentes e ambiente escolar). Os resultados obtidos serão apresentados e discutidos separadamente em cada uma das subcategorias.

4.4.1 Fatores Individuais

Os fatores individuais como mencionado no Capítulo 3 são os elementos relacionados aos objetivos e características pessoais dos alunos, fazem parte destes

fatores as aspirações, expectativas e perspectivas que os alunos possuem em relação ao caminho escolar e seu desenvolvimento, bem o grau de compromisso em relação à formação escolar e seu processo de adaptação e pertencimento ao ambiente escolar.

Estes fatores são de suma importância uma vez que eles influenciam de forma direta o processo escolar dos educandos. Estes fatores são subdivididos em: contexto familiar e socioeconômico, expectativas e compromissos com a formação profissional, escolaridade prévia.

4.4.1.1 Expectativas e compromissos com a formação profissional

Para identificar e compreender os objetivos profissionais dos alunos se faz necessário conhecer as suas expectativas em relação ao curso de formação profissional escolhido, bem como perceber qual o grau de comprometimento despendido para que os objetivos sejam alcançados.

Todos os alunos entrevistados consideraram a formação técnica subsequente uma forma para melhoria profissional e conseqüentemente melhoria financeira, quer fosse uma possibilidade de promoção para os que já estavam trabalhando quanto à possibilidade de um diferencial na busca de um novo posto de trabalho, como descrevem os participantes ADM01 e INF02:

Para ter um, para se aperfeiçoar mais, ter um estudo técnico (ADM01, 2015).

Busquei porque eu pensei que eu iria conseguir um trabalho mais fácil, talvez por ter um técnico. imaginei que conseguiria um trabalho melhor se possuísse um curso técnico (INF02, 2015).

É possível, a partir da análise dos relatos, perceber que os participantes acreditavam na melhoria de sua condição profissional através dos cursos técnicos, e de uma conseqüente melhora econômica, uma vez que a formação adequada poderia lhe conferir uma ascensão salarial, ou um novo emprego.

No aspecto de compromisso com a formação profissional todos os respondentes se classificaram como comprometidos e empenhados a dar continuidade nos estudos para formação profissional, porém dois deles declararam ter perdido o interesse pelo curso a partir da metade do período letivo.

Eu acho que eu perdi um pouco de interesse, e coisas paralelas da minha vida também me fizeram deixar um pouco o colégio de lado, sempre tinha

outras coisas para fazer e eu achei as outras coisas mais importantes no momento (INF01, 2015).

Não estava gostando da área, o meu trabalho apesar de ser estágio eram com atividades diferentes que eu gostava mais, fui perdendo o interesse, não me adaptando com as matérias, e como não era a minha área e não me integrava com a turma, acabei desistindo (INF02, 2015).

Percebe-se pelo relato dos participantes que inicialmente todos estavam motivados a estudar e comprometidos com a formação profissional, mas que com o passar do tempo e por alguns fatores externos (aspectos sociais e familiares) e internos (pouca integração com colegas, dificuldades com algumas disciplinas técnicas) a escola os alunos foram perdendo o interesse a motivação para continuar o curso. Marchesi; Pérez (2004) apontam que um dos fatores que mais preocupa em relação ao fracasso ou abandono escolar é a escassa motivação, a falta ou perda de interesse e dedicação para com os estudos que os alunos apresentam. Os autores ainda sugerem que é preciso se compreender onde estará a origem dessa falta de interesse pela aprendizagem para que se possam traçar estratégias de intervenção.

Diante disto observa-se que os aspectos de comprometimento com a formação profissional exerce uma relevante influência na decisão de permanência ou abandono dos cursos técnicos.

4.4.1.2 Contexto familiar e Escolaridade prévia

O contexto familiar tem uma influência preponderante em relação ao processo de evasão escolar, especialmente por ser o ambiente familiar que determina o grau de capital cultural em que o aluno se encontra e como este determina a sua decisão em abandonar uma etapa no processo de escolarização.

A escolaridade prévia é influenciada pelo contexto familiar e pelo capital cultural a que o aluno está sujeito, percebe-se que este fator contribui também para o aspecto individual de pertencimento e de integração com o ambiente escolar e consequentemente seu rendimento escolar.

Todos os participantes ficaram um período, variação entre um a três anos, sem frequentar a escola após o término do Ensino Médio e ingresso no curso técnico subsequente, e somente um participante considerou que a sua escolarização prévia (ensino fundamental e médio) foi precária e com isso contribuiu para que ele encontrasse maiores dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, uma vez

que o participante se considerava um mau aluno, pois quando questionado sobre considerar a formação prévia respondeu:

Sou péssimo aluno, verdade, não eu acho que não fui assim, eu acho que deveria ter me dedicado mais, pelo fato de que fiz o CEEBJA foi tudo corrido, os três anos juntos, me arrependi ter feito, o que aprendi, aprendeu e acabou, não fixou (ADM02, 2015).

Outro aspecto elencado pelos participantes foi em relação a ter ou não desistido/abandonado o processo de escolarização em algum momento anterior, dos participantes três deles em algum momento desistiram do percurso tradicional da escolarização ou reprovaram, retomando posteriormente.

Reprovei uma vez devido a mudança de cidade, e quando eu ganhei a minha filha estava no segundo ano, eu parei de estudar naquele tempo, depois eu retornei e terminei (ADM01, 2015).

Observa-se nos relatos que a escolaridade prévia contribui de forma efetiva no processo de aprendizagem nos cursos técnicos, sejam aquelas consideradas satisfatórias e que auxiliaram na assimilação dos conteúdos da formação profissional, quanto as consideradas menos efetivas que proporcionaram um maior grau de dificuldade de entendimento dos conhecimentos científicos por parte do entrevistado. Percebe-se ainda que o fato de já possuir um histórico de retenção escolar também influencia na decisão de abandono posterior.

Em relação ao histórico educacional familiar dos participantes observou-se que além dos entrevistados apenas um ou dois membros da família (pai, mãe, irmãos) possuíam escolaridade obrigatória ou completaram o ensino médio, como se observa nos relatos dos participantes ENF01 e ADM02:

Somos em dois filhos, o meu irmão concluiu fez o ensino superior, a minha mãe tem o ensino médio, mas o meu pai tem só até o terceiro do básico, do primário (ENF01, 2015)

A única da família que foi fui eu, nenhum dos meus três irmãos nem minha mãe nem meu pai concluíram o ensino médio (ADM02, 2015).

Nota-se que o histórico escolar familiar também é um fator que pode influenciar a permanência ou abandono pelo aluno do cotidiano escolar. Lahire (2004) aponta em seus estudos que o contexto escolar da família influencia de várias formas a construção do capital cultural, e que este desempenha um papel importante na trajetória escolar. Os exemplos e ações familiares em relação a

escolarização também podem contribuir para o sucesso ou fracasso escolar, dependendo de como estes são introjetados no dia-a-dia familiar.

Outro aspecto a ser considerado é a composição familiar dos entrevistados e suas responsabilidades na estrutura da família. Neste contexto três participantes tinham estado civil solteiro, e três casado, sendo que os casados todos possuíam filhos pequenos no período em que estavam frequentando os cursos técnicos. Um dos participantes relatou que um fator importante na decisão de abandonar o curso técnico foi em relação aos filhos:

Durante o curso minhas duas filhas pequenas ficavam com a minha mãe, mas a partir de um tempo a minha filha menor começou a ficar doente com frequência, e por conta disso faltei algumas vezes. Quando percebi que o mal estar dela era por conta de ficarem sem a nossa presença, optei por desistir para cuidar delas (ENF02, 2015).

Observa-se neste relato que determinadas situações familiares, as quais não podem ser controladas pelo aluno, podem assumir um peso maior na decisão de permanência ou abandono escolar. Rovira (2004) aponta que o “fracasso” ou “sucesso” escolar é resultado de ações humanas desejadas ou não, mas que se não desejadas não eliminam a responsabilidade dos envolvidos. Esta visão também é corroborada por Azevedo:

No fenômeno da evasão escolar (como igualmente no do fracasso escolar), não é só aquele que abandona que está envolvido, mas também sua família. Essa relação com o passado, com as histórias familiares – experiências profissionais, escolarização, crenças sobre o papel dos filhos (AZEVEDO, p. 171, 2004).

Diante disto percebe-se que o contexto familiar em seus mais variados aspectos é um dos fatores com grande relevância na decisão de permanência ou abandono da vida escolar dos indivíduos.

4.4.1.3 Contexto socioeconômico

O contexto socioeconômico é formado pelas características de renda e ocupação profissional dos indivíduos e de como este afeta a decisão por continuar ou abandonar o processo escolar.

Dos participantes apenas dois não estavam trabalhando no período em que frequentavam o ensino técnico, e apenas um dos quatro empregados trabalhava com atividades na área de formação do curso técnico, os demais tinham apenas poucas atividades relacionadas ao aprendizado na formação profissional.

Dos participantes que estavam trabalhando nenhum deles teve algum tipo de incompatibilidade entre o curso e o trabalho, ou seja, todos conseguiram conciliar as atividades laborais e os horários de entrada/saída do trabalho-escola com as atividades escolares.

Eu ia pra escola de van, e a distância entre o trabalho e a minha casa não era muito grande, então dava tempo suficiente para chegar em casa e me aprontar para o colégio (INF02, 2015).

Dava tempo tranquilo, pois eu saía do trabalho às seis horas e o curso começava às sete, sete e meia, e eu ia de moto, então não tive nenhum problema de horário (ADM01, 2015).

Observa-se que o horário das atividades profissionais (trabalho) exercidas pelos respondentes e o tempo e a distância entre o percurso trabalho-casa-escola não tiveram elementos considerados negativos, a ponto de influenciar na decisão de abandonar a formação profissional.

Os participantes que não estavam trabalhando durante o curso consideravam que o maior tempo para o estudo lhes conferia um melhor desempenho no processo de aprendizagem, e que a conclusão do curso técnico lhes proporcionaria uma melhor empregabilidade.

Da mesma forma nenhum dos participantes estava frequentando outros cursos de formação concomitantes.

Do ponto de renda familiar todos os participantes possuíam uma renda média que não excedia dois salários mínimos, e com exceção de um dos participantes esta se manteve constante durante o período em que frequentaram o curso. O participante que teve melhorias de renda relata que estas ocorreram devido ao aperfeiçoamento profissional e as novas relações pessoais de amizade promovidas pelo curso técnico oportunizaram uma alteração no posto de trabalho com a mudança de empresa empregadora e aumento no novo salário.

Eu tive uma mudança de trabalho, saí de um e fui para outro mas no mesmo ramo (informática), o técnico me ajudou muito a melhorar o meu trabalho, tinha muita coisa que eu não sabia e aprendi, tirei dúvidas, e com isso consegui um trabalho com uma renda melhor (INF01, 2015).

Nota-se a partir deste relato que a formação profissional ofertada pelos cursos do CEPB contribuem de forma positiva na melhoria das condições de trabalho dos alunos, oportunizando um melhor desempenho nas atividades laborais

bem como um bom aprendizado que lhes proporcione avanços na carreira profissional, seja no emprego que atua no momento, seja na busca de uma nova colocação no mundo do trabalho.

Outro aspecto relacionado ao contexto socioeconômico citado pelos respondentes é a formação profissional ofertada gratuitamente. Dois participantes relataram que não teriam condições financeiras de frequentar uma faculdade privada, ou capacidade acadêmica para ingressar em uma pública, desta forma optaram pelo curso técnico.

Por questão financeira mesmo, porque não pagava era mais vantagem eu fazer, eu queria fazer (estudar alguma coisa) então eu escolhi o técnico (ADM02, 2015).

Eu saí do interior e vim morar na cidade, e eu achava que faculdade era pra pessoas que já tinham um conhecimento maior, como eu sempre estudei no sítio em colégio público eu achava que eu nunca ia conseguir entrar numa UTFPR ou numa faculdade paga, então eu achei que as minhas possibilidades se limitariam ao curso técnico (ENF01, 2015).

Devido a todos os respondentes possuírem uma renda que não excedia dois salários mínimos, a oportunidade de uma formação profissional gratuita teve uma relevância significativa na busca pelos cursos técnicos, pois vislumbravam a possibilidade da continuidade dos estudos após a conclusão do ensino médio e capacitação profissional adequada para ingresso ou melhoria de condições no mundo do trabalho.

4.4.2 Fatores Institucionais

Os fatores institucionais referem-se aos aspectos inerentes ao processo de ensino-aprendizagem construídos pela organização escolar, ou seja, são os elementos que compõem o ambiente escolar como um todo, desde a implantação da sua organização curricular com a seleção e integração entre os conhecimentos científicos elencados para a formação profissional, como dos aspectos metodológicos e utilização dos recursos pela instituição escolar para garantir a formação profissional adequada. Fazem parte deste contexto também o ambiente físico e o nível de integração escolar, de que forma a instituição proporciona uma maior integração do alunado com o contexto escolar.

4.4.2.1 Organização curricular

Consideramos como organização escolar o recorte de conhecimentos específicos para cada uma dos eixos tecnológicos e seus respectivos relacionamentos ou integração, também sobre a metodologia utilizada para proporcionar a efetiva apreensão dos conhecimentos científicos a partir do processo de ensino-aprendizagem adotado pela escola e seus professores.

Todos os participantes consideraram que os conteúdos e a metodologia de ensino geral dos cursos em que estavam frequentando eram adequados e estruturados de forma a proporcionar um processo de ensino-aprendizagem coerente com a formação profissional.

Sim todas elas (disciplinas) tinham uma ligação e ainda tinham conhecimentos que a gente vivencia no trabalho que podiam ser aplicados nas aulas pois eram relacionados (INF02, 2015).

Percebe-se pela fala do entrevistado que a organização curricular do curso estava em consonância com o seu cotidiano de trabalho bem como articulado de maneira a integrar os conhecimentos da área de formação e da aplicabilidade prática no ambiente do mundo do trabalho.

Sobre a formação do corpo docente, todos os participantes consideraram que este possuía qualificação e domínio tanto teórico quanto práticos sobre os conhecimentos da área de formação profissional.

Sim, todos eles são formados na área específica da disciplina que dá aula, e além disso a maioria deles trabalha no setor de atividade em que dá a aula, ou seja, temos administradores, contadores, advogados, todos que além de dar as aulas conhecem o ambiente de trabalho (ADM01,2015).

As falas dos alunos sobre a organização curricular e a formação acadêmica dos professores aponta que a formação profissional do CEPB está de acordo com as expectativas que os educandos possuem em relação formação profissional, que esta seja adequada e de boa qualidade. Em relação a este fator pode-se observar que a influência é positiva em relação aos alunos, ou seja, é um aspecto favorável a permanência dos alunos nos cursos de educação profissional do CEPB.

4.4.2.2 Integração escolar

A integração escolar contribui de forma relevante para a permanência ou não dos alunos em um determinado nível escolar, muitos alunos deixam de frequentar um determinado curso não por não possuírem condições de rendimento para conclusão, mas por não se sentirem integrados ao ambiente escolar. A

integração se dá em três níveis – docente-discente, discente-discente, discente-ambiente escolar (regras, estrutura física).

A maioria dos participantes se considerou integrado ao ambiente escolar de forma geral. Não encontravam dificuldades de integração com os professores e com as demais instâncias colegiadas (direção, funcionários, coordenação pedagógica e de curso). Consideravam o espaço físico adequado e que proporcionava um bem estar, uma boa adaptabilidade e acessibilidade, gostavam de estar no ambiente escolar.

Dos participantes dois deles apontaram um certo desconforto em relação ao colegas de turma, não se integravam de forma concisa e plena, determinando assim um certo grau de descontentamento com o andamento da turma e consequente motivo para faltas durante o período, e em decorrência um rendimento menor nos estudos. Para um dos participantes a forma com que o ambiente dentro da sala de aula se configurava desagradável e incômodo, contribuiu de forma contundente para a decisão de abandonar o curso.

Na questão da turma, sabe, a gente quando faz um curso assim, vai bem empolgada, querendo ter resultado, e você chega num lugar onde não é todos que pensam da mesma maneira, daí acaba complicando, a gente trabalha o dia inteiro, vai pro curso e não consegue entender nada porque os outros não tão lá pelo mesmo benefício que você (ADM01, 2015).

Turma chata mesmo, porque já não era a turma que eu tava, tinha uns piázinho que ficavam fazendo piadinha com tudo não conheciam, faziam piadinha com o professor, eram um povo bobinho, não é minha área ai desisti (INF02, 2015).

Os relatos apresentados pelos participantes apresenta uma diversidade de interesses, pensamentos e relações entre os alunos que se matriculam nos cursos de educação profissional e que esta pode provocar situações de conflitos ou gerar sentimentos de perda de interesse ou disposição em permanecer em sala de aula. Marchesi; Pérez discorrem sobre a dificuldade que a diversidade de alunos acarreta ao ambiente escolar:

Adaptar o estilo e o método de ensinar à diversidade dos alunos e manter ao mesmo tempo um clima de trabalho é uma tarefa desafiante para grande número de professores, especialmente para aqueles que trabalham com grupos de alunos que têm maior risco de fracasso (MARCHESI; PÉREZ, p. 28, 2004).

Observa-se de acordo com as ponderações dos autores acima e dos relatos dos participantes da pesquisa que o fator de integração escolar pode ser um fator condicionante para o abandono da formação profissional, uma vez que envolve além dos elementos acadêmicos o contexto sociocultural dos envolvidos (alunos, professores, familiares).

No mesmo contexto de investigação sobre os fatores que contribuem para que um aluno opte por desistir/abandonar um curso técnico, foi intencionalmente colocada uma questão chave aos participantes que não se enquadra especificamente em um dos aspectos acima descritos, mas sim no conjunto de relações entre eles. Os participantes foram questionados se saberiam identificar qual o fator ou conjunto fatores preponderantes na decisão de abandono do curso. Diante deste questionamento, percebeu-se pelo contexto em que os participantes se encontram e sobre a sua visão de formação profissional socialmente construída que mesmo os alunos não são capazes de identificar um fator isolado que tenha contribuído de forma mais efetiva na decisão de evadir-se, as respostas a este questionamento são listados no Quadro 3.

Motivos
Baixa integração com a turma
Dificuldade em deixar os filhos pequenos sozinhos
Perda de interesse no curso e assuntos relacionados

Quadro 3 – Motivos que influenciaram a decisão de abandonar os cursos técnicos subsequentes do CEPB

Fonte: Autoria própria.

Observa-se que, mesmo os participantes tendo identificado um fator com maior importância, foi o conjunto de circunstâncias em que este fator ocorreu que os levou ao ato de desistir. Analisa-se também que mesmo o motivo tendo sua raiz em algum fato do cotidiano seja escolar, profissional ou pessoal ele se relaciona muito mais ao contexto social em que se encontra, ou seja, os fatores sociais influenciaram de maneira que todos os participantes optassem por desistir de um objetivo de formação profissional em favor de um objetivo socialmente construído, quer seja familiar, de amigos ou socioeconômico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta investigação pode-se construir uma caracterização da educação profissional subsequente do Colégio Estadual de Pato Branco e dos seus diversos movimentos de organização e expansão. A educação profissional – modalidade de educação que se caracteriza pela imbricação dos processos de educação e trabalho – é a etapa educacional que oferece aos indivíduos a qualificação e formação profissional para que estes possam melhorar a sua inserção no mundo do trabalho. Ao longo de sua trajetória os cursos de educação profissional do CEPB sofreram diversas modificações para atender as determinações legais da oferta desta modalidade de ensino e estas por sua vez foram determinadas de acordo com os interesses de desenvolvimento econômico-social e das demandas do setor produtivo.

Os cursos subsequentes ofertados pelo CEPB seguiram as recomendações de articulação à demanda do setor produtivo local, ou seja, foram disponibilizados cursos nos eixos tecnológicos em consonância com a oferta de emprego dos arranjos produtivos do município – setor terciário (comércio e prestação de serviços, saúde e tecnologia da informação). Desta forma pode-se observar que a procura e efetivação de matrículas na educação profissional subsequente manteve-se constante durante o período compreendido entre os anos de 2007 a 2011 – aproximadamente 200 novas matrículas/ano, sendo o início do ano letivo o período que concentra o maior número destas.

A partir desta identificação buscou-se delinear o perfil dos alunos que se interessam pela educação profissional subsequente como uma forma de qualificação profissional. Devido ao sistema de registro escolar não sistematizar alguns elementos de caracterização dos alunos como condição socioeconômica, familiar, de trabalho e residência, apenas os elementos gênero e faixa etária foram considerados. Desta forma observou-se que na sua maioria o público que busca a formação profissional é do gênero feminino com idade entre 18 e 35 anos. Porém sabe-se que para a construção mais fidedigna do perfil destes alunos seria preciso que os demais elementos de caracterização fossem analisados, desta forma sugere-se uma investigação futura para que se possa estabelecer um modelo de sistematização destas informações que serviriam posteriormente como base de

informações para a caracterização do perfil dos indivíduos que buscam a qualificação profissional através da educação profissional subsequente.

Como o objetivo central deste trabalho é a “caracterização da evasão escolar nos cursos de educação profissional subsequentes do CEPB” buscou-se, através da análise quantitativa dos dados de fluxo de matrículas, a construção de um diagnóstico sobre este fenômeno.

Portanto para atender a este objetivo central alguns aspectos relacionados à mensuração das taxas de evasão foram observados. O primeiro deles foi em relação à identificação das taxas de evasão de cada um dos cursos técnicos subsequentes, verificando-se que os índices registrados oscilaram no período investigado em todos os cursos técnicos, sendo que em alguns momentos estes foram de taxas de evasão negativas, o que quer dizer que em determinados períodos um maior número de alunos retornaram para a escola em relação ao número de alunos que desistiram ao mesmo tempo. Observou-se que as taxas de evasão anual para cada um dos cursos é em média 39% para o curso Técnico em Administração, 28% para o Técnico em Enfermagem e de 49,6% para o Técnico em Informática. Estes dados revelam uma taxa de evasão considerada elevada e que requer atenção por parte da instituição, uma vez que é preciso encontrar alternativas para que sejam reduzidos estes valores e minimizados seus impactos.

Outro aspecto observado em relação ao diagnóstico da evasão é em relação ao período com maior incidência de abandono, verificou-se que em todos os cursos os índices de evasão são maiores ao final do primeiro semestre letivo, ou seja, os alunos abandonam a formação técnica no início dos cursos, tendo frequentado parcial ou integralmente apenas o primeiro período. Diante desta situação podem-se inferir algumas hipóteses para esta ocorrência: não adaptabilidade do aluno ao curso, ter sido selecionada para ingresso na educação superior ou ter efetuado a matrícula para participar da seleção de estágios remunerados que a instituição mantém com o setor privado por intermédio da Prefeitura Municipal e ao ter se efetivado no trabalho, optado por abandonar o curso. Estas hipóteses poderão servir de subsídio para futuras investigações de caráter qualitativo com o objetivo de comprová-las ou não e a partir dos resultados, traçar medidas que possam minimizar a ocorrência do abandono nesta etapa da formação profissional, e conseqüentemente diminuir as taxas de evasão, uma vez que o diagnóstico aponta índices bem menores de abandono nos semestres seguintes.

Seguindo na construção do diagnóstico, buscou-se investigar se as variáveis de gênero e faixa etária que caracterizaram o perfil dos alunos da educação profissional subsequente do CEPB teriam uma correlação com a decisão de permanência ou abandono nos cursos. Identificou-se que individualmente por curso estas variáveis não possuem uma relação significativa com o fenômeno evasão escolar, porém, ao observarmos os dados de cômputo geral de todos os alunos, estes dados geram uma discrepância maior que pode sugerir uma correlação significativa, ou seja, indica que as variáveis de gênero e faixa etária poderiam de alguma forma interferir no processo de abandono.

Neste mesmo aspecto de correlação do processo evasão com as variáveis da pesquisa, analisou-se a influência das variáveis de rendimento dos alunos (coeficiente de rendimento e frequência). Esta análise identificou que estas variáveis têm uma correlação significativa entre si e com as taxas de evasão, portanto estas serviram de variáveis para uma análise de agrupamento dos alunos, que resultou em quatro agrupamentos com características diferenciadas e que nortearam a busca por uma amostra de alunos para a aplicação da fase qualitativa desta pesquisa. Verificou-se que o agrupamento com maior número de alunos é o que apresenta os menores valores de rendimento e também compreende os alunos que abandonaram no início do período letivo do curso. Outro agrupamento de alunos é o que possuem os valores de rendimento satisfatórios para aprovação, mas que possui um número expressivo de alunos evadidos, o qual instigou aplicação da pesquisa qualitativa com uma amostra destes alunos, para tentar identificar quais os fatores causadores da evasão que não estariam relacionados à variável rendimento escolar.

Partindo-se da caracterização quantitativa do fenômeno evasão escolar, buscou-se investigar quais seriam os fatores (internos ou externos à instituição escolar) que podem influenciar na evasão escolar do CEPB. Constatou-se a partir das respostas dos participantes que a decisão de permanência ou abandono dos cursos é construída a partir da multiplicidade de fatores, que esta não está atrelada a nenhuma razão isolada, mas é fruto de uma relação entre diversas circunstâncias do cotidiano do aluno. Dentre estas, identificou-se que a decisão de permanecer ou abandonar os cursos técnicos está vinculada aos fatores de caráter individual dos alunos, ou seja, permanecer ou abandonar a formação profissional é influenciada mais fortemente por aspectos sociais e econômicos que envolvem os sujeitos –

sendo os fatores familiares e de trabalho os que mais influenciam na decisão – do que por fatores institucionais.

Diante da constatação de que os fatores individuais condicionam mais fortemente a decisão de evasão escolar nos cursos subsequentes do CEPB, identificaram-se dois elementos implícitos no conteúdo das entrevistas dos participantes da pesquisa, que suscitaram uma atenção e que podem servir de elementos para explicar as elevadas taxas de evasão.

O primeiro aspecto observado foi em relação ao status social (relevância social), que os participantes identificaram, da educação profissional para o mercado de trabalho local, ou seja, como os sujeitos (alunos evadidos) percebem que o setor produtivo local avalia a formação profissional técnica. Os participantes apontaram que mesmo eles considerando a formação profissional de nível médio um fator de melhoria em suas possibilidades de crescimento profissional e de melhores chances de empregabilidade o setor produtivo local não a reconhece como tal, ou seja, para o setor produtivo uma formação de nível médio possui menor importância ou relevância profissional – tanto de qualificação profissional quanto de reconhecimento econômico – que a formação profissional decorrente da ofertada por cursos de nível superior. Isto ficou mais evidente ao se analisar as respostas de alguns participantes ao argumentarem que só buscaram a formação de nível médio por não se considerarem aptos ao ingresso na educação superior, a qual foi suprida com a maior democratização de acesso ao ensino superior (expansão dos programas de ingresso e permanência na educação superior ofertadas pelo Governo Federal).

O segundo aspecto relaciona-se com a relação cultural e social dada à articulação entre o trabalho e a educação. Apesar de estes elementos possuírem uma imbricação, em que um influencia e proporciona o crescimento do outro, observa-se que cultural e socialmente o trabalho se torna mais importante para a sociedade, ou seja, no momento em que se faz necessária a escolha entre o trabalho e a continuidade da formação profissional, prevalecerá sempre a opção pelo trabalho em detrimento da formação escolar.

Diante do contexto apresentado pelos resultados desta investigação, suscitam sugestões para a continuidade desta pesquisa, no sentido de buscar mais elementos que possam caracterizar de forma complementar o fenômeno de evasão escolar nos cursos da educação profissional. Neste sentido, sugere-se a elaboração de um instrumento para o diagnóstico mais efetivo do perfil dos alunos que buscam

a formação técnica. Instrumento este que contemple e sistematize as informações sobre a situação econômico-social, histórico familiar, situação de empregabilidade e de localização e formas de contato dos alunos ingressantes nos cursos técnicos e que estas sejam regularmente atualizadas, para que desta forma se possa implantar um sistema de monitoramento da situação dos alunos da educação profissional. E outra sugestão é para uma investigação de caráter qualitativo com os alunos pertencentes aos outros agrupamentos apontados por esta investigação – grupo de alunos que desiste no início do curso técnico e com rendimento escolar insuficiente, e o grupo de alunos com rendimento escolar no limiar entre o satisfatório e insuficiente para aprovação – para identificação dos principais fatores causadores da evasão e a partir desta poder realizar uma efetiva análise dos fatores causadores e suas inter-relações. Para que a partir desta análise possam ser construídas e implantadas estratégias e ações que busquem diminuir os índices de evasão escolar nos cursos de formação profissional e conseqüentemente minimizarem os impactos deste fenômeno nos processos de desenvolvimento econômico-social local.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Censo da educação profissional. Brasília: INEP/MEC, 2010
_____, **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Disponível em
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em: 25.jul.2013
- _____, Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Disponível em:
<<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/2004/decreto-5154-23-julho-2004-533121-norma-pe.html>> Acesso em: 25.jul.2013
- _____, Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/setec/index.php?option>>. Acesso em: 26.jul.2013
- ARROYO, Miguel G. **Fracasso-Sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica**. In: Para além do fracasso escolar. Anete Abramowicz e Jaqueline Moll (orgs). Campinas: Papirus, 1997.
- AZEVEDO, Joaquim. **Entre a Escola e o Mercado de Trabalho: um Olhar Crítico sobre as Transições**. In: Fracasso Escolar: uma perspectiva multicultural. Álvaro Marchesi e Carlos Hernández Gil (org.); Tradução Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2004
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições, 70, 1977.
- BUENO, José Lino Oliveira. A evasão de alunos. **Paidéia**, Ribeirão Preto, n.5, p. 9-16, Agosto, 1993.
- CARDOSO, Mirian Limoeiro. **Ideologia do Desenvolvimento - Brasil: JK - JQ**. 2ª Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, RJ, 1978.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 11ª Edição. São Paulo: Cortez, 2010.
- CONTI, Fátima. **Biometria Qui-Quadrado**. Disponível em:
<<http://www.ufpa.br/dicas/biome/biopdf/bioqui.pdf>>. Acesso em: 30.jun.2015
- DELPHINO, Fátima B. de Benedicts. A Educação Profissional: Contraponto entre as políticas educacionais e o contexto do mundo produtivo. 1ª Ed. Coleção Conhecimento e vida, Ícone, 2010.
- DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Política educacional no Brasil: educação técnica e abandono escolar. Primeira Seção - Capítulo 5./ por Ana Zuleima Lüscher e Rosemary Dore. RBPG - Políticas, Sociedade e Educação, Brasília, supl. 1, v. 8, p. 147-176, dezembro 2011.
- DURÃES, Maria Nunes. Educação Técnica e Educação Tecnológica Múltiplos Significados no Contexto da Educação Profissional. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 3, p. 159-175, set/dez. 2009. Disponível em:

<<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/9365/6716>>

Acesso em: 20.jun.2015

FERRETTI, Celso João. Formação profissional e reforma do ensino técnico no Brasil: Anos 90. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano XVIII, nº 59, agosto 1997.

FIGARO, Roseli. O mundo do trabalho e as organizações: abordagens discursivas de diferentes significados. **Organicom - Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas**, São Paulo, Vol. 5, n. 9, p. 91-100, Segundo Semestre 2008. Disponível em:

<http://www.eca.usp.br/departam/crp/cursos/posgrad/gestcorp/organicom/re_vista9/90.pdf> Acesso em: 20.mar.2015

FINI, Roberto; DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. **Insucesso, fracasso, abandono, evasão... um debate multifacetado**. In: Formação/Profissionalização de professores e formação profissional e tecnológica fundamentos e reflexões contemporâneas. Daizy Moreira Cunha ET AL. (orgs). Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2013

FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria, RAMOS, Marise. A Política de Educação Profissional no Governo Lula: Um percurso histórico controvertido. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial, Outubro 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria. Perspectivas Sociais e Políticas da Formação de Nível Médio: Avanços e Entraves nas suas modalidades. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 32, n. 116, p. 619-638, Jul-Set, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O estado-da-arte das Políticas de Expansão do Ensino Médio Técnico nos anos 1980 e de Fragmentação da Educação Profissional nos anos 1990. In: A Formação do Cidadão Produtivo: A cultura de mercado no Ensino Médio Técnico. Gaudêncio Frigotto e Maria Ciavatta (orgs.), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasília, 2006.

_____. A Relação da Educação Profissional e Tecnológica com a Universalização da Educação Básica. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 1129-1152, outubro 2007.

GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. **A educação profissional integrada ao ensino médio no Paraná: avanços e desafios**. 2009. 147f. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Edição. Atlas: São Paulo, 2002.

GOMES, Hélica Silva Carmo. **Os modos de organização e produção do trabalho e a educação profissional no Brasil: Uma história de dualismos e racionalidade técnica**. In: A Educação Profissional no Brasil: história, desafios e perspectivas para o Século XXI. Eraldo Leme Batista e Meire Terezinha Müller (orgs.). Campinas: Alínea, 2013.

GOMES, Romeu. **Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa**. In: Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. Suely Ferreira Deslandes. Petrópolis: Vozes, 2009.

HAIR, Joseph F. Jr. **Análise multivariada de dados** / J.F. Hair Jr, R.E. Anderson, R.L. Tatham e W.C. Black; trad. Adonai Schlup Sant'Anna e Anselmo Chaves Neto. 5ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HISTEDBR – Grupo de Estudos e Pesquisas Histórias, Sociedade e Educação no Brasil. Revista On-Line, 2006. Disponível em:
<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_mec-usaid%20.htm#_ftnref1>. Acesso em: 30.jun.2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). Pesquisa Mensal de Emprego. 2002. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pme_met2.shtm> Acesso em: 10.dez.2013

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. Relação dos Municípios do Estado ordenados segundo as Mesorregiões e as Microrregiões Geográficas do IBGE - Paraná – 2012. Curitiba, PR, p. 6. Disponível em:
<http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/relacao_mun_micros_mesos_para_na.pdf> Acesso em 10.dez.2013

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia de Fábrica: As relações de produção e a educação do trabalho**. Cortez: Autores Associados, São Paulo, SP, 1997

LAHIRE, Bernard. **As Origens da Desigualdade Escolar**. In: Fracasso Escolar: uma perspectiva multicultural. Álvaro Marchesi e Carlos Hernández Gil (org.); Tradução Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2004

MARCHESI, Álvaro. PÉREZ, Eva María. **A Compreensão do Fracasso Escolar**. In: Fracasso Escolar: uma perspectiva multicultural. Álvaro Marchesi e Carlos Hernández Gil (org.); Tradução Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2004

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio da pesquisa social**. In: Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. Suely Ferreira Deslandes. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOURA, Dante Henrique. **Políticas Públicas para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio nos anos 1990 e 2000: Limites e Possibilidades**. In: Jovens, Ensino Médio e Educação Profissional: Políticas públicas em debate. Ramon de Oliveira (org.). Campinas: Papirus, 2012.

OLIVEIRA, Sílvia Andreia Zanelato De Pieri; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. Educação para o mercado x educação para o mundo do trabalho: impasses e contradições. **REP – Revista Espaço Pedagógico**, Vol. 16, n. 2, Passo Fundo, p. 155-167, Jul./Dez.2009. disponível em:
<<http://www.upf.br/seer/index.php/rep/article/view/2222>> Acesso em: 20.mar.2015.

OLIVEIRA, Ramon de. **A (Des) qualificação da Educação Profissional Brasileira**. São Paulo: Cortez, 2003.

PERRENOUD, Philippe. **A pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

QUEIROZ, Lucileide Domingos. **Um Estudo sobre a Evasão Escolar: Para se pensar na inclusão escolar**. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/25/lucileidedomingosqueirozt13.rtf> Acesso em: 05.mai.2015.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação Formal, Mulher e Gênero no Brasil Contemporâneo. **Estudos Feministas**. Ano 9. p. 515-540, 2º Semestre 2001.

ROVIRA, José Maria Puig. **Educação em Valores e Fracasso Escolar**. In: Fracasso Escolar: uma perspectiva multicultural. Álvaro Marchesi e Carlos Hernández Gil (org.); Tradução Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2004

RUMBERGER, Russell W. **Dropping Out Why students drop out of high school and what can be done about it**. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

SALDANHA, Letícia de Luca Wollmann; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. A Política de Educação Profissional Integrada no Paraná (2003-2008): Concepção e Ações. In: IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE/III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia: Políticas e práticas educativas: desafios da aprendizagem, 2009, Curitiba. Anais. Curitiba: Editora Universitária Champagnat, 2009. P. 1642-1654.

SALES, Paula Elizabeth Nogueira, OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Políticas de Educação Profissional no Brasil: Trajetórias, impasses e perspectivas**. In: Culturas, Saberes e Práticas: Memórias e historia da Educação Profissional. Carvalho, Maria Lucia Mendes de (org.). São Paulo: Centro Paula Souza, 2011.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações**. 9ª Ed. Autores Associados, Campinas, SP, 2005

SEED. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Superintendência da Educação. **Diretrizes da Educação Profissional: fundamentos políticos e pedagógicos**. Curitiba: Memvavmem Editora, 2006.

SEED. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Superintendência de Desenvolvimento Educacional-SUDE. Censo Escolar Paraná 2000-2012, 2012.

_____. Resultado do Censo Escolar 2013, 2013. Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=60>> Acesso em: 20.set.2014

SERE. Sistema Estadual de Registro Escolar, Relatório Final dos Cursos Técnicos Colégio Estadual de Pato Branco, 2011

TINTO, Vincent. Dropout from Higher Education: A Theoretical Synthesis of Recent Research. **Review of Educational Research**, Vol. 45, No. 1, p. 89-125, Winter 1975. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1170024>> Acesso em: 30 nov.2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista

Fatores individuais (Escolaridade anterior, situação socioeconômica, trabalho, família):

1. Curso Técnico Escolhido:
2. Ano que se matriculou:
3. Período (semestre) que desistiu/concluiu:
4. Idade:
5. Estado Civil:
6. Quais as razões para buscar um Curso Técnico:
7. Quais os motivos o levaram a escolher o curso nesta área
8. Quais as expectativas iniciais em relação ao Curso
9. Ao longo do tempo algumas das suas expectativas iniciais foram contempladas?
10. No decorrer do curso mudou sua visão em relação à formação profissional que estava fazendo? De que forma?
11. De forma a formação técnica do curso contribuiria para seu crescimento pessoal e profissional?
12. Fazia cursos paralelamente?
13. Há quanto tempo concluiu o ensino médio
14. No ensino médio teve reprovações ou abandonou em algum período?
15. Você considera que teve uma boa formação no ensino fundamental ou médio?
16. Na família todos concluíram o Ensino médio regularmente?
17. Qual a escolaridade dos seus pais
18. Estava trabalhando no período do curso? Se sim houveram mudanças no trabalho neste período (setor, horário, salário).
19. Sua renda era acima de dois salários mínimos?
20. Durante o curso houveram alterações na sua renda? Melhoria ou diminuição
21. Durante o curso você ou algum familiar enfrentou problemas de saúde?
22. Como era sua locomoção até o curso?
23. Qual a distância entre o curso – residência – trabalho.
24. Saída do trabalho diretamente para a escola?
25. Seu trabalho tinha alguma relação com a área do curso?

26. Tinha disponibilidade de tempo para estudos fora do horário escolar?
27. Houveram no decorrer do curso incompatibilidades de horários entre o trabalho e o curso?
28. Em sua opinião a formação educacional de nível técnico (profissional) proporciona uma melhoria na qualidade de vida do indivíduo? Em qual(is) aspecto(s)?

Fatores institucionais – internos a escola

29. Em sua opinião qual o grau de dificuldade encontrado no curso?
30. O curso estava em sintonia com a oferta de empregos na região?
31. Sua função profissional tinha relações com o curso escolhido?
32. Você teve conhecimento prévio (informações) sobre o curso, sobre o que ensinava qual a profissionalização final?
33. As disciplinas do curso eram correlacionadas entre si?
34. Os conteúdos das disciplinas tinham um grau de dificuldade muito elevado?
35. Os conteúdos do curso tinham relevância e compatibilidade com o cotidiano pessoal ou de trabalho?
36. O curso proporcionou atividades extraclasse diferenciadas?
37. A estrutura física da escola era adequada e agradável (salas de aula, laboratórios, espaços comuns)?
38. Como era sua relação com os educadores (professores, funcionários, coordenação, direção)?
39. Como era sua relação com os colegas de curso e demais estudantes da instituição?
40. Você se sentia bem no ambiente escolar?
41. Os professores tinham formação profissional adequada ao curso? (domínio de conteúdo, didática, conhecimento da escola).
42. Os educadores o incentivavam a permanecer no curso?
43. Os educadores apontavam as melhorias tanto pessoais quanto profissionais que a formação profissional ofertada pelo curso lhe proporcionaria?
44. Os horários do curso eram adequados?
45. Os materiais didáticos eram de boa qualidade e disponíveis. (livros, apostilas)
46. A biblioteca possuía acervo disponível na área do curso?

47. A instituição possuía laboratórios e equipamentos para realização de aulas práticas de acordo com o curso escolhido?
48. O que não gostou da e na escola?
49. O acesso dentro da escola tanto de mobilidade quanto de informações era satisfatório?
- 50. Em sua opinião qual(is) motivo(s) principal(is) que o levaram a decidir por desistir do curso técnico que estava matriculado?**